



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Sayonara Faria Sisquim

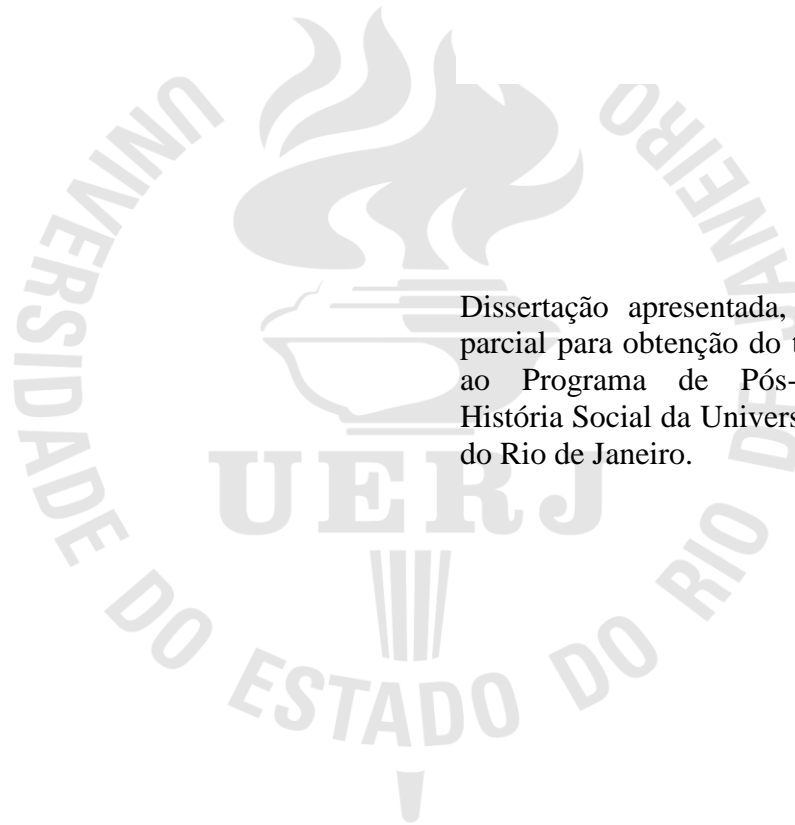
**O governo de Hermes da Fonseca e a construção de vilas operárias na  
Primeira República (1909-1915)**

São Gonçalo

2017

Sayonara Faria Sisquim

**O governo de Hermes da Fonseca e a construção de vilas operárias na Primeira República (1909-1915)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva

São Gonçalo

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

S623  
TESE

Sisquim, Sayonara Faria.  
O governo de Hermes da Fonseca e a construção de vilas operárias na Primeira República (1909-1915) / Sayonara Faria Sisquim. – 2017.  
162f. : il.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva.  
Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Fonseca, Hermes da, 1855-1923 – Teses. 2. Movimento trabalhista – Brasil – Teses. 3. Trabalhadores – Vilas (Habitações) – Teses. I. Silva, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CDU 331(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Sayonara Faria Sisquim

**O governo de Hermes da Fonseca e a construção de vilas operárias na Primeira República (1909-1915)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 25 de setembro de 2017.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva (Orientadora)  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof. Dr. Paulo Cruz Terra  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Letícia Corrêa – Suplente  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

São Gonçalo

2017

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus filhos, Giovani e Lorenzo, e ao meu marido, Giovani Petra Fraga. Este trabalho é nosso; tem um pouco de cada um de vocês.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer parece algo fácil, mas não é. Sempre surge o medo de esquecer alguém e ser injusta com aqueles que de certa forma contribuíram para que o trabalho se realizasse. Assim, agradeço a todos os que passaram pelo meu caminho e me auxiliaram.

Quero agradecer ao meu marido, pois sem seu apoio eu não conseguiria cursar o mestrado com filhos pequenos para criar. Também agradeço aos meus filhos. Na verdade, todo o esforço foi por eles. Peço-lhe desculpas pelas ausências e pelas longas horas roubadas de atenção.

Agradeço as minhas tias Dagmar Faria e Neila Randolpho por sempre apostarem em mim, pelos livros em forma de presente e por sempre estarem por perto nos momentos em que eu preciso, torcendo pelo meu sucesso.

Também gostaria de agradecer aos meus irmãos, Sávio Sisquim, pelo apoio, e Silbert Sisquim, pelo incentivo e felicidade ao me ver cursar um mestrado. Agradeço ainda a minha cunhada Sirlene por suas palavras de apoio.

Um bom orientador faz toda a diferença. Então, não poderia deixar de agradecer a minha orientadora Ana Paula Barcelos. Aproveito para falar da minha admiração. Professora, você fez a diferença demonstrando ser uma orientadora apaixonada pelo que faz, profissional compromissada, que chamava a atenção quando necessário e elogiava quando merecia. Obrigada. Aprendi muito com você.

Agradeço aos professores Paulo Terra e Rafael Brandão que, com suas valiosas sugestões no Exame de Qualificação, em muito contribuíram para a finalização deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, mais especificamente ao corpo docente do mestrado em História, meu agradecimento por ter acreditado em meu trabalho. Aos funcionários da secretaria, em especial à Andréia, pela disposição em sempre ajudar e pelo profissionalismo.

Também aproveito a oportunidade para agradecer aos meus colegas de mestrado por trazer contribuições ao meu aprendizado, compartilhando seus conhecimentos nos debates. Destaco, em particular, o amigo Bruno César Santos de Souza, pelo acolhimento na minha chegada à FFP, ao Eduardo Valuche, por me apresentar Gramsci com todo seu entusiasmo, na contribuição com autores para a minha dissertação, e um agradecimento de coração para minha companheira de jornada Luciana Queiroz, que esteve presente em todos os momentos de dificuldade, de desânimo, me fortalecendo nos momentos em que pensei em desistir,

mostrando que eu não estava só em minha luta, que eu poderia contar com ela. Também as minhas amigas Regina, doutoranda da UFF, e Michele, mestranda da UNIRIO, assim como eu, tutoras na EAD-UNIRIO, pelas trocas, pela força, fazendo parte também dessa história.

Por fim, como não poderia de ser, gostaria de agradecer aos meus pais, Lucy Faria e Odílio Sisquim que infelizmente já se foram, mas, junto com o meu irmão Silmar Sisquim, acompanharam a minha luta diária, vibrando energias positivas para que eu encontrasse o meu caminho. Sei que estariam felizes por mais esta minha conquista.

Privatizaram a sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar. É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário. E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence.

*Bertold Brecht*



## RESUMO

SISQUIM, Sayonara Faria. *O governo de Hermes da Fonseca e a construção de vilas operárias na Primeira República (1909-1915)*. 2017. 162f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2017.

O presente trabalho tem como objetivo compreender como se deu a relação entre o Estado Oligárquico na Primeira República e o movimento operário. Focalizamos no governo de Hermes da Fonseca, que apresenta uma agenda que destoa em alguns pontos da lógica do discurso liberal norteador da política na época, principalmente no que se refere à questão social. Tanto em sua plataforma política como no seu discurso de posse Hermes ressaltava a questão da moradia como um problema que atingia a classe operária e cuja solução caberia ao Estado. Tal discurso vai ao encontro das reivindicações do movimento operário, em particular dos socialistas reformistas distinguidos de forma pejorativa como “pelegos ou amarelos” e que apoiaram Hermes da Fonseca na campanha eleitoral conhecida como Campanha Civilista. A Campanha Civilista foi a mais disputada campanha política da Primeira República, movimentando diferentes setores da sociedade e alimentando por meses seguidos as principais páginas dos grandes jornais. Entre eles, destacamos a *Gazeta de Notícias*, a principal fonte de análise da pesquisa, que possibilitou observar a participação dos diferentes grupos sociais presentes em suas matérias, bem como as relações de força entre eles e que influenciavam os rumos do movimento operário. Para entender o apoio de importantes lideranças socialistas à campanha de Hermes da Fonseca foi necessário pensar ainda os conflitos e as divergências internas ao movimento, inerentes à própria luta por direitos dos trabalhadores e por reconhecimento como atores sociais.

Palavras-chave: Movimento operário. Hermes da Fonseca. Vilas operárias.

## ABSTRACT

SISQUIM, Sayonara Faria. *The Government of Hermes da Fonseca and the construction of workers' villages in the first Republic (1909-1915)*. 2017. 162f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2017.

The aim of this dissertation is to understand the relation between the oligarchic state in the first Brazilian Republic and the labor movement. The focus is set on Hermes da Fonseca government, who had proposes that diverges, in some points, from the hegemonic liberal discourse at that time, mainly in the social issue. During his campaign and in his inauguration speech, Fonseca detected the housing problem as an issue for the working class and that it was also a problem for the State to solve. This discourse matches the claims of the labor movement, especially of the reformists – called derogatorily as “pelegos” or “amarelos” – that supported Fonseca in his race for the presidency. That race – so called “Campanha Civilista” – was the most competitive political campaign in the first Brazilian Republic, engaging different social sectors and the majors newspapers. One of these newspapers – *Gazeta de Notícias* – is the main source for this research. The analysis of the articles published in *Gazeta de Notícias* allows to figure out the participation of the different social sectors and the power relations that influenced the labor movement. To understand the support of main figures of the reformism to the Fonseca’s campaign is necessary to comprehend how the beginnings of labor movement occurred at the same time of the proclamation of the Republic and how was the struggle of the working class for rights.

Keywords: Labor movement. Hermes da Fonseca. Labor villages.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A Situação Política.....	83
Figura 2 - Primeira página do jornal com fotos da Convenção Nacional do Partido Republicano que indicou Rui Barbosa à candidatura para a presidência da República.....	95
Figura 3 - Comemoração do dia 1º de maio na vila operária Hermes da Fonseca pelo Presidente em 1912.....	108
Figura 4 - Congresso Operário.....	114
Figura 5 - A classe do Chapelleiro.....	114
Figura 6 - Charge sobre os trabalhadores.....	118
Figura 7 - Vila Operária da Fábrica Corcovado em 1910.....	130
Figura 8 - O “meliante”.....	136

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Telegrammas.....	95
Quadro 2 -	Eleições de 1890 até 1910.....	96
Quadro 3 -	Dados industriais de 1907.....	98
Quadro 4 -	Notícia da comemoração do1º de Maio na Villa Proletária.....	99
Quadro 5 -	Descrição da Villa operária.....	100
Quadro 6 -	Villa operária – Governo do povo pelo povo.....	100

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	12
1	<b>MOVIMENTO OPERÁRIO E RESISTÊNCIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: A RELAÇÃO COM HERMES DA FONSECA.....</b>	24
1.1	<b>O movimento operário no início da República.....</b>	24
1.2	<b>Os trabalhadores como atores sociais: pressões e negociações com o Estado Republicano.....</b>	35
1.3	<b>Hermes da Fonseca, o movimento operário e a questão habitacional.....</b>	59
2	<b>A GAZETA DE NOTÍCIAS, O OPERARIADO E A CAMPANHA DE HERMES DA FONSECA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.....</b>	71
2.1	<b><i>A Gazeta de Notícias</i> e a relação entre imprensa e História.....</b>	71
2.2	<b>Hermes da Fonseca e a Campanha Civilista na <i>Gazeta de Notícias</i>.....</b>	87
2.3	<b>O Presidente Hermes da Fonseca e a construção das vilas operárias.....</b>	99
3	<b>A CONSTRUÇÃO DE UM IDEAL DE TRABALHADOR.....</b>	111
3.1	<b>O ideal de trabalhador para o movimento operário.....</b>	111
3.2	<b>A virtude pela pobreza, o progresso pelo trabalho e a ordem pela disciplina. O trabalhador ideal na ótica patronal.....</b>	125
3.3	<b>O Estado na construção do ideal do trabalhador.....</b>	133
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	148
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	153

## INTRODUÇÃO

Apesar dos seus mais de 100 anos de inauguração e de tantas mudanças ocorridas na paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro, o Bairro de Marechal Hermes ainda chama a atenção pelo seu ar de sobriedade presente nos traços retos das ruas que revelam uma arquitetura racionalista, característica presente nos projetos urbanísticos de Haussmann, o mesmo arquiteto da reforma de Paris e da reforma de Pereira Passos, no centro do Rio, além de tantas outras capitais no Brasil. Ao caminhar por suas ruas, percebe-se uma geografia urbana que destoa da dos bairros vizinhos, que cresceram de forma desorganizada, fruto do processo acelerado de industrialização do início do século XX, e, já naquela época, pela falta de políticas públicas que dessem conta do *déficit* habitacional causado pelo desenvolvimento do capitalismo.

Podemos entender a complexa crise de moradia – que ainda hoje continua a ser um problema crônico tanto no Rio de Janeiro como em outras capitais do país – que levou à construção do bairro de Marechal Hermes, como uma herança do Império, mas que se agravava nos primeiros anos da República, em razão do ritmo acentuado de aumento da população com o afluxo de libertos e a imigração. A reforma urbanística de Pereira Passos potencializa o problema, acarretando o deslocando de um grande contingente de moradores pobres para a periferia da cidade, sem a devida assistência do poder público.

O bairro de Marechal Hermes surgiu quando, em 1911, o então Presidente da República Hermes da Fonseca, em resposta ao movimento operário que reivindicava junto ao Estado ações que pudessem resolver o problema de moradia da classe trabalhadora, mandou construir duas vilas operárias a ela destinadas – em particular aos socialistas reformistas, uma parcela do movimento operário que o apoiou em sua campanha à presidência da República. Uma das vilas foi construída nas imediações do bairro do Engenho de Dentro, recebendo o nome do presidente, e a outra no bairro da Gávea, nomeada em homenagem a sua falecida esposa Orsina da Fonseca.

O Marechal Hermes da Fonseca foi o primeiro militar eleito presidente do Brasil por voto direto, em uma disputa política que marcou a história da Primeira República como a primeira eleição competitiva republicana ficando conhecida como “Campanha Civilista”. Vera Lúcia Borges, pesquisadora da Primeira República e em particular da disputa presidencial entre Hermes da Fonseca e seu adversário político, o jurista Rui Barbosa, dá destaque ao evento em sua tese de doutorado que se transformou em um livro sobre a batalha

eleitoral de 1910. A autora sinaliza sua importância para a historiografia, pois, segundo ela, “pela primeira vez na história da República a campanha eleitoral conquistou as ruas e tornava-se motivo de discussão acalorada entre a população urbana, a partir da leitura dos principais jornais”<sup>1</sup>. O fato político teria passado a assumir as cenas do cotidiano da população, “ampliando a cultura política para além dos grupos dominantes”<sup>2</sup>, como salienta Marialva Barbosa.

Na campanha eleitoral que levou Hermes da Fonseca ao cargo máximo do Executivo no Brasil, os jornais tiveram uma participação ativa nos embates de ideias entre diversos setores da sociedade, o que levou Gil Vidal, o editor chefe do importante periódico *Correio da Manhã*, a afirmar com veemência sobre o momento político da época “que nos últimos 20 anos de governo republicano no Brasil, nenhuma campanha eleitoral agitou tanto o espírito público como aquela”<sup>3</sup>. Sendo o *Correio da Manhã* um dos principais jornais que compunham a grande imprensa periódica carioca, a afirmação de Gil Vidal se torna bastante reveladora.

Vale ressaltar que o uso do termo “grande imprensa” é objeto de discussão entre estudiosos da imprensa tais como Marialva Barbosa e Maria Helena Capelato pelo termo possuir um caráter vago e impreciso, como adverte também Tânia Regina de Luca<sup>4</sup>. Para a autora, o uso da expressão adquire sentidos e significados simbólicos, o que pode restringir a pesquisa de acordo com o momento histórico em que é utilizado como fonte ou objeto de estudo<sup>5</sup> e deve ser usado com certa cautela. Segundo ela, dentro do contexto histórico, pode se configurar como grande imprensa “os periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro”<sup>6</sup>. Marialva Barbosa considera como grande imprensa no início do período republicano os seguintes jornais: *Correio da Manhã*, *O Paiz*, *Jornal do Comércio*, *Jornal do Brasil* e *Gazeta de Notícias*. Estes seriam os periódicos de maior expressão, pois deixavam para trás a produção artesanal, apresentando inovações

---

<sup>1</sup> BORGES, Vera Lúcia Bórgea. *A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura na Primeira República*. Rio de Janeiro: Apicuri. p. 146.

<sup>2</sup> BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa. Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.p. 28.

<sup>3</sup> BORGES, Vera Lúcia Bogéa. Op. cit., p.177.

<sup>4</sup> LUCA, Tânia Regina de. “A grande imprensa na primeira metade do século XX”. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p.148.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 149.

<sup>6</sup> Ibidem.

tecnológicas alinhadas aos novos tempos que lhes garantiam caráter industrial, marcado pela especialização da mão de obra e a divisão do trabalho.

Os cinco periódicos foram os protagonistas do cenário de disputa que se desenhou entre os dois candidatos, Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, e os defendiam, repercutindo suas ações. Entretanto, apesar da disputa eleitoral aparentar uma oposição de ideias entre os dois candidatos – Hermes da Fonseca defendendo o salvacionismo, e Rui Barbosa, o legalismo –, com argumentos contrários e muitas vezes divergentes, na verdade a aparente disputa revela uma complexa luta de poder entre as elites políticas para manter o *status quo* ao mesmo tempo em que reforça “os traços oligárquicos da cultura política da Primeira República”<sup>7</sup>. E os jornais, por excelência, se tornaram o *locus* privilegiado na divulgação da cultura política e de um aparato de dominação de classe e reprodução social.

Na Campanha Civilista os principais jornais noticiavam o apoio que cada candidato obtinha de diferentes grupos sociais e, em particular, dos trabalhadores organizados que começavam a se destacar na sociedade na luta por direitos e cidadania, como atores sociais importantes. Eles também foram parte presente na Campanha Civilista. Em seus comícios, ambos os candidatos faziam discursos direcionados aos operários. Tanto na capital como nos estados que os candidatos visitavam na busca por apoio político e por votos, eles estavam sempre acompanhados por jornalistas que noticiavam esse apoio, direcionando-o, evidentemente, ao candidato que o jornal defendia na campanha. No intuito de conquistar o público leitor e de participar do jogo político, ainda que ocupando o mesmo campo de atuação, os jornais procuraram se colocar em lados opostos, instigando as intrigas e as rivalidades entre os candidatos.

O *Jornal do Brasil* foi um dos poucos a se posicionar a favor de Hermes desde o lançamento da sua candidatura, assim como durante a sua campanha. Já os outros jornais, principalmente a *Gazeta de Notícias*, se manifestaram contra. Em seu caso, especificamente, mesmo depois de eleito, apesar de durante a sua história ser um jornal situacionista, ao se posicionar em defesa das ações do Estado – seu principal cliente – a *Gazeta* fez a oposição ao governo do Marechal. A *Gazeta de Notícias* será a principal fonte e objeto de pesquisa dessa dissertação. Sua escolha se deu pelo jornal ser um dos principais periódicos da época, um dos poucos fundados antes da Proclamação da República, e ter tido duração relativamente longa. Desde o ano de sua fundação, em 1875, já apresentava notícias sobre uma insipiente organização dos trabalhadores através das associações operárias que buscavam no apoio ao

---

<sup>7</sup> BORGES, Vera Lúcia Bogéa. Op. cit., p. 26.



Manifesto Republicano, a mudança do regime, na intenção de dignificação ao ato de trabalhar e da participação do trabalhador na construção de uma sociedade com direitos iguais para todos. De grande circulação, foi pioneiro nas inovações tecnológicas na indústria jornalística. “Ser moderno” era um das características que ele fazia questão de enfatizar, tornando-se um dos maiores e mais populares jornais. Isso se deve em grande parte à linguagem utilizada nas matérias e pelo seu preço barato, sendo, assim, lido não apenas pela classe dominante, mas também pelas classes populares, inclusive pelos envolvidos com o movimento operário. Este, no início da sua organização, por não ter um veículo de informação próprio do movimento com grande abrangência, utilizava o jornal para anunciar reuniões dos sindicatos ou dos congressos.

Apesar da presença dos trabalhadores nas matérias do jornal, isso não quer dizer que eles tivessem voz. Na verdade, ele atuava como um porta-voz da classe dominante, da qual fazia parte, divulgando a mensagem da ordem e do progresso como caminhos para a construção de uma nação civilizada. O posicionamento do jornal alinhado aos grupos dominantes aparecia nos momentos de resistência dos trabalhadores ao sistema de exploração capitalista, em particular nas greves por reivindicações de melhores condições de trabalho e de salário. Em um discurso dúbio, ressaltava a importância dos trabalhadores para o progresso da nação e, ao mesmo tempo, apresentava os líderes do movimento como “desordeiros”, “baderneiros” que impediam o direito individual ao trabalho. Quando as greves se prolongavam, chamava o Estado, através do seu aparato policial, a tomar uma atitude para “solucionar o problema” que em muito prejudicava a população, como se empenhava em assinalar. O jornal quase nunca se posicionava a favor das reivindicações dos que trabalhavam. Na época, essas reivindicações se baseavam na redução das longas 12h a 16h ou até 18 h de trabalho diário, no descanso semanal, nas condições insalubres das fábricas e oficinas, na regulamentação do trabalho infantil e das mulheres e na busca por salários mais justos, dentre outras

A exploração dos trabalhares de forma extensiva na Primeira República está inserida no contexto da lógica capitalista em tornar tudo mercadoria. Quanto mais barata fosse a mercadoria – no caso, a mão-de-obra do trabalhador – maior seria o lucro. O Estado, alinhado à lógica liberal, como salienta Maria Luiza Mestriner, entendia que “proteger-se era uma questão do próprio indivíduo”<sup>8</sup>, não devendo intervir como mediador na relação capital/trabalho, mesmo que essa relação fosse deveras desigual. Entretanto, quando era

---

<sup>8</sup> MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 69.

retirado do operário o direito individual do trabalho pelos “baderneiros” grevistas, aí sim, o Estado se apresentava de forma violenta através do seu aparato de controle, expulsando os operários estrangeiros, prendendo lideranças, sumindo com manifestantes e exilando-os no Acre ou no Amazonas, abandonando-os à própria sorte.

A história do movimento operário na Primeira República, mesmo que não apresentada de forma explícita pela grande imprensa da época, é uma história de luta e de resistência. A omissão do trabalhador e de sua luta por direitos nas páginas da *Gazeta de Notícias* se torna um fato revelador quando pensamos que, mesmo fazendo parte do Manifesto Republicano que pôs fim à Monarquia no Brasil, o trabalhador ficou de fora do projeto de nação que se construiria a partir da Proclamação da República. Isso ficou evidente para as lideranças operárias na primeira Constituição republicana de 1891 em relação à participação política da classe trabalhadora, apesar da extensão do direito ao voto, que deixou de ser censitário, ampliando em parte o acesso à cidadania. A Constituição não modificou a estrutura econômica que reforçava o interesse da classe dominante, apresentando muito mais continuidades do que rupturas com o antigo sistema. Isso se apresentou de forma clara ao longo de toda a Primeira República e nos jornais da época, nas suas páginas policiais.

Na apresentação da plataforma política do então candidato à presidência da República, Hermes da Fonseca, pela primeira vez no período a questão social foi abordada como um problema a ser resolvido pelo Estado. Discurso esse que destoa da lógica liberal naturalizada pelas oligarquias agrárias e que via a questão social como caso de polícia, “tratada em termos de desordem e repressão”<sup>9</sup>. A *Gazeta de Notícias* durante os anos de seu governo deu grande enfoque ao intenso debate ocorrido no Congresso em torno da lei 2.407 de 18 de janeiro de 1911, promulgada por Hermes e que tratava da isenção de impostos para a iniciativa privada na construção de casas salubres para a classe trabalhadora. A lei foi bastante criticada pelos políticos da época, inclusive por seu opositor, Rui Barbosa, que condenava o uso do dinheiro público nesse tipo de empreendimento.

A partir dessas observações, o objetivo da dissertação foi contribuir para ampliar a reflexão sobre a história do movimento operário no Brasil e sua relação com o Estado, fazendo uma análise do governo Hermes da Fonseca e sua iniciativa de construção das vilas operárias de Hermes da Fonseca e Orsina da Fonseca em 1910, destinadas ao operariado, em particular, aos vinculados ao socialismo reformista. Mesmo ciente das lacunas, espera-se que a proposta de se analisar a relação entre Estado e movimento operário na Primeira República,

---

<sup>9</sup> CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A “questão social” no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 87.

dentro do recorte proposto, venha a contribuir para reforçar a ideia de que essa relação foi mais complexa do que nos faz crer a historiografia tradicional.

A partir dessa perspectiva, cabe aqui colocar a pergunta que norteou esse trabalho desde seu início: as propostas de Hermes da Fonseca revelariam um caráter inovador para a política da época ou seriam apenas uma resposta à pressão exercida pela classe trabalhadora no espaço público, em particular, o movimento operário que se constituía como ator social atuante? Dentro do que já se tornou lugar comum na historiografia sobre o Estado oligárquico na Primeira República, isto é, a alternância de poder entre as oligarquias mineira e paulista, tida como um consenso entre as elites políticas, a resposta parece evidente, mas não é. A chegada de Hermes da Fonseca à presidência revela complexas relações de poder e de disputa entre as próprias elites, demonstrando serem as sucessões presidenciais verdadeiros campos de batalha entre os donos do poder<sup>10</sup>, necessitando maior problematização.

Segundo Vera Borges<sup>11</sup>, podemos dividir os estudos que abordam a sucessão presidencial de 1910 em duas grandes vertentes: uma que privilegia a ótica sobre a disputa eleitoral, em muito privilegiando o candidato que deu nome à campanha, o jurista Rui Barbosa. A autora cita como exemplo: José Maria Belo, em sua obra *História da República: 1889-1954*<sup>12</sup>; Edgar Carone, em *A República Velha I : evolução política (1889-1930)*<sup>13</sup>; Estevam Oliveira, em *Notas e pistolas: páginas esparsas sobre a Campanha Civilista*<sup>14</sup>; Raimundo Magalhães, em *Rui: o homem e o mito*<sup>15</sup>; Homero Senna, em *Rui e o imaginário popular*<sup>16</sup>; Loraryne Ueócka, em *A força das imagens na Campanha Civilista: representações em fotografias e caricaturas*<sup>17</sup>. A outra vertente versa sobre o caráter militar da sucessão presidencial sem levar em consideração o contexto eleitoral. Autores como Nelson Werneck

---

<sup>10</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da república à Revolução de 1930*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 97.

<sup>11</sup> BORGES, Vera Lúcia B. Borges. *A batalha eleitoral de 1910*. p. 38.

<sup>12</sup> BELLO, José Maria. *História da República 1889-1954*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

<sup>13</sup> CARONE, Edgar. *A República Velha II: evolução política (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1983.

<sup>14</sup> OLIVEIRA, Estevam. *Notas e pistolas: páginas esparsas sobre a Campanha Civilista*. Minas Gerais: Tipografia Brasil, 1991.

<sup>15</sup> MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Rui: o homem e o mito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1965.

<sup>16</sup> SENNA, Homero. *Rui e o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

<sup>17</sup> UEÓCKA, Loraryne Gracia. “A força das imagens na campanha civilista: representações em fotografias e caricaturas”. *Revista Científica do Oeste Paulista-Unoeste*. Presidente Prudente, jul/dez, 2003. v.1,n.1.

Sodré com sua obra *História militar no Brasil*<sup>18</sup>; Celso Castro, em *Os militares e a República*<sup>19</sup> e; José Murilo de Carvalho, em *Forças armadas e política no Brasil*<sup>20</sup> e *As forças armadas na Primeira República: poder desestabilizador*<sup>21</sup>; Arsênio Correia, em *A ingerência militar na República e o positivismo*<sup>22</sup>; Lincoln de Abreu Penna, em *O progresso da ordem: o florianismo e a construção da República*<sup>23</sup> são alguns dos exemplos citados pela autora dentro dessa perspectiva.

O que me foi revelador nas obras citadas acima, dentre outras trabalhadas ao longo dessa dissertação, foi justamente a falta de um olhar sobre o governo de Hermes da Fonseca em sua complexidade. A historiografia tradicional tende a focalizar em sua posição como militar, em sua atuação com destaque para o uso da força em episódios como a Revolta da Vacina e a Revolta da Chibata e em seu casamento com Nair de Teffé, a caricaturista Rian, uma mulher 31 anos mais jovem, o que foi um escândalo para a época, rendendo-lhe várias críticas e chacotas nos principais jornais e revistas do período.

Um olhar sobre Hermes da Fonseca e o movimento operário como sugerido por esse trabalho foi um exercício difícil. Nas leituras apresentadas foi construído um diálogo com autores da geografia que estudam o bairro de Marechal Hermes. Entre eles, citamos Nelson da Nóbrega Fernandes e Alfredo de Oliveira, em artigo na revista *Scripta Nova*<sup>24</sup>, de geografia e ciências sociais da Universidade de Barcelona, abordando o bairro de Marechal Hermes e as origens da habitação social no Brasil. O artigo resultou num capítulo homônimo publicado no livro *150 anos do subúrbio carioca*<sup>25</sup> editado pela Faperj. No artigo, os autores apontam para

---

<sup>18</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

<sup>19</sup> CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

<sup>20</sup> CARVALHO, José Murilo. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_. “As forças armadas na Primeira República: poder desestabilizador”. In: FAUSTO, Boris (Dir.) *O Brasil republicano: Sociedade e instituições: 1889-1930*. São Paulo: Difel, 1978.

<sup>22</sup> CORRÊA, Arsênio E. *A ingerência militar na República e o positivismo*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.

<sup>23</sup> PENNA, Lincoln de Abreu. *O progresso da ordem: o florianismo e a construção da República*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

<sup>24</sup> FERNANDES, Nelson da Nóbrega; OLIVEIRA, Alfredo César Tavares de. Marechal Hermes e as (des)conhecidas origens da habitação social no Brasil: o paradoxo da vitrine não-vista. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (87). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-87.htm>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

<sup>25</sup> FERNANDES, Nelson da Nóbrega; OLIVEIRA, Alfredo César Tavares de. “Marechal Hermes e as (des)conhecidas origens da habitação social no Brasil: o paradoxo da vitrine não vista” In: OLIVEIRA,

o problema que destacamos: uma tradição historiográfica que não privilegia as ações de Hermes da Fonseca no campo da habitação popular, pois, segundo eles:

O reconhecimento das criações de Hermes necessita o mínimo de reconhecimento de seu criador, que parece ter sido um personagem muito mais complexo e interessante do que tem sido visto pelos olhos da tradição historiográfica brasileira. Olhos que também não viram nada de excepcional em um governo que, no Brasil e no mundo capitalista, em pleno período de hegemonia das oligarquias liberais, tomou a questão da habitação como uma questão social, tal qual faziam as correntes políticas que em todo mundo clamavam pela intervenção do Estado neste e em outros problemas que flagelavam as massas urbanas das grandes cidades, misérias que serviam de combustível para explosão de motins, dos crimes, das doenças e das epidemias, para o desenvolvimento da Revolução<sup>26</sup>.

Um dos autores do artigo, Alfredo Cesar Tavares de Oliveira<sup>27</sup>, em sua tese de doutorado em Geografia pela UFF, intitulada *O Bairro de Marechal Hermes: Da moradia operária à habitação social (1910 – 1956)*, também contribuiu para este olhar sobre o governo de Hermes da Fonseca. Oliveira chama a atenção para as várias ações do governo de Hermes da Fonseca em prol dos trabalhadores e, em especial, para a construção das vilas operárias e a intervenção do Estado na questão social. Para ele, “o problema da habitação proletária para Vargas tem inspiração na iniciativa habitacional de Hermes”<sup>28</sup>. Outro ponto que a tese contribui para esta dissertação é a relação entre a construção das vilas e o movimento operário, em particular os ligados ao reformismo. O autor destaca:

No Brasil, a ação reformista social, tem início no governo do marechal Hermes quando foram construídas, pela iniciativa do Estado, as vilas operárias, escolas para o filho do trabalhador e as cooperativas de consumo. Estas iniciativas contaram com o apoio dos sindicatos “amarelos”, conhecidos pela sua luta em prol do trabalhador no terreno jurídico<sup>29</sup>.

Nas Ciências Políticas, um trabalho que ajudou a pensar sobre leis para os trabalhadores na Primeira República foi o de Lucas de Oliveira Goulart, intitulado *Coerção e Consenso – A questão social, o federalismo e o legislar sobre o trabalho na Primeira*

---

Márcio Piñon de Oliveira, FERNANDES, Nelson da Nóbrega (orgs.). *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: UFF/ Lamparina, FAPERJ, 2010.

<sup>26</sup> Ibidem, p. 36.

<sup>27</sup> OLIVEIRA, Alfredo Cesar Tavares de. *O bairro de Marechal Hermes: Da moradia operária à habitação social (1910-1956)*. Tese de doutorado. Geografia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

<sup>28</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 67.

*República (1891-1926)*<sup>30</sup>. Segundo o autor, durante a Primeira República ocorreram intensos debates no Congresso Nacional sobre normas e dispositivos em matéria trabalhista e alguns chegaram a ser aprovados<sup>31</sup>. O interessante do trabalho de Goulart é a dimensão que o movimento operário toma nas aprovações dessas leis, pois elas foram frutos da intensa mobilização operária por direitos, em especial dos reformistas, que procuravam na aproximação com o Estado, construir possíveis canais de diálogo. Tal interpretação vem ao encontro das obras de autores da historiografia recente, tais como: Cláudio Batalha, Marcelo Badaró de Mattos, Sidney Chalhoub, Marcela Golgdmacher, Maria Cecília Velasco e Cruz, Paulo Cruz Terra e Erika Bastos Arantes, por exemplo. Estes, e outros autores citados ao longo dessa dissertação, estudam os trabalhadores constituídos em suas diferentes associações e sindicatos, assim como a atuação dos diversos grupos de trabalhadores organizados na Primeira República, com foco no socialismo reformista - a principal corrente utilizada nesse estudo - na busca por direitos e cidadania, sendo essa parcela da organização dos trabalhadores denominada pela corrente anarquista, que se diferenciava ideologicamente na luta operária de “amarelos”.

Em relação ao movimento operário na Primeira República, o destaque da historiografia tradicional recai sobre os anarquistas<sup>32</sup>, sendo a imagem desse trabalhador, como enfatiza Cláudio Batalha, “branca, fabril e masculina”<sup>33</sup>, o que pode ser considerada como uma ideia reducionista, de tendência homogeneizadora, que não revela a história do movimento operário no Brasil. Afinal, desconsidera as especificações que compunham as diversas formas de organização e também as relações dessas organizações com as diferentes correntes ideológicas que existiram na época, levando em consideração que a busca por direitos e cidadania dentro do movimento dos trabalhadores de forma organizada não era uma regra geral, cabendo reivindicações de diferentes naturezas, essas, alinhadas as mais diferentes correntes ideológicas.

---

<sup>30</sup> GOULART, Lucas de Oliveira. *Coerção e Consenso – A questão social, o federalismo e o legislar sobre o trabalho na primeira República (1891-1926)*. Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. p. 66. Disponível em: <[http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/.../2015\\_LucasGoulartOliveira\\_VOrig.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/.../2015_LucasGoulartOliveira_VOrig.pdf)>. Acesso em: 29 abr. 2017.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p.14.

<sup>32</sup> BATALHA, Cláudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2000. p. 7.

<sup>33</sup> \_\_\_\_\_. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da república à Revolução de 1930*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 164.

Também não é levada em conta a diversidade de origem dos operários brasileiros, inclusive a contribuição do liberto como formador dessa classe operária, respeitando a linha de continuidade de um movimento que não começou com a República. É preciso, assim, considerar a perspectiva thompsoniana de uma identidade de interesses entre si que operam durante um considerável período histórico<sup>34</sup>, construindo identidades. Nesse sentido, a luta dos trabalhadores por melhores condições e por direitos não é uma prerrogativa desse período, já se apresentando no Império.

O movimento operário e o Estado na Primeira República, separadamente, já poderiam ser temas de diferentes trabalhos de pesquisa. O desafio aqui proposto de se estudar a relação entre os dois se dá pelo entendimento de que nem o Estado nem o movimento operário podem ser entendidos isoladamente, mas apenas em suas relações que se cruzam e interagem entre si. O Estado é fruto das relações sociais, das contradições presentes nos distintos grupos que o formam e da luta de classes sociais que compõem a estrutura social que o fundamenta. A classe trabalhadora, por sua vez, foi construtora da própria história e não sujeitos amorfos que esperavam das instâncias superiores soluções para os problemas da classe. Na verdade, a história do movimento operário na Primeira República é a história de uma difícil e intensa luta dos trabalhadores por direitos e por afirmação de identidades, dentro do campo de possibilidades e limites impostos pela estrutura mantida por um Estado excludente, através das suas ações de repressão ao movimento em suas diversas formas de organização.

Dentro do que se propõe estudar aqui, procuraremos evidenciar que na relação entre Estado e movimento operário, cada um dos agentes foi responsável por transformações sofridas pelo outro no embate entre forças de dominação e forças de resistência, como ocorre nas relações sociais numa sociedade capitalista, i.e, relação entre Hermes da Fonseca e o movimento operário pode ser entendida por meio de uma relação dialética entre a dominação do Estado e a resistência a essa dominação. Em meio à dinâmica e às tensões desse processo se dão também ações ora de negociação ora de cooptação pela classe dominante.

No que diz respeito ao movimento operário, tanto a negociação quanto a cooptação, revelam o seu reconhecimento como um importante ator social, o que exige outras formas de ação do Estado, para além do uso da força. A plataforma política de Hermes da Fonseca, assim como o seu discurso de posse, pode ser entendida como um novo momento entre o Estado e o movimento operário na primeira República, pois somente o uso da força não

---

<sup>34</sup> THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p. 13.

poderia mais conter o avanço da mobilização e o Estado partia para novas estratégias a fim de conter esse avanço.

O recorte temporal foi delimitado entre o ano da candidatura de Hermes da Fonseca, 1909, e o fim do seu mandato, em 1915. Entretanto, para se entender a importância dos socialistas reformistas na eleição de Hermes da Fonseca e da própria indicação do Marechal como candidato a presidente, foi necessária a volta algumas vezes ao processo que culminou na proclamação da República e na formação da classe trabalhadora assalariada no Brasil, sendo o trabalho dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo tratará do movimento operário iniciante na luta por uma identidade coletiva em busca de representação política através da criação de um partido político que pudesse garantir direitos sociais e cidadania através de leis específicas em benefício da classe trabalhadora, garantindo sua participação na formação do Estado Republicano. Veremos também os diferentes modelos de organizações sindicais que se formavam ao mesmo tempo em que se desenvolvia o processo de industrialização no país. Estas organizações buscavam construir uma identidade social e um lugar no cenário político da época. Para isso, utilizaremos o jornal *Gazeta de Notícias* (ao longo de todo o trabalho) como fonte e objeto, pois, através das notícias, podemos perceber como os operários atuavam na construção de uma identidade coletiva e também nas suas formas de resistência em revoltas como a da vacina e nas greves. Assim, ao encontrarem situações objetivas adversas, se posicionavam como importantes atores sociais que reclamavam melhores condições de vida e de trabalho, questionando a ordem estabelecida. Realizamos, sobre esse tema, um debate historiográfico e, além disso, buscamos desconstruir a ideia de consenso entre as oligarquias, pois foram justamente os desacordos políticos entre elas que alçaram Hermes da Fonseca à presidência.

No segundo capítulo, o jornal será apresentado mais detalhadamente como objeto de pesquisa. A *Gazeta de Notícias* foi um dos maiores e mais importantes jornais da época, como dissemos. Foi criado no Império e se prolongou pela Primeira República, sendo responsável por inúmeras inovações no mercado jornalístico da ocasião, entre elas o uso da cor, da fotografia e da charge. Celeiro de grandes escritores, o jornal colocou ao alcance da população a literatura, onde nomes como Machado de Assis, Eça de Queiroz, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Olavo Bilac, João do Rio, dentre outros, publicavam em forma de romance-folhetim. A *Gazeta* foi muito atuante na Campanha Civilista, apesar de se posicionar como um jornal situacionista, sempre se colocando ao lado das ações do governo e do candidato da situação. Entretanto, em 1909, apesar de ser o candidato oficial do governo,



indicado pelo então presidente Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca sofreu forte oposição do jornal, tanto na sua indicação, como na campanha e durante o governo, conforme já dissemos. Na construção das vilas operárias (até a sua inauguração), o jornal foi porta-voz do Congresso Nacional que se opusera a sua construção com o argumento do elevado custo. Entretanto, noticiava o primeiro de Maio que, durante os 4 anos de mandato do Marechal, foi comemorado pelo presidente na vila operária, em conjunto com uma parcela do movimento operário que o apoiou.

No terceiro capítulo, analisamos a construção do imaginário social a respeito da classe trabalhadora, tanto pelos próprios trabalhadores quanto pelo patronato e pelo Estado. A classe trabalhadora de um modo geral passou por um processo de transformação da autoimagem após a abolição e a proclamação da República. O ato de se trabalhar com as próprias mãos receberia uma nova e positiva conotação alinhada com a nova ordem que se estabelecia com o crescimento da industrialização na cidade do Rio de Janeiro. Para as diferentes organizações de trabalhadores, a valorização do trabalho se tornou um dos principais instrumentos de luta no sentido de criar uma identidade própria positiva que englobasse toda a classe. As diferentes correntes do movimento defendiam ainda a necessidade de instrução da classe trabalhadora a fim de despertar sua consciência, passando a adotar iniciativas de caráter educacional. Assim, a ética do trabalho, presente no discurso da classe dominante também encontra ressonância no movimento operário, pois seu valor positivo passa a definir o que é ser “bom cidadão”, ou seja, o bom operário, ordeiro, laborioso, poupador, emoldurado em determinados padrões de conduta. Nesse sentido, a fábrica e as vilas operárias se tornam locais privilegiados de construção de relações paternalistas, da valorização do trabalho e do disciplinamento de um grupo. Nelas, muitas vezes, domínio e coerção eram dissimulados em forma de proteção.

Esse é o caminho que será percorrido na tentativa de trazer à tona a relação do governo de Hermes da Fonseca com o movimento operário no início do século XX, com ênfase na questão das vilas operárias, buscando dar espaço à dinâmica do movimento, aos conflitos e as reivindicações de uma classe que se fazia presente no cenário político de forma a pressionar por direitos.

# 1 MOVIMENTO OPERÁRIO E RESISTÊNCIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: A RELAÇÃO COM HERMES DA FONSECA

## 1.1 O movimento operário no início da República

A data de hontem vai ficar assinalada na história. Extraordinário movimento agitou a população fluminense, desde o romper do dia. O espanto, a surpresa e a ansiedade – eis o que se notava em todos os olhares, em todas as physionomias. O povo envadiu as ruas e praças em busca de notícias, sabendo então que o exercito tinha-se declarado abertamente em opposição ao ministerio. [...] Pelas ruas do Ouvidor passavam de instante a instante grupos de patriotas, erguendo vivas à republica brasileira. A passagem dos batalhões o povo abria alas e saudava o exercito. Foram proferidos discursos por distintos cidadãos, correspondendo o povo com entusiasmo aos vivas erguidos pelos oradores<sup>35</sup>.

A Proclamação da República no Brasil em 1889 não se deu nos moldes das revoluções europeias, nem tampouco foi obra do projeto republicano de um “*El libertador*”<sup>36</sup> como aconteceu, décadas antes, com a maioria dos seus vizinhos, países da América do Sul. Ângela de Castro Gomes fala sobre a aparente calma do evento ao afirmar que “a Proclamação da República no Brasil está certamente longe de significar um momento de transformação revolucionária na acepção clássica de historiadores e cientistas políticos”<sup>37</sup>, sendo o resultado de um longo processo de transformações que teve início a partir de 1860 se estendendo pelas décadas seguintes.

Fatores como a abolição da escravidão, conflitos com a Igreja e o Exército, além do crescente movimento republicano, revelavam os desacordos de interesses entre o Estado Imperial e os grupos dominantes. A chegada da República colocava em evidência a incapacidade da monarquia em atender aos interesses e às novas demandas que se apresentavam frente às mudanças ocorridas nas estruturas econômicas do país. “Em especial a abolição, em 13 de maio de 1888, pôs fim a um processo lento e difícil que fez ruir a base social do regime imperial”<sup>38</sup>, como destaca Maria Efigênia L. Resende.

---

<sup>35</sup> *Gazeta de Notícias*, 16 de novembro de 1889. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>36</sup> Simón Bolívar, conhecido como “O Libertador” destacou-se como líder militar e político nas lutas pela independência travadas na parte norte da América do Sul. É considerado o libertador da Venezuela, da Colômbia, do Equador, do Chile e do Peru.

<sup>37</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 35.

<sup>38</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage. Op. cit.

Nos dias que antecederam o golpe, os principais jornais da época, em suas primeiras páginas, não evidenciavam nenhum tipo de instabilidade política ou algo parecido que levasse a população e, até mesmo os próprios jornais, a acreditarem em uma mudança de regime. Embora não seja, evidentemente, um momento de mudança revolucionária, como já foi dito anteriormente, a Proclamação da República, que se deu imediatamente à abolição da escravidão, deve ser considerado como “um momento de fundamental transformação política e social no Brasil”, ainda segundo Ângela de Castro Gomes<sup>39</sup>.

Renato Lemos pontua que “a derrubada da Monarquia deixou um vazio no poder”<sup>40</sup>, cabendo ao exército o papel proeminente de manutenção da hegemonia de determinadas correntes civis. Segundo Edgar Carone “a força militar foi utilizada para consolidar a República e combater os monarquistas”<sup>41</sup>, pois “muitas tradições e costumes dos 67 anos de regime monárquico não seriam tão facilmente removidos”<sup>42</sup>. Segundo Renato Lemos:

Apenas as Forças Armadas poderiam fazer as vezes de partido dotado de estrutura nacional e centralizada, bem como responder pela direção política do país, legitimadas perante a sociedade em decorrência do papel desempenhado pelo Exército na derrubada do Império<sup>43</sup>.

Apesar de ter sido um movimento militar, como salienta o jornal *Gazeta de Notícias* do dia 16 de novembro<sup>44</sup>, e não ter contado com a participação da população, a Proclamação da República, aparentemente um acontecimento pacífico, na verdade, segundo Maria Efigênia, “fez aflorar uma multiplicidade de posições e interesses de uma sociedade em constante conflito: militares e civis; militares jacobinos e legalistas; exército e marinha; federalistas e hiperfederalistas”<sup>45</sup>, além dos conflitos que opunham facções que nem sequer

---

<sup>39</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p.13.

<sup>40</sup> LEMOS, Renato Luís do C. Neto. “A disputa de poder.” In: FERREIRA, Marieta de Moraes et.al. (Coordenadores). *A República na velha província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989. p. 44.

<sup>41</sup> CARONE, Edgar. *Classes sociais e Movimento operário*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

<sup>42</sup> FLORES, Elio Chaves. “A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da república à Revolução de 1930*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 52.

<sup>43</sup> LEMOS, Renato. Op. cit., p.44.

<sup>44</sup> *Gazeta de Notícias*, 16 de novembro de 1889. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>45</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Op. cit., p. 106.

tiveram tempo de possuir um nome<sup>46</sup>. Renato Lessa afirma que “a construção de um novo Estado idealizado por atores sociais tão diversificados não poderia suscitar um amplo consenso”<sup>47</sup>. Daí as acaloradas discussões e as disputas políticas entre os anos de 1889 e 1895.

Nas semanas seguintes ao golpe, se destacavam as diversas propostas políticas de numerosos e diferentes setores da sociedade sobre quais elementos então iriam compor essa nova forma de governo, fazendo surgir a partir disso “muitas manifestações que procuravam entender as questões políticas e econômicas que o Brasil atravessava”<sup>48</sup>. A *Gazeta de Notícias* demonstrava esses conflitos presentes já em 1890 na discussão no Congresso Nacional sobre as disposições preliminares do projeto de Constituição. Aqui duas correntes de opinião contrárias se firmam: uma a favor do regime federativo, outra do regime unitário<sup>49</sup>. Estas disputas podem ser percebidas na própria elaboração da Constituinte de 1891. Segundo Maria Efigênia Resende:

Nos primeiros dias da República, confrontam-se positivistas e liberais quanto à forma de governo a ser adotada. Os primeiros solicitam a Deodoro a transformação do governo provisório em uma ditadura militar, enquanto os políticos mineiros e, ainda, Rui Barbosa, pressionam para formalizar a convocação de uma Constituinte. O decreto de qualificação dos eleitores, datado de 19 de novembro de 1889, abre o processo eleitoral para a Constituinte, demarcando a vitória do projeto liberal de república sobre o projeto positivista de ditadura militar. Os positivistas, porém, permanecem atuantes e deixam suas marcas na Constituição republicana de 1891<sup>50</sup>.

Ângela de Castro Gomes salienta que o momento imediatamente anterior às eleições para a Constituinte foi de excepcional importância, pois, segundo ela, “o Rio viveu experiências diversas de mobilização, com vários segmentos da sociedade discutindo as formas de adesão à República”<sup>51</sup>.

É exatamente no conjunto deste amplo debate, marcado pela diversidade e pela significativa esperança na conquista de um espaço de expressão política efetiva, que começam a emergir ideias mais articuladas, “tanto no âmbito do discurso quanto no da organização,

---

<sup>46</sup> LESSA, Renato. *A invenção Republicana*. São Paulo: Vértice, 1987. p. 69.

<sup>47</sup> Ibidem.

<sup>48</sup> FLORES, Elio Chaves. Op. cit., p. 52.

<sup>49</sup> *Gazeta de Notícias*, 06 de janeiro de 1890. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>50</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Op. cit., p. 106.

<sup>51</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos...* Op. cit., p. 37.

sobre a participação política daqueles que trabalham”<sup>52</sup> em uma sociedade marcada por uma composição social amplamente diversificada.

Uma das questões que alimentavam o debate seria a redefinição do conceito de trabalho, “o que deveria acontecer através da construção de uma nova ideologia que possibilitasse o enquadramento dos elementos egressos da ordem escravista”<sup>53</sup> na nova ordem republicana, como salienta Sidney Chalhoub. Afinal, no imaginário e no discurso da classe dominante<sup>54</sup>, com a abolição da escravatura, “os libertos ficariam livres para externar seus maus instintos e abandonar o trabalho, pois, para eles, liberdade seria o meio de exercer a ociosidade”<sup>55</sup>.

Nos anos que cercam a abolição e na década de 1890, eles são claramente identificados como o principal perigo para o futuro do país<sup>56</sup>. O tema já era debatido antes mesmo da abolição da escravatura, mas tomou corpo a partir do 13 de maio de 1888. Um exemplo é o projeto de repressão à ociosidade discutido pelos parlamentares do Imperador no dia 20 de junho de 1888, pois para o pensamento hegemônico, o ócio era um perigo para a sociedade:

Entendia-se claramente que era preciso criar novos valores e medidas que obrigassem os indivíduos ao trabalho, quer fossem ex-escravos, quer fossem imigrantes. A preocupação com o ócio e a desordem era muito grande, e “educar” um indivíduo pobre era principalmente criar nele o hábito do trabalho<sup>57</sup>.

---

<sup>52</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...* Op. cit., p. 36.

<sup>53</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012. p. 47-48.

<sup>54</sup> O chamado mito da patologia social, bastante difundido na Primeira República, revelava o pensamento da classe dominante sobre os libertos. Para ela, os negros traziam em si os vícios do seu estado anterior e não eram “civilizados” o suficiente para se tornarem cidadãos plenos em poucos meses. A liberdade do cativo não significaria para o liberto a responsabilidade pelos seus atos, mas sim a possibilidade de se tornar ocioso. Tal pensamento ficou evidenciado no projeto de repressão à ociosidade de 1888 elaborado pelo ministro Ferreira Vianna, sendo aprovado quase que por unanimidade pela Câmara e visto por muitos como salvação pública para o problema do escravo liberto. *Ibidem*, p. 60, 65 e 66.

<sup>55</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. “Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto pós-abolição”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. et. al. (orgs). *História e imprensa: representações culturais e práticas do poder*. Rio de Janeiro: Faperj; 2006. p.148.

<sup>56</sup> ARANTES, Erika Bastos. “Negros do Porto: Trabalho, cultura e repressão policial no Rio de Janeiro, 1900-1910”. In: AZEVEDO, Elciene et. al. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2009. p.119. A autora observa que por conta do temor da desordem que poderia acontecer com a abolição, em 1888 foi elaborado um projeto de repressão à ociosidade. Os deputados entendiam que para garantir a ordem, além da repressão, também seria necessária uma verdadeira ofensiva pedagógica no intuito de educar os libertos para viver em uma sociedade livre como trabalhadores disciplinados.

<sup>57</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...* Op. cit., p. 26.

A *Gazeta de Notícias* será a principal fonte analisada nessa dissertação, por ser um dos mais importantes jornais da época, acompanhando tanto a queda da Monarquia e a Proclamação da República como, mais adiante, a Campanha Civilista e a construção de casas para operários por Hermes da Fonseca. O jornal reflete e, ao mesmo tempo, auxilia a forjar o pensamento da época sobre a ociosidade, a exemplo da matéria do dia 05 de janeiro de 1891<sup>58</sup>. Nela, o periódico exalta a ação do delegado de polícia em coibir a vagabundagem e o ócio dos migrantes dos outros estados que, para não serem presos, deveriam assinar o termo de bem viver e se empregarem em qualquer trabalho lícito.

O fim da escravidão formalmente “unificava a situação civil da força de trabalho”<sup>59</sup>, afirmando total igualdade jurídica dos homens perante a lei – uma demanda do novo regime. Entretanto, isso não significava uma homogeneidade na composição desta força, que também era influenciada pela diversidade de formas de contratação e relações de trabalho, o que gerava dificuldades em definir quem eram os trabalhadores urbanos na capital da República. Fica, então, evidente que tal situação gerava barreiras práticas à unificação das lutas e organizações dos trabalhadores.

O Rio de Janeiro, além do seu peso político por ser capital do Império e da República em seu início, era um local de grande concentração industrial – em suas mais diferentes composições. Essa concentração possibilitou “a formação de um movimento operário que se tornaria a matriz do movimento nacional da classe trabalhadora”<sup>60</sup>. Na composição étnica da classe trabalhadora do Distrito Federal predominavam imigrantes – especialmente portugueses – e brasileiros mestiços apresentando “a cidade do Rio de Janeiro a maior concentração urbana de negros e mulatos do sudeste”<sup>61</sup>. Diante de tanta heterogeneidade na composição da força de trabalho, cabe a seguinte indagação: Qual seria a verdadeira configuração do operariado que iria construir essa nova nação?

Cláudio Batalha chama a atenção para a imagem mais recorrente da classe operária na Primeira República presente no imaginário construído. Seria ela “branca, fabril, masculina e urbana”<sup>62</sup>. Para o autor, cada um desses atributos falsearia a realidade a seu modo, tornando

---

<sup>58</sup> *Gazeta de Notícias*, 05 de janeiro de 1891. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>59</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008. p. 54.

<sup>60</sup> BATALHA, Cláudio H. M. “Formação da classe operária...”. Op. cit., p. 164.

<sup>61</sup> HASENBALG, 1979 Apud CHALHOUB, Sidney. Op. cit, p. 60.

<sup>62</sup> BATALHA, Cláudio H. M. “Formação da classe operária...”. Op. cit., p. 165.

invisível um Brasil ao norte do Rio de Janeiro, além de ocultar as diversas etnias atuantes, as mulheres, o trabalho infantil, o trabalho especializado, o trabalho artesanal e também o trabalhador rural. Componentes estes que evidenciam uma classe trabalhadora visceralmente heterogênea, o que tinha ressonância em sua forma de organização.

Tiago Bernardon de Oliveira assinala que “em um país de dimensões continentais, com uma pequena parcela da população que vivia em meio a centros industriais, era preciso reavaliar as possibilidades de coesão e experiências históricas da classe trabalhadora para além da sua condição operária-fabril”<sup>63</sup>. No trabalho de reflexão sobre a formação da classe operária no Brasil, Batalha acrescenta que “a formação de classe é um processo histórico, mais ou menos lento, cujos resultados podem ser examinados na medida em que concepções, ações e instituições coletivas tornam-se uma realidade”<sup>64</sup>.

Nos últimos anos, um número crescente de trabalhos acadêmicos vem revelando a diversidade de elementos que compõem a classe trabalhadora na Primeira República, apontando o período como estratégico para a formação da classe enquanto atores políticos e para a constituição de uma identidade do trabalhador, além de ser esse “um momento importante para as lutas por direitos sociais do trabalho no Brasil”<sup>65</sup>. As conquistas alcançadas posteriormente na Era Vargas foram gestadas através de muitas lutas pela classe trabalhadora ao longo de toda Primeira República.

Importantes pesquisas surgem apontando a tradição na experiência de classe, valorizando a ação da classe operária como agente atuante no período, construtores da própria história e não como sujeitos amorfos. Tal perspectiva vem ao encontro de preceitos defendidos por Edward Thompson. Para o autor, a classe operária passa a existir não somente por imposição do capitalismo e os trabalhadores não podem ser vistos “como vítimas passivas do *laissez-faire*”<sup>66</sup>. A classe operária, segundo ele, surge quando percebe e articula seus interesses incompatíveis com os da classe dominante, criando, assim, alternativas para o futuro que atendam às suas demandas, pois:

---

<sup>63</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. “Pela reforma, contra a revolução: Notas sobre Reformismo e Colaboracionismo na História do Movimento Operário Brasileiro da Primeira República”. *Revista Crítica Histórica*. Ano III, Nº 5, Julho/2012. p. 28.

<sup>64</sup> BATALHA, Cláudio H. M.. “Formação da classe operária...”. Op. cit, p. 163.

<sup>65</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p.18.

<sup>66</sup> THOMPSON, Edward P. Op. cit., p.13.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus<sup>67</sup>

Aplicando esta ideia à realidade brasileira, podemos entender que o movimento operário nasce através das associações operárias bem antes da proclamação da República, como vemos o exemplo dos tipógrafos<sup>68</sup> que, em 1853 no Rio de Janeiro, fundaram a sua primeira associação, buscando através da contribuição dos sócios, a formação de uma caixa para socorro mútuo aos seus membros<sup>69</sup>. Tal iniciativa ilustra a consciência de classe na forma e organização que passa a aglutinar os trabalhadores através de seus interesses comuns, fortalecendo identidades sociais através das suas lutas.

A principal luta do movimento operário no Brasil oitocentista está na dignificação do trabalho e o fim da escravidão era ponto nevrálgico para a questão. A presença dos trabalhadores de forma organizada nos movimentos republicano e abolicionista se dá “por acreditar que somente a abolição poderia retirar a mancha do trabalho escravo, criando possibilidade real da mobilização do trabalho”, como defende Marcus Vinícius Pansardi<sup>70</sup>.

A década de 1870 parece ser emblemática para a construção da República. Na área econômica acontece um surto industrial que se intensificaria entre os anos de 1885 e 1895, o que muitos autores identificam como o primeiro surto industrial<sup>71</sup>. Dados revelam que a partir de 1885 apareceram indústrias em número cada vez maior. Entre 1885 e 1889 são fundadas 248 indústrias<sup>72</sup>. Um ano após a proclamação, este número sobe para 636 estabelecimentos no

---

<sup>67</sup> Ibidem, p.10.

<sup>68</sup> Para muitos autores que trabalham com os mundos do trabalho há um grande problema em promover um marco inicial do movimento operário. Marcelo Badaró de Mattos aponta a complexidade em torno do assunto. Levando em consideração o posicionamento de Thompson sobre a consciência de classe, Marcelo Mac Cord em seu trabalho identifica já em 1830 em Recife, isto é, bem antes dos tipógrafos do Rio de Janeiro se associarem, um grupo de mestres de obras pretos e pardos (forma como se definiam), conhecidos como “escravos da nação” (treinados pelo Estado), que ocupavam uma posição de artesãos. O grupo era formado por pernambucanos livres que criaram uma sociedade de auxílio mútuo indicando uma consciência de classe na organização. MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista* SP: Editora da Unicamp, 2012.

<sup>69</sup> MATTOS, Marcelo Badaró de. Op. cit., p. 14.

<sup>70</sup> PANSARDI, Marcos Vinícius. *Republicanos e operários: os primeiros anos do movimento socialista no Brasil (1880-1903)*. Dissertação de mestrado. Unicamp, Campinas, 1993. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000070012&fd=y>. Acesso em: 24/07/2016. p. 45.

<sup>71</sup> HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982. p. 21.

<sup>72</sup> Ibidem.



Brasil inteiro e nos cinco anos posteriores foram criados 425 estabelecimentos industriais<sup>73</sup>. Segundo Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi:

Sob o termo “estabelecimentos industriais” as estatísticas da época arrolavam não só as fábricas modernas, onde a produção era mecanizada e onde se empregava o vapor ou a energia hidráulica, mas também as pequenas oficinas e manufaturas. Isso torna difícil, inclusive, a diferenciação entre os proletários propriamente ditos e os artesãos e semi-assalariados<sup>74</sup>.

O surto levaria à expansão do mercado de trabalho bem como a um crescimento das associações mutualistas de operários, o que em um primeiro momento leva a crer, como salienta Cláudio Batalha que “o número desses trabalhadores livres estava em progressão e/ou que elementos de uma identidade coletiva haviam se fortalecido”<sup>75</sup>. Há também outro fator relevante para o surto industrial e para o fortalecimento de uma identidade coletiva de grupo a partir de 1885, a intensificação do número de imigrantes que chegavam principalmente à cidade de São Paulo e ao Rio de Janeiro.

Marcelo Badaró de Mattos aponta que em 1849, ano anterior à Lei Euzébio de Queiroz, dados colhidos pelos estudos demográficos daquele ano revelavam a “existência de 266.466 habitantes na capital do Império, sendo 110.602 escravizados e 155.864 livres”<sup>76</sup>. Já em 1872 o censo aponta para a redução significativa do número de escravizados que cairia para menos da metade, em torno de 48.939, enquanto a população da cidade, por conta do surto imigratório, “aumentara para 274.972, sendo que 226.033 eram habitantes livres”<sup>77</sup> dos mais diferentes matizes, o que revela uma mudança significativa da formação populacional – e da classe trabalhadora – em pouco mais de 20 anos (espaço entre os dois censos).

Na esfera política, em 13 de dezembro de 1870 é lançado o *Manifesto Republicano*, dando origem ao Partido Republicano do Rio de Janeiro. Divulgado através do jornal *A República*, segundo Marcos Pansardi, “o Manifesto considerava o regime monárquico como

---

<sup>73</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>74</sup> Ibidem.

<sup>75</sup> BATALHA, Cláudio H. M. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”. *Cadernos AEL*. Campinas: Unicamp, v. 6, n.10/11, 1./2. Sem,1999. p. 63.

<sup>76</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Op. cit., p. 40.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 40-41.

uma instituição decadente e a escravidão um anacronismo antieconômico”<sup>78</sup>. O Manifesto defendia um poder menos centralizado com a independência dos Estados, levantando bandeiras como de igualdade, da soberania popular e do livre manifestar de opiniões, entre outros pontos que interessavam diretamente ao movimento operário. Este já era influenciado por ideais socialistas apropriadas da Europa, a exemplo das sociedades mutualistas operárias – como a Associação Tipográfica Fluminense. Estas sociedades muitas vezes se posicionavam abertamente contrárias a essa forma de exploração do trabalho, contribuindo para a campanha abolicionista<sup>79</sup> por entender que “o escravismo era uma mácula na sociedade e, portanto, sem ele, se tornaria possível à dignificação do proletário pelo trabalho”<sup>80</sup>.

Pansardi destaca que “o Manifesto sofria forte influência dos princípios da República Francesa, Liberdade, Igualdade e Fraternidade, a soberania popular e o combate aos privilégios”<sup>81</sup>. Tais princípios foram norteadores do Partido Republicano que revelava grande complexidade na sua composição<sup>82</sup>, possuindo diversos segmentos da sociedade, desde latifundiários do café a comerciantes, militares, empresários, entre outros componentes da classe média dos grandes centros urbanos<sup>83</sup> – componentes que conferiam ao Partido um forte poder de mobilização. Alinhado aos seus princípios norteadores, o PR passa a dar atenção às classes populares e, segundo Pansardi, “juntamente com o movimento operário, passa a trabalhar pela abolição da escravatura como fator de progresso e dignificação do trabalho e pela República como forma de representação”<sup>84</sup>.

Em 24 de fevereiro de 1891, a primeira Constituição Republicana foi promulgada no modelo da Constituição dos Estados Unidos da América, cujas marcas principais eram a adoção do federalismo, a acentuação do presidencialismo e a afirmação dos três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Para Maria Efigênia Resende, a adoção dos princípios norteadores da Constituição Americana pelos constituintes não se deu pelo seu aspecto inovador, mas sim por seu aspecto funcional, ou seja, nas palavras da autora, se deu “como reforço para justificar e consolidar o individualismo político e econômico que se reafirmava, e

---

<sup>78</sup> PANSARDI, Marcos Vinícius. Op. cit., p. 39.

<sup>79</sup> BATALHA, Cláudio H. M. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro...”. Op. cit., p. 64.

<sup>80</sup> PANSARDI, Marcos Vinícius. Op. cit., p. 41.

<sup>81</sup> Ibidem, p. 36.

<sup>82</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...* Op. cit., p. 35.

<sup>83</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Op. cit., p. 105-106.

<sup>84</sup> PANSARDI, Marcos Vinícius. Op. cit., p. 43.

na organização federativa, revelando uma preocupação central com a organização do poder e a definição das instâncias de decisão”<sup>85</sup>. Entretanto, para a classe trabalhadora, “a esperança logo deu lugar à decepção para aqueles que buscavam obter, através da organização dos trabalhadores, a regulamentação do trabalho e a garantia de direitos políticos e sociais baseados nas conquistas dos trabalhadores europeus”<sup>86</sup>. Marcos Pansardi fala sobre a relação entre o Estado e o movimento operário no início da República. Para o autor, “se num primeiro momento houve uma rápida aproximação, as primeiras contrariedades demonstraram a impossibilidade desta união, o que levou a um afastamento”<sup>87</sup>.

A rigidez do sistema, apesar da lógica liberal, demonstrou sua resistência em permitir a ampliação da cidadania ao redefinir os instrumentos formais de participação política, pois os novos donos do poder viam com preocupação a participação popular. Principalmente na arena política e para a classe trabalhadora, os novos horizontes abertos pela República revelavam-se sombrios<sup>88</sup>, tornando a primeira Constituição republicana uma ilusão para o operariado, pois dificultava a criação de qualquer forma de organização sindical.

A desilusão pode ser percebida no manifesto lançado dez anos após a proclamação por uma das principais associações de operários do Rio de Janeiro – O Centro Socialista dos Operários e Proletários – que deixava transparente o desencanto com o que era visto como uma era caracterizada por fulgurantes promessas<sup>89</sup>. Segundo o manifesto:

[...] o Império vivera sob o monopólio dos donos de escravos, a República vai vivendo à custa dos mais repugnantes sindicatos políticos e industriais, geradores de uma perigosa oligarquia plutocrática tão pernicioso como a oligarquia aristocrática<sup>90</sup>.

A primeira Constituição republicana dava direitos políticos a todos aqueles maiores de 21 anos – e não mais 25 anos como na anterior, de 1824 –, o que foi considerado um avanço. Entretanto, houve um retrocesso na legislação: a Constituição Republicana de 1891 retirou do

---

<sup>85</sup> Ibidem, p. 106.

<sup>86</sup> BATALHA, Cláudio H. M. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro...”. Op. cit., p. 66.

<sup>87</sup> PANSARDI, Marcos Vinícius. Op. cit., p. 35.

<sup>87</sup> Ibidem.

<sup>88</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. “Os partidos socialistas na nascente República”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (orgs.). *A formação das tradições (1889-1945)*. V. 1. *As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 148.

<sup>89</sup> PANSARDI, Marcos Vinicius. Op. cit, p. 35.

<sup>90</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi...* Op. cit., p. 56.

Estado a obrigação de fornecer educação primária, constante da Constituição de 1824 e os direitos políticos ainda eram restritos aos que soubessem ler e escrever<sup>91</sup>. Estes fatores, além de afastarem grande parte dos eleitores qualificados, mantinham o indicador social de uma República formada por maioria esmagadora de analfabetos, evidenciando a exclusão da maior parte da classe trabalhadora e tornando quase impossível aos libertos o acesso à cidadania, apesar do vocabulário não ser usual para a época, como lembra Claudio Batalha<sup>92</sup>.

Assim, para a classe operária, as expectativas com o novo regime foram seguidas de uma desilusão, pois este se mostrou incapaz de atender aos seus anseios. A desilusão, segundo Benito Schmidt, proporcionou três tipos de respostas por parte do movimento operário<sup>93</sup>. A primeira foi “a busca de obtenção de direitos sociais sem questionamento do sistema político, elegendo representantes dos operários”<sup>94</sup>, podendo ser elementos de fora do movimento, para através de leis específicas, garantir os direitos dos trabalhadores. Esta posição foi sustentada pelo sindicalismo reformista, em particular pelo tenente Augusto Vinhaes, na tentativa de fundar o que seria o primeiro partido operário da República (CPO), como veremos mais adiante. A segunda seria “a conquista de direitos sociais aliados aos direitos políticos”<sup>95</sup>, visando à mudança do sistema pela participação no processo político-eleitoral através da formação de um partido político essencialmente operário. Posição da corrente socialista e particularmente de setores mais politizados dos reformistas, como o caso do tipógrafo Luiz França e Silva, fundador do jornal *Echo popular* e quem iria fundar o primeiro partido operário nacional. A terceira seria “a posição de negação da política institucional”<sup>96</sup>, depositando na ação direta, a forma de pressão necessária para a obtenção de conquistas,

---

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 59-60. Segundo Renato Lessa, o decreto de 19/11/1889 que estabelece nova qualificação eleitoral foi tímido. A lei eleitoral de 1881, conhecida como a lei Saraiva, restringia o eleitorado a 1% da população. Na República o percentual atinge 2%, mantendo fora do processo eleitoral a maioria esmagadora da classe trabalhadora como já ocorria no Império. LESSA, Renato. *Op. cit.*, p.31.

<sup>92</sup> BATALHA, Cláudio H. de Moraes. “Formação da classe operária...” *Op. cit.*, p. 180. Batalha chama a atenção para o cuidado com o uso do termo cidadania, salientando que deve-se levar em consideração o contexto histórico da época. Em relação à cidadania operária na Primeira República, apesar de não ser um termo de uso comum, pode ser entendido no contexto das propostas das correntes políticas e, em particular, pelos socialistas que em seus programas reivindicavam não apenas os direitos sociais, mas também a ampliação dos direitos políticos, através da extensão do direito de voto.

<sup>93</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. *Op. cit.*, p. 142.

<sup>94</sup> *Ibidem*.

<sup>95</sup> *Ibidem*.

<sup>96</sup> *Ibidem*.

defendidas por sindicalistas revolucionários e anarquistas<sup>97</sup>. Essa foi considerada por muitos estudiosos como a principal forma de atuação dos trabalhadores na busca por direitos na Primeira República – ideia que vem sendo relativizada pela historiografia recente, como veremos mais adiante.

## 1.2 Os trabalhadores como atores sociais: pressões e negociações com o Estado republicano

As primeiras fábricas, surgidas no Brasil nas décadas iniciais do século XIX, eram estabelecimentos de pequeno porte e tiveram, em geral, vida curta. Em 1850, o país possuía apenas cinquenta estabelecimentos industriais, incluindo-se aí, várias salineiras<sup>98</sup>. Somente a partir de 1870 as fábricas começam a aumentar em número e importância, sendo a cidade do Rio de Janeiro *locus* privilegiado da expansão industrial por ser “o centro financeiro, portuário, comercial e político-administrativo do Império e, depois, a capital da República”<sup>99</sup>. Para Maria Bárbara Levy, a decisiva vantagem que a indústria carioca tinha sobre os demais centros urbanos decorria de “sua evidente superioridade como centro comercial, da notória expressão do sistema financeiro, do seu porto bem aparelhado, da abundância da energia hidráulica que alimentava as fábricas de tecido”<sup>100</sup>. Tudo isso, aliado a outros fatores, impulsionou a industrialização carioca quando a atividade cafeeira fluminense já estava em franco declínio<sup>101</sup>. Maria Bárbara Levy, citando estudos de autores como Marieta de Moraes Ferreira e Antonieta Leopoldi, afirma que o Rio de Janeiro, apesar da aguda crise da economia escravista, nas décadas de 1880 e 1890, se firmou como o grande centro econômico

---

<sup>97</sup> BATALHA, Cláudio. “Formação da classe operária...” Op. cit., p. 174.

<sup>98</sup> HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. Op. cit., p. 35.

<sup>99</sup> LOBO, Eulália Maria L. *O Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe, 1930-1970*. Rio de Janeiro: Access Editora. 1992. p. 11.

<sup>100</sup> LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através das suas Sociedades Anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994. p. 135.

<sup>101</sup> *Ibidem*.

do país. Segundo a autora, “longe de atrofiar, a crise do setor exportador, somada à abolição, impulsiona a formulação de políticas que favorecem a expansão industrial do estado”<sup>102</sup>.

Para Marcelo Badaró, dentro do contexto de transformações relativas à expansão industrial vivida na Capital Federal após 1889, algumas indagações são pertinentes: teria o Brasil, após a Abolição e a Proclamação da República, rompido definitivamente com a organização produtiva de caráter colonial que se baseava nas grandes plantações e na exploração servil da força de trabalho? Qual era a real situação dos trabalhadores assalariados, imigrantes ou não, que trabalhavam nas fazendas e nas cidades? Tais indagações permitem entender as múltiplas dimensões da classe trabalhadora na organização da sua força de trabalho numa cidade em que vários espaços de trabalho foram, por muitas décadas, compartilhados por trabalhadores escravizados e livres<sup>103</sup>. Rafael Costa pontua a necessidade de se entender as particularidades do caso brasileiro na formação da classe operária:

Isso porque sem a busca da compreensão da totalidade, sem ter clareza dos elementos fundamentais da transformação pela qual a sociedade brasileira passava (de questões como o processo de consolidação do capitalismo no Brasil – e mais especificamente sua dinâmica na cidade do Rio de Janeiro – e a transição do trabalho escravo para o livre); sem apreender, por exemplo, os conflitos no seio da classe dominante; sem apreender quais os agentes coletivos presentes nesse momento, enfim, sem ampliar substancialmente a nossa discussão, não será possível avançar para o entendimento das heranças da relação entre o trabalho livre e o escravo na formação da classe trabalhadora no país<sup>104</sup>.

É preciso considerar o papel do escravo e do liberto como componentes dessa complexa mão-de-obra que passa a compor os trabalhadores na iniciante industrialização do Rio de Janeiro. Durante muito tempo a historiografia apagou suas atuações. Recentemente, novas pesquisas procuram trazê-los à superfície. Autores como Sidney Chalhoub, Marcelo Badaró de Mattos, Rafael Costa, Cláudio Batalha, Erika Bastos Arantes, Elciene Azevedo, Paulo Cruz Terra, Regina Martins de Faria, entre outros, têm buscado apreender os agentes coletivos que formavam a classe trabalhadora em geral, para, assim, avançar no entendimento dos diversos matizes na formação de classe trabalhadora e da importante contribuição de libertos e escravos.

---

<sup>102</sup> Ibidem, p. 140.

<sup>103</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. “Greves e Repressão Policial aos Sindicatos no Processo de Formação da Classe Trabalhadora Carioca: 1850-1910”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto; Faperj, 2004. p. 13.

<sup>104</sup> COSTA, Rafael Maul de Carvalho. “Os trabalhadores e suas organizações no Rio de Janeiro (1850 – 1888)”. In: Ibidem, p. 78.

No que tange à formação da mão-de-obra industrial, “a convivência entre livres e escravos nos especializados ofícios artesanais urbanos era visível já no século XVIII”<sup>105</sup>. Entre 1809 e 1849, nos registros na Junta do Comércio, é encontrado um total de 101 fábricas. Os dados localizados em 36 das 101 fábricas, apenas 11 não declararam possuir escravos empregados. “Em 25 fábricas, 424 empregados e operários eram livres e em 23 fábricas, 418 escravos”<sup>106</sup>. Tal fato serve como exemplo da complexidade da formação da mão-de-obra trabalhadora no Brasil não se limitando a trabalhadores nacionais e imigrantes de um modo geral.

Após a Proclamação e mesmo na primeira década do século XX, ainda não havia, uma transformação integral do sistema produtivo<sup>107</sup>. Existia uma heterogeneidade da força de trabalho – seja ela derivada da origem étnica ou da nacionalidade, como já abordado anteriormente –, bem como uma grande diversidade de formas de contratação (por hora, por mês, por empreitada, entre outros). O que se observa é que tais características da força de trabalho possibilitavam a coexistência de várias formas de organização gerando barreiras objetivas à unificação das lutas e organizações dos trabalhadores.

Em relação à organização dos trabalhadores no Império, a Constituição de 1824 havia determinado o fim das corporações de ofício que atuavam no Brasil desde o século XVII. No Recife, os membros da antiga corporação de ofício de um grupo de mestres carpinteiros e pedreiros, no intuito de driblar a repressão, fundam a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” composta por artistas de pele escura, homens livres e libertos ligados à Irmandade de São José do Ribamar<sup>108</sup> e que se reuniam na defesa do seu ofício. Após 1824, é relevante o predomínio dessas organizações religiosas que, além do caráter religioso, tinham função assistencial ou mutual, e serviam como espaço de socialização e solidariedade<sup>109</sup>.

---

<sup>105</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres...* Op. cit., p. 52.

<sup>106</sup> LOBO, 1976 Apud MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres...* Op. cit., p. 52.

<sup>107</sup> OLIVEIRA, Igor Soares Netto de; VALERIANO, Maya Damasceno. “Identidade e Consciência de classe entre os trabalhadores cariocas (1860-1900)”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Trabalhadores em greve...* Op. cit, p. 91.

<sup>108</sup> MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. SP: Editora da Unicamp, 2012.

<sup>109</sup> COSTA, Rafael Maul de Carvalho. “Os trabalhadores e suas organizações no Rio de Janeiro (1850-1888)”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda...* Op. cit, p. 60-61.

Se a consciência de classe se manifesta na ação<sup>110</sup>, então podemos identificar durante o Império, a exemplo da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, inúmeras associações e irmandades, juntas de alforrias (mantidas por ex-escravos), caixas beneficentes e sociedades de socorros mútuos – as mutuais – que tinham como função o auxílio aos seus filiados, indicando com isso, uma linha de continuidade entre o Império e a República no que se refere à organização dos trabalhadores.

Sobre as associações mutualistas, eram os trabalhadores urbanos livres mais qualificados, geralmente exercendo ofícios artesanais, que na segunda metade do século XIX passaram a se organizar em torno delas<sup>111</sup>. Mattos identifica entre as décadas de 1850 e 1900 mais de 180 associações mutuais beneficentes ou assemelhadas<sup>112</sup> e chama a atenção para o surgimento de organizações mutuais ligadas a vários grupos profissionais. Refere-se ainda à luta desses mesmos grupos por demandas relativas ao trabalho, em oposição aos interesses patronais, a exemplo da Associação dos Empregados do Comércio, contra a abertura das casas comerciais aos domingos<sup>113</sup>.

Batalha defende que durante muito tempo, “as sociedades mutualistas eram a única alternativa legal de trabalhadores livres manuais se organizarem de maneira laica, já que as corporações de ofício, que serviam para defender determinados interesses corporativos, tinham sido postas na ilegalidade após 1824”<sup>114</sup>. Segundo Claudio Batalha:

Desde o século XIX, em particular, na sua segunda metade, os trabalhadores urbanos livres mais qualificados, geralmente exercendo ofícios artesanais, passaram a se organizar em sociedades de socorros mútuos. (...) encontraram nas sociedades mutualistas tanto o meio para exercer a solidariedade (através de auxílios para os membros em caso de doença, incapacitação para o trabalho, desemprego, funeral etc.) como para zelar pelos interesses de seu ofício<sup>115</sup>.

Com a Abolição, a Proclamação da República e o processo de consolidação do capitalismo, o quadro das organizações de trabalhadores vai se transformando. Há uma

---

<sup>110</sup> Ibidem, p. 67.

<sup>111</sup> BATALHA, Cláudio H. Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Op. cit., p. 38.

<sup>112</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidos e livres...* Op. cit., p. 96.

<sup>113</sup> Ibidem, p.101.

<sup>114</sup> BATALHA, Cláudio H. Moraes. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX...” Op. cit., p. 53.

<sup>115</sup> \_\_\_\_\_. *O movimento operário na Primeira República*. Op. cit., p.15.



mudança na natureza das associações e, aos poucos, “o aspecto mutual vai se sobrepondo ao aspecto religioso apresentando, assim, um decréscimo da religião no mundo do trabalho”<sup>116</sup>.

Podemos entender que as mudanças no campo político e econômico que o Brasil sofre a partir da segunda metade do século XIX também refletem no social. “As organizações voltadas exclusivamente para o socorro mútuo vão perdendo espaço diante do vazio legal”<sup>117</sup> e, ao mesmo tempo, “começam a surgir associações com um caráter maior de resistência, de defesa e luta por direitos”<sup>118</sup>.

Os primeiros anos do século XX viram o surgimento das sociedades de resistência, criadas para exercer funções eminentemente sindicais: lutar por melhores salários, pela diminuição da jornada de trabalho e por condições de trabalho mais dignas<sup>119</sup>. Não podemos dizer que, em um primeiro momento, existissem organizações sem identidade de classe e que foram substituídas posteriormente por organizações de caráter classista<sup>120</sup>, ou que as novas sociedades de resistência tenham substituído definitivamente as formas anteriores. Batalha<sup>121</sup> destaca que o processo de transformação das mutuais de assistência para as de resistência, se isso aconteceu, foi um processo lento e complexo. Na verdade, segundo o autor, “elas coexistiram pelo menos até as primeiras décadas da República”<sup>122</sup>. Há no campo historiográfico um grande debate sobre as mutuais e sua importância na formação de identidades coletivas da classe operária. Entretanto, não é objetivo deste trabalho fazer essa discussão.

O que é importante ressaltar sobre o processo de formação da classe trabalhadora, bem como sobre a existência do movimento operário, é que não foi um processo linear ou instantâneo. Como afirma Thompson: “A classe operária não surgiu tal como o sol, numa hora determinada. Ela estava presente no seu próprio fazer-se”<sup>123</sup>. Nesse processo histórico,

---

<sup>116</sup> \_\_\_\_\_. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX...” Op. cit, p. 51.

<sup>117</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres...* Op. cit., p. 96.

<sup>118</sup> BATALHA, Cláudio H. Moraes. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX...” Op. cit, p. 51-52.

<sup>119</sup> *Ibidem* p. 46-47.

<sup>120</sup> COSTA, Rafael Maul de Carvalho. Op. cit, p. 61.

<sup>121</sup> BATALHA, Cláudio H. M. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX...” Op. cit., p. 47.

<sup>122</sup> *Ibidem*.

<sup>123</sup> THOMPSON, Edward P. Op. cit., p. 9.

ocorreram avanços e retrocessos, mudanças, mas também muitas permanências, e os tipos de associações contribuíram de forma significativa para esse processo:

Pode-se afirmar que as mutuais produziram impacto substancial sobre a organização da sociedade civil. Ao se constituírem em espaço de agregação de interesses comuns, por reunirem trabalhadores em torno de um projeto coletivo e propiciarem vivências compartilhadas, elas certamente contribuíram para o processo de formação da classe trabalhadora brasileira<sup>124</sup>.

A experiência mutualista representou a capacidade de organização da sociedade civil brasileira em torno do direito à proteção social na ausência formal do Estado<sup>125</sup>. Cláudia Viscardi chama a atenção para o importante papel das mutuais “na ausência dos mecanismos formais de previdência pública oferecendo pensões, indenizações, financiamento de enterros, remédios e atendimento hospitalar, entre outros”<sup>126</sup>. Essas associações promoviam atividades culturais, contribuindo expressivamente para a formação de laços identitários e de solidariedade.

Reynaldo Carneiro Pessoa nos oferece um panorama da dimensão e da força dessas sociedades. Segundo o autor, em “levantamento encomendado pela prefeitura da Capital, em 1912, o Rio de Janeiro possuía 438 associações com um total de 282.937 membros, equivalendo aproximadamente à metade da população de mais de 21 anos”<sup>127</sup>. As mutuais por categoria profissional, isto é, por ofício, tendiam a ter um maior envolvimento com os sindicatos, até porque compartilhavam das mesmas bases<sup>128</sup>. Com frequência, na denominação havia a qualificação “de resistência”, para enfatizar sua diferença em relação às sociedades mutualistas consideradas “benéficas”<sup>129</sup>. Os sindicatos por ofício eram compostos basicamente pelos trabalhadores mais qualificados, detentores de ofícios: tipógrafos, alfaiates, sapateiros, pedreiros, marceneiros, padeiros, portuários, cocheiros, entre outros.

---

<sup>124</sup> VISCARDI, Cláudia M. R.; JESUS, Ronaldo Pereira. “A experiência mutualista e a formação da classe operária no Brasil”. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (orgs.). Op. cit., p. 44.

<sup>125</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>126</sup> Ibidem, p. 31.

<sup>127</sup> PESSOA, 1973 Apud CARVALHO, José Murilo de. Op. cit, p. 143.

<sup>128</sup> VISCARDI, Cláudia Maria. “O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010. p. 33.

<sup>129</sup> Ibidem, p.15.

Segundo Batalha, “os sindicatos por ofício constituíram a base da organização operária na Primeira República”<sup>130</sup>, sendo o tipo de organização predominante e tendendo a ser a forma priorizada pelo movimento operário, pelo menos até a segunda metade dos anos de 1910<sup>131</sup>. Sob a liderança de trabalhadores qualificados de ofício, o movimento operário foi moldado por seu discurso e formas de organização<sup>132</sup>. Mas, é importante ressaltar que, fossem eles qualificados ou não, a organização dos trabalhadores é um traço marcante do Brasil da Primeira República<sup>133</sup>.

Essas organizações eram constituídas por duas principais correntes, com diferentes tendências, que formavam o socialismo: a socialdemocracia com um socialismo eclético, marcado pelo forte viés cientificista e positivista que caracterizava o socialismo do período da Segunda Internacional, inspirada nas ideias de Marx, Engels, Kautski, Lassalle, Bebel, entre outros<sup>134</sup>; e o socialismo libertário que se apoiava principalmente nas posições do russo Kropotkin e do italiano Malatesta<sup>135</sup>.

As duas correntes acima citadas também refletiam seus posicionamentos no campo da luta sindical. Houve essencialmente duas concepções da prática sindical: o sindicalismo revolucionário ou da ação direta e o sindicalismo reformista ou amarelo. Apesar de salientar a importância do sindicalismo revolucionário, é o sindicalismo reformista ou amarelo o nosso foco de atenção, pois é ele que vai fornecer militantes que apoiaram Hermes da Fonseca na Campanha Civilista em uma clara aproximação do movimento operário com o Estado que resultará em outras ações, o que veremos mais adiante.

Segundo Batalha, a primeira dessas concepções – o sindicalismo da ação direta ou revolucionário – era a mais difundida<sup>136</sup> na Primeira República:

O sindicalismo de ação direta, ou sindicalismo revolucionário, tinha por modelo a política adotada pela Confederação Geral do Trabalho francesa, e fundava-se na rejeição de intermediários no conflito entre trabalhadores e patrões; na condenação da organização partidária e da política parlamentar; na proibição da existência de funcionários pagos nos sindicatos; na adoção de direções colegiadas e não-

<sup>130</sup> BATALHA, Cláudio H. Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Op. cit., p.17.

<sup>131</sup> Ibidem.

<sup>132</sup> \_\_\_\_\_. “Formação da classe operária...” Op. cit, p. 171.

<sup>133</sup> Ibidem, p. 172.

<sup>134</sup> KONDER, Leandro. *História das ideias socialistas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2003. p. 34.

<sup>135</sup> BATALHA, Cláudio H. Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Op. cit., p. 24.

<sup>136</sup> Ibidem, p. 28-29.

hierárquicas; na reprovação dos serviços de assistência nos sindicatos; na recusa da luta por conquistas parciais; na defesa da greve como principal forma de luta, apontando para a greve geral<sup>137</sup>.

Segundo Batalha<sup>138</sup> o sindicalismo revolucionário tinha nítida influência anarquista como a negação do Estado centralizado e do partido operário, sendo a tendência mais influente no cenário do movimento operário na Primeira República. Edilene Toledo concorda, acrescentando que “juntamente com o socialismo, ele orientou a organização dos trabalhadores em suas várias manifestações”<sup>139</sup>. O sindicalismo revolucionário tinha por base a rejeição de intermediários no conflito entre trabalhadores e patrões e a defesa de greve como principal forma de luta, apontando para a greve geral<sup>140</sup>.

Thiago Bernardon de Oliveira<sup>141</sup> argumenta ser difícil a tarefa de se fazer uma definição política de um grupo ou de um indivíduo. Para o autor, quando se procura estabelecer uma caracterização geral de uma corrente política aplicada a um grupo, se incide no erro da generalização que descarta as sutilezas presentes nos distintos matizes que provavelmente compõem um grupo de indivíduos que aparentemente estão reunidos sob o mesmo rótulo. Segundo o autor, é de suma importância levar em conta esses matizes para poder compreender se existem ou não aproximações que permitem que esses grupos sejam identificados ou auto-identificados pela mesma terminologia política. Isso permite um estudo mais detalhado dos grupos e uma definição política mais precisa.

Em particular, no que se refere ao movimento reformista, Cláudio Batalha<sup>142</sup>, em trabalho anterior ao de Thiago de Oliveira, aponta para o equívoco da historiografia tradicional em não buscar as especificidades do fenômeno, qualificando-o de forma pejorativa como “amarelos” ou “pelegos” e limitando-o, com isso, a uma nomenclatura, sem observar suas especificidades. Isso diminuiria sua importância ou questionaria seu caráter de classe.

---

<sup>137</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>138</sup> Ibidem, p. 31.

<sup>139</sup> TOLEDO, Edilene. “A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano...* Op. cit., p. 62.

<sup>139</sup> Ibidem.

<sup>140</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>141</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense. Instituto de ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1142>>. Acesso em 17/07/2016. p. 30.

<sup>142</sup> BATALHA, Cláudio H. M. *Uma outra consciência de classe...* Op.cit., p. 5-6.

Quanto ao anarquismo, dentro de tal perspectiva, é importante ressaltar que ele não é o mesmo que sindicalismo revolucionário. Tiago de Oliveira chama a atenção para a confusão usualmente feita na historiografia que, por vezes, tende a considerar o termo anarquismo ou “anarco-sindicalismo” como sinônimos de “sindicalismo revolucionário”<sup>143</sup>. Na verdade, por compartilharem os mesmos princípios, “coube aos anarquistas grande parte da responsabilidade de divulgação das concepções do sindicalismo revolucionário, principalmente quando o assunto era a greve como ferramenta de luta e o distanciamento dos sindicatos de qualquer orientação religiosa ou política”<sup>144</sup>. Batalha corrobora com tal perspectiva quando salienta que a confusão com o anarquismo é justificada, em parte, por vários dos dirigentes do movimento operário serem anarquistas e defenderem a adoção de um programa sindicalista revolucionário pelas organizações de cunho sindical<sup>145</sup>. De todo modo, é fundamental destacar que a experiência de operários e militantes nas primeiras décadas da República foi bastante complexa, sendo o anarquismo apenas uma das correntes de um panorama político bastante variado<sup>146</sup>.

A outra vertente da prática sindical adotada pelo movimento operário foi a do sindicalismo reformista, que, segundo Tiago Bernardon de Oliveira, “foi uma forte tendência nas primeiras décadas republicanas”<sup>147</sup>. Seguindo orientações completamente opostas a do sindicalismo revolucionário, buscavam garantir conquistas por meio de leis que conduzissem ao socialismo<sup>148</sup>. Para o sindicalismo reformista, a greve deveria ser vista como a última saída a ser empregada depois de se esgotarem todas as formas de pressão e negociação. Tal posicionamento rendeu-lhes a denominação pejorativa de “amarelos”, por parte dos anarquistas, fazendo uma clara alusão aos “fura-greves” do movimento operário francês<sup>149</sup>. O sindicalismo reformista defendia as práticas mutualistas de assistência, assim como a adoção

---

<sup>143</sup> Ibidem, p. 31.

<sup>144</sup> TOLEDO, Edilene. Op. cit. p.66.

<sup>145</sup> BATALHA, Cláudio H. de Moraes. “Formação da classe operária...”. Op. cit., p. 178.

<sup>146</sup> \_\_\_\_\_. *O movimento operário na Primeira República*. Op. cit., p. 31.

<sup>147</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicalismo...* Op. cit., p. 39.

<sup>148</sup> Ibidem.

<sup>149</sup> BATALHA, 1986 Apud TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e trabalhadores: Cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012. p. 256. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1404.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

de mediadores nas questões entre trabalhadores e patrões<sup>150</sup>. Defendia também a prática política dentro do movimento sindical, por acreditar que as concretizações dos ganhos do movimento operário deveriam vir através de leis específicas e, por isso, não condenando a participação política de seus militantes. Assim, em diferentes momentos apresentou candidatos operários às eleições legislativas<sup>151</sup>. Logo no início da República lutou ainda pela criação de um partido operário, o que de fato aconteceu, como veremos mais adiante.

Cláudio Batalha chama a atenção para a falta de homogeneidade ideológica dos reformistas, evidenciada, nas diversas correntes político-ideológicas presentes no movimento sindical, tais como socialistas, republicanos, positivistas, cooperativistas, que, a despeito de sua concordância na ação sindical e na busca pela fundação de partidos políticos e pela eleição de representantes, raramente atuavam de maneira coesa. Isso evidenciava certa desorganização tática, colaborando para uma fraca penetração entre os trabalhadores de um modo geral, diferentemente do sindicalismo revolucionário, mais coeso nas ações e propostas:

O sindicalismo revolucionário foi, sem dúvida, a tendência mais influente no cenário do movimento operário na Primeira República, tanto por suas diversas iniciativas no campo das lutas sociais como pelas organizações que criou, pelos vários jornais que publicou e pelo esforço muito mais consistente e sistemático de propaganda de suas concepções<sup>152</sup>.

Sobre a maior visibilidade da atuação do sindicalismo revolucionário e sua vertente anarquista em oposição ao sindicalismo reformista, no cenário do movimento operário da Primeira República, a historiografia tradicional passou, então, a valorizar as experiências anarquistas, destacando sua defesa da autonomia sindical, bem como a sua autodenominação de revolucionário como principal forma de luta do movimento operário na Primeira República, em detrimento de outras manifestações sindicais. Em muitos casos, desqualificaram-se as outras formas de atuação, alimentando o já citado imaginário sobre a classe operária na Primeira República, acrescido de um novo atributo: branca, fabril, masculina e anarquista. Edilene Toledo critica essa linha interpretativa ao afirmar que:

---

<sup>150</sup> OSORIO, Lígia Maria. “*O sindicalismo ‘amarelo’ no Rio de Janeiro: as condições particulares da luta sindical dos marítimos e ferroviários na Primeira República*”. Trabalho apresentado no XII Encontro Anual da ANPOCS. Águas de São Pedro, 1988. p. 3. Disponível em: <[bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6601/786.pdf?sequence=1](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6601/786.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 22 nov. 2016.

<sup>151</sup> BATALHA, Cláudio H. Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Op. cit., p. 33.

<sup>152</sup> *Ibidem*, p. 31.

O anarquismo foi, sem dúvida, um capítulo importante na história do pensamento e ação política de esquerda no Brasil, sobretudo nas primeiras décadas do século XX, quando juntamente com o socialismo e o sindicalismo revolucionário, orientou a formação da organização dos trabalhadores em várias manifestações. Entretanto, a associação exclusiva que se costuma fazer entre movimento operário no Brasil no início do século XX e o anarquismo não é exatamente correta, pois a experiência de operários e militantes nas primeiras décadas da República foi bastante complexa, e o anarquismo era somente uma das correntes de um panorama político bastante variado<sup>153</sup>.

A imagem do anarquismo nos meios sindicais na Primeira República, principalmente no caso de São Paulo, é construída por estudos tradicionais como os “genuínos” militantes operários e, na maioria dos casos, “identificam-se esses militantes como de origem estrangeira, avessos à participação política, sindicalizados e qualificados, defensores da greve como ferramenta de luta e da via revolucionária como meio de emancipação do proletário”<sup>154</sup>.

Uma das principais críticas de autores como Cláudio Batalha, Thiago Bernardon de Oliveira, Marcos Vinícius Pansardi e Benito Bisso Schmidt à historiografia tradicional se dá em torno da ideia de que o atraso em relação ao processo europeu impunha uma imaturidade e uma falta de consciência de classe aos operários no Brasil e, como consequência, isso comprometeria o sucesso das reivindicações. Nas palavras de Bisso Schmidt, “muitas vezes consideradas como utópicas, próprias de uma organização econômica pouco industrializada, marcada pelo predomínio do artesanato e da manufatura e fadada ao fracasso com o avanço das forças produtivas”<sup>155</sup>.

No caso do Rio de Janeiro, a capital da República, onde a experiência sindical assumiu contornos específicos e distintos de São Paulo, o operariado era caracterizado como menos atuante e pouco combativo, mais alinhado ao discurso socialista, o que, para a historiografia tradicional, os tornava presas fáceis à cooptação do Estado ou dos patrões, como defendem Lígia Osório e Eulália Lobo. Seriam militantes ligados à política, oportunistas interesseiros em busca de benefícios próprios<sup>156</sup>. Este é um retrato negativo do movimento operário tanto em São Paulo quanto na Capital Federal, formado por indivíduos amorfos, isto é, destituídos de caráter, natureza ou organização que possam ser definidos.

---

<sup>153</sup> TOLEDO, Edilene. Op. cit., p. 62.

<sup>154</sup> SCHMIDT, Benito B. Op. cit., p. 134.

<sup>155</sup> Ibidem, p. 136.

<sup>156</sup> Ibidem, p.139.

Posicionamentos como estes estão presentes em obras como: *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*<sup>157</sup>, de Leôncio Martins Rodrigues, que pontua a relação entre o grau de desenvolvimento capitalista e as imprecisões de certas ideologias como explicação para o predomínio do anarquismo na condução do operariado; *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro*<sup>158</sup>, de Sheldon Leslie Maram que aponta para a composição étnica do operariado como o problema para sua organização e o Rio de Janeiro como principal lugar de atuação dos partidos operários sindicalistas e socialistas nas primeiras décadas da República, mas percebe essa atuação de forma pejorativa, chamando a atenção para a sua ineficiência e oportunismo; *Trabalho urbano e conflito social*<sup>159</sup>, de Bóris Fausto que amplia o argumento de Rodrigues ao investigar de forma mais profunda o papel dos partidos operários na Primeira República, mas, assim como Maram, formula uma imagem extremamente negativa dos partidos operários, aos quais denominava “trabalhismo carioca”<sup>160</sup>; e *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*, de José Murilo de Carvalho onde o autor cunha o conceito de “estadania” para indicar a posição de correntes operárias que se deixavam cooptar pelo Estado, constituindo, para ele, sujeitos heterônomos, que esperam obter direitos pela concessão de um Estado bem-feitor.

Entretanto, novos trabalhos, na contramão de tais posicionamentos, revelam uma complexidade muito maior do movimento operário, dando outro enfoque, em particular, ao socialismo reformista. Trabalhos como os de Maria Cecília Velasco e Cruz, Cláudio Batalha, Benito Bisso Schmidt, Ângela de Castro Gomes, Sidney Chalhoub, Elciene Azevedo, Marcos Vinícius Pansardi, Thiago Bernardon de Oliveira, Marcelo Badaró, Paulo Terra, entre outros utilizados nessa dissertação, buscam compreender as diferentes formas de construção das identidades coletivas, da consciência de classe e a busca por direitos através da própria experiência da classe trabalhadora, heterogênea e ativa, na luta pela cidadania.

---

<sup>157</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1966.

<sup>158</sup> MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro – 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.

<sup>159</sup> FAUSTO, Bóris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Editora Difel, 1976.

<sup>160</sup> Batalha chama a atenção para o anacronismo presente no conceito, pois remete ao sindicalismo afinado ao Ministério do Trabalho após 1930, descrevendo os operários como marionetes nas mãos dos poderosos. BATALHA, Cláudio H. Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Op. cit, p. 32.



É pertinente para essa pesquisa perceber que o sindicalismo reformista constituiu uma das possíveis identidades políticas dos trabalhadores brasileiros no contexto de construção de uma República excludente, “fruto de uma mentalidade tradicional que pretendia condenar a maior parte dos trabalhadores a permanecer fora da política, institucional ou não”<sup>161</sup>. Neste sentido, o partido político seria o principal instrumento de mobilização e ação política, “considerado fundamental pelos socialistas como elemento de auto-organização operária”<sup>162</sup>.

De acordo com essa perspectiva, os trabalhadores passam a ser percebidos como agentes da história e não apenas produto dela, não mais como sujeitos amorfos ou sem consciência de classe. Isso se materializa na atuação dos socialistas, principalmente os reformistas, que em 1910 vão apoiar a candidatura de Hermes da Fonseca à presidência.

Em 1911, importantes representantes do movimento operário, como Mariano Garcia e Melchior Pereira Cardoso, Sarandy Raposo, Saddock de Sá, entre outros, comemoram o 1º de Maio, junto ao presidente eleito, na fundação do que seria a primeira vila proletária construída por iniciativa do Estado: a vila proletária de Hermes da Fonseca, uma promessa de campanha de Hermes da Fonseca destinada aos operários. Para Cláudio Batalha, o sindicalismo reformista da Primeira República foi uma manifestação da consciência de classe, pois, segundo ele:

O reformismo operário no Brasil, como em outros países, estrutura-se em torno da noção de “classe operária”, e não em torno de noções policlassistas, tais como “o povo”, “os pobres”, ou mesmo “os trabalhadores”. Ao fundar-se sobre essa noção, o reformismo atribui à classe interesses distintos e específicos dentro da sociedade e cria organizações “políticas” (no sentido de Marx) para a defesa desses interesses. Uma característica comum dos diversos reformismos é a noção de que a luta pelos interesses de classe passa por organizações políticas, que podem assumir formas que variam desde as sociedades de auxílio mútuo, que visam remediar os males do capitalismo, até os partidos políticos dispostos a mudar o sistema. No entanto, o reformismo é, antes de tudo, um fenômeno sindical, que tem nas associações operárias [...] seu principal sustentáculo. A frequência, porém, com que as associações operárias estiveram ligadas à formação de partidos políticos operários, ainda que efêmeros, sobretudo antes de 1920, denota a existência de uma consciência em parcelas do operariado que está além dos limites da consciência sindical<sup>163</sup>.

Ainda segundo Batalha, “a última década do século XIX para o movimento operário transcorre sob o choque da tomada de consciência dos limites da nova ordem republicana e da

<sup>161</sup> TOLEDO, Edilene. Op. cit., p. 55.

<sup>162</sup> Ibidem, p. 63.

<sup>163</sup> BATALHA, 1990 Apud SCHMIDT, Benito Bisso. Op. cit, p. 139-140.

experiência de sua capacidade de repressão”<sup>164</sup>. Era entendido pelos militantes socialistas que a organização de um partido operário para disputar as eleições com outros conjuntos, poderia trazer, através da representação no parlamento, a afirmação da cidadania operária.

O caminho era longo e a tarefa não seria fácil, pois o panorama da participação política da população não fora muito alterado com o advento da República. Em 1881, o Império havia aprovado a Lei Saraiva que restringia a participação política da população, “com a comprovação da renda de no mínimo 200 mil-réis anuais e o alistamento de novos eleitores ficando condicionado à alfabetização”<sup>165</sup>. Aldrin Castellucci pontua as consequências da lei para os trabalhadores:

Essas mudanças provocaram uma radical diminuição do eleitorado. Perto de seu fim, o Império escravocrata produziu ainda mais exclusão política e criou novas dificuldades para os trabalhadores tomarem a história de seu país nas mãos e conseguirem cidadania social. Não foi sem razão que a República seduziu a classe operária de modo tão irresistível, de norte a sul do Brasil, em seus primeiros anos<sup>166</sup>.

Grosso modo, podemos afirmar que apesar das expectativas positivas em relação à República, foram poucas as leis em favor do operariado, ou mesmo dos trabalhadores em geral. Segundo João Tristan Vargas<sup>167</sup>, o único texto legal destinado à organização do trabalho pelo Estado no início da República foi o Decreto 213 de 22/01/1890, do Governo Provisório, que, visando atrair imigrantes para o trabalho agrícola, revogou as leis de 13/09/1830, 11/10/1837 e a de 15/03/1879 do Império, todas referentes aos contratos de locação de serviço agrícola, pois considerava “vexatórios preceitos que regulam os contractos de locação de serviço agrícola”<sup>168</sup>, atribuindo aos estados a competência para legislar em matéria de trabalho. Entretanto, o decreto perdeu validade com a promulgação da Constituição Federal de 1891. Em geral, as leis eram de cunho repressivo a exemplo dos artigos 205 e 206 do Código Penal de 1890, que criminalizava a greve, anunciado ainda no Governo Provisório.

---

<sup>164</sup> BATALHA, Cláudio H. Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Op. cit, p. 38.

<sup>165</sup> CASTELLUCCI, Aldrin A. Silva. “Muitos votantes e poucos eleitores, a difícil conquista da cidadania operária no Brasil Império (Salvador, 1850-1881)”. *Varia História*. V. 30, n. 52, Belo Horizonte, Jan./Abr. 2014, p.12. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752014000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752014000100009)>. Acesso em: 28 dez. 2016.

<sup>166</sup> Ibidem.

<sup>167</sup> VARGAS, João Tristan. *Ordem Liberal e Relações de Trabalho na Primeira República*. Campinas, SP, Unicamp. Tese de Doutorado. 1999. Disponível em: [libdigi.unicamp.br](http://libdigi.unicamp.br) > Acesso em 03/01/2017.

<sup>168</sup> Decreto nº 213, de 22 de Fevereiro de 1890. Disponível em: [www2.camara.leg.br/.../decret/.../decreto-213-22-fevereiro-1890-520791-publicacao](http://www2.camara.leg.br/.../decret/.../decreto-213-22-fevereiro-1890-520791-publicacao). Acesso em: 03/01/2017.

Esses artigos foram alterados meses depois com o Decreto nº 1162, o que veremos mais adiante.

Podemos identificar apenas em 1903, isto é, 14 anos após a Proclamação, uma lei destinada aos trabalhadores que regulamentava o sindicato rural: o Decreto de nº 979 que, no seu 1º artigo, assinala: “É facultado aos profissionais da agricultura e industrias ruraes de qualquer genero organizarem entre si syndicatos para o estudo, custeio e defesa dos seus interesses”<sup>169</sup>. Em 1904, vários projetos que buscavam disciplinar as relações entre patrões e operários passam a tramitar no Congresso Nacional, fruto da crescente pressão do movimento operário.

Houve também o decreto nº 1.637, datado de 1907 que versava sobre sindicatos profissionais urbanos e sociedades cooperativas. Este último dispendo em seu artigo 8º a harmonia entre patrão e empregado, entre capital e trabalho:

Os syndicatos que se constituirem com o espirito de harmonia entre patrões e operarios, como sejam os ligados por conselhos permanentes de conciliação e arbitragem, destinados a dirimir as divergencias e contestações entre o capital e o trabalho, serão considerados como representantes legaes da classe integral dos homens do trabalho e, como taes, poderão ser consultados em todos os assumptos da profissão<sup>170</sup>.

Especificamente sobre o decreto de 1907, Batalha indica ser essa a única lei especificamente voltada para os sindicatos. Entretanto, “a lei criava muito mais restrições do que beneficiava as sociedades operárias, tanto que a maioria dessas sociedades preferiu ignorar a nova legislação, continuando a se organizar sob os termos da legislação que regia o funcionamento das sociedades civis, como o Código Comercial de 1850”<sup>171</sup>.

Tal ação é explicada pelos artigos referentes aos direitos de associação dos trabalhadores na primeira Constituição republicana, a de 1891, que, apesar de versar sobre a possibilidade dos trabalhadores se organizarem em associações, dificultava a criação de qualquer forma de organização sindical, pois autorizava o uso da força em nome da “ordem pública” no caso de reivindicações que causassem paralisações ou aglomerações em frente às fábricas.

---

<sup>169</sup> Decreto nº 979, de 06 de Janeiro de 1903. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D0979.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0979.htm)>. Acesso em: 28 dez. 2016.

<sup>170</sup> Decreto nº 1.637, de 05 de Janeiro de 1907. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/.../decreto-1637-5-janeiro-1907-582195-norma-pl.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

<sup>171</sup> BATALHA, Cláudio H. Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Op. cit., p. 20-21.

Segundo o Artigo 72<sup>172</sup> da Constituição, que tratava da liberdade profissional, era garantida aos trabalhadores a liberdade de associação e de expressão, além de assegurar a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, o 8º parágrafo ressaltava que era lícito aos trabalhadores associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas, o que não acontecia na prática, pois apesar do parágrafo afirmar em um primeiro momento que não poderia intervir a polícia, a frase seguinte complementava o parágrafo: “senão para manter a ordem pública”, tal frase legitimava a repressão e o controle, pois no início do século XX, como destaca Benito Bisso Schmidt: “o governo passou a dificultar e a reprimir as manifestações que tinham como objetivo a maior participação política do trabalhador”<sup>173</sup>.

Nesse contexto desfavorável, o movimento operário começa a buscar novas formas de conquistar direitos, pois leis específicas sobre a formação de sindicatos só aconteceriam a partir de 1903 com a intensificação dos movimentos de paralisação. Em um momento de formação, com suas instituições ainda em construção e inseridos em um sistema econômico, social e político fortemente marcado pela dominação oligárquica e plutocrática, em um contexto em que as questões sociais eram tidas como caso de polícia não restava muitas escolhas aos trabalhadores. Sendo assim, a classe operária vai buscar na organização do partido operário, uma alternativa para a participação política na República excludente. Castellucci pontua as atuações dos socialistas no cenário político da época e, em especial, a atuação dos reformistas. Segundo o autor:

[...] membros das organizações estudadas tanto tomavam parte nas eleições a partir de suas entidades como realizavam composições políticas com os partidos republicanos. Além disso, as lideranças operárias, em geral, continuaram a compor com os *notáveis* egressos do Império e formaram seus próprios grupos políticos no interior das entidades operárias sob a República em aliança com os novos donos do poder<sup>174</sup> [grifo do autor].

Ressaltamos que a própria opção pela tática reformista e eleitoral não ocorreu sem tensões internas ou constrangimentos externos – a exemplo das denominações de cunho pejorativo, como “pelegos” ou “amarelos”, dados por outros grupos. Uma disputa acirrada entre duas lideranças distintas que competiam pela organização dos trabalhadores em torno de

---

<sup>172</sup> BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm)>. Acesso em: 17 fev. 2017.

<sup>173</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Op. cit., p. 146.

<sup>174</sup> CASTELLUCCI, Aldrin A. Silva. Op. cit, p. 23.

um partido operário se apresenta já no início da República. Ângela de Castro Gomes aponta o início de uma efêmera união entre as lideranças sobre o que seria o instrumento de organização operária no Brasil, com a proposta de um programa de assumida inspiração socialista: o jornal *A Voz do Povo*:

[...] no momento posterior à Proclamação, um grupo de homens de tradição nas lutas pelos direitos dos que trabalhavam, e também nas lutas pela República, se associou em torno de um jornal que traduzia o lançamento de uma proposta. Na verdade, como se verá, esta conjunção foi efêmera – durou pouco mais de um mês –, pois logo surgiu uma cisão que dividiu o grupo em duas organizações partidárias, em duas vozes<sup>175</sup>.

As duas vozes divergentes seriam a do grupo do tenente da Marinha, José Augusto Vinhaes e a do grupo do tipógrafo Luiz França e Silva, lideranças operárias socialistas atuantes tanto no processo da abolição quanto na proclamação da República, que “se aproximavam no ideal de criação de um partido e de um programa de luta, mas divergiam tanto do ponto de vista organizacional quanto do político”<sup>176</sup>. Em 09 de fevereiro de 1890, duas reuniões paralelas foram feitas, concretizando a cisão entre essas duas forças.

O grupo do tenente José Augusto Vinhaes, optando por uma linha moderada e reformista, “se reuniu no Teatro Recreio Dramático e teve a significativa assistência de três mil pessoas”<sup>177</sup>. O grupo do tipógrafo Luiz França e Silva “se reuniu no Teatro Fênix Dramática e contou com uma audiência mais modesta, de apenas 52 indivíduos”<sup>178</sup>. As duas reuniões tiveram como tema principal a formação de um partido operário, pois, segundo convicções das lideranças operárias, somente assim se poderia alcançar a valorização do trabalho e do trabalhador. Esta seria a possibilidade dos direitos operários serem defendidos dentro das regras do sistema representativo de corte liberal, o que seria um dos pontos fundamentais defendidos pelo jornal *A Voz do Povo*<sup>179</sup>.

Em 1890 é fundado pelo Tenente Vinhaes, o Centro do Partido Operário (CPO); “aquela que seria a mais séria tentativa de criar um partido operário nos primeiros anos da

---

<sup>175</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...*, p.39.

<sup>176</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>177</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. *Op. cit.*, p. 146.

<sup>178</sup> *Ibidem*.

<sup>179</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...* *Op. cit.*, p. 41.

República”<sup>180</sup>, sob a direção do próprio Vinhaes e do mestre de oficinas da Central do Brasil, Bento José Ribeiro. Durante o período que atuou no Rio, o CPO demonstrou acumular as funções de um partido político quando reivindicava a jornada de trabalho de oito horas, a fixação de um salário mínimo, a elaboração de uma legislação de proteção ao trabalho de mulheres e crianças, a abolição do trabalho por empreitada, o aumento salarial e outros pontos dos 12 que compunham o programa do partido. Mas, a ação de maior relevância do CPO foi a criação do Banco dos Operários com mais de 6.722 acionistas, sendo 1.934 deles proletários<sup>181</sup>. Segundo o anúncio no dia 04 de janeiro de 1891, no jornal *Gazeta de Notícias* sobre a transferência de ações e pagamento de dividendos, o Banco do Operário era uma realidade e se mostrava bastante atuante<sup>182</sup>.

Nas eleições de 1891 para a Constituinte estadual foram eleitos Múcio da Paixão, ex-tipógrafo, uma das figuras mais atuantes do movimento operário da capital fluminense e o próprio Tenente Vinhaes para a Câmara Federal. Segundo Pansardi, “a eleição de elementos ligados ao operariado sob a bandeira do Partido Republicano nas primeiras eleições após 1889 foi o ponto mais interessante na relação da República com o operariado”<sup>183</sup>.

O tenente Vinhaes fora eleito deputado federal para a Constituinte de 1890. Para Tiago Oliveira, “a eleição se deu mais pelo apoio recebido do Partido Republicano ao qual também era filiado, o que tornava clara a sua vinculação com o governo federal”<sup>184</sup>. Ao ser eleito deputado, Augusto Vinhaes optou por se identificar como líder operário e nesta qualidade procurou pautar sua atuação parlamentar. Na Câmara, Vinhaes se auto definiu como deputado socialista e como chefe do Partido Operário<sup>185</sup>. Sua filiação ao PR seria a razão fundamental de crítica dos opositores, dentre eles, França e Silva, “por entenderem que ao ser filiado a um partido governista, Vinhaes não teria plena liberdade de articulações e não poderia ser líder de um partido operário”<sup>186</sup>. Entretanto, para Castellucci, apesar das críticas dos opositores, “foi graças à atuação de Vinhaes dentro do partido ligado ao governo e ao trânsito político junto

---

<sup>180</sup> PANSARDI, Marcos Vinícius. Op. cit., p. 56.

<sup>181</sup> CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2008. p. 47.

<sup>182</sup> *Gazeta de Notícias*, 04 de janeiro de 1891. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>183</sup> PANSARDI, Marcos Vinícius. Op. cit., p. 40.

<sup>184</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon. *Anarquismo, sindicalismo...* Op. cit., p. 37.

<sup>185</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...* Op. cit., p. 55.

<sup>186</sup> *Ibidem*, p. 51.

ao presidente Deodoro da Fonseca, que os artigos 205 e 206 do Código Penal de 1890”, mencionados anteriormente, que criminalizavam abertamente a greve, foram revistos pelo Ministério da Justiça, de modo que, “em tese, seu caráter repressivo ao movimento operário fosse amenizado”<sup>187</sup>.

Em anúncio da *Gazeta de Notícias*, em janeiro de 1891, o 2º secretário do CPO, Francisco Salles chamava os representantes de associações e sindicatos a comparecerem na reunião para tratar de negócios urgentes e de interesses sociais. Na mesma página, outro anúncio convidava todas as classes para a reunião geral, onde ouviriam a leitura da petição deliberada no mês anterior para apresentação no Congresso Operário<sup>188</sup>. O CPO acabaria por ser a organização operária mais ativa até o ano de 1903<sup>189</sup>. O conselho administrativo que dirigia o partido evidenciava a composição do operariado do Rio de Janeiro naquele momento histórico.

A lista dos representantes de oficinas era composta basicamente “por trabalhadores de setores que já nasceram utilizando mão-de-obra livre numa época que predominava o trabalho escravo”<sup>190</sup> e que o movimento operário já era atuante através das suas associações, a exemplo das oficinas do Estado, como o Arsenal de Marinha, o Arsenal de Guerra e os operários da Estrada de Ferro Central do Brasil. Isso inclui também as empresas de serviços públicos, como Alfândega, Repartição dos Telégrafos, Companhia de Bondes Vila Isabel, Estrada de Ferro Baturité e Rio de Ouro. No setor privado, as de tecido Tecelagem Carioca, Companhia Progresso, Confiança Industrial, Fábrica de Tecidos Rink, Fábrica de Tecidos Vila Isabel, Oficina Litográfica Paulo Rubim, Companhia de Vidros e Cristais do Brasil<sup>191</sup>. O CPO também tinha influência em outros estados: em São Paulo com o Partido Operário; em Pernambuco com a Liga Operária de Pernambuco; no Ceará com o Partido Operário do Ceará; no Pará com o Clube dos Artistas e Operários Paranaenses; e na Bahia através do Partido Operário da Bahia<sup>192</sup>.

Apesar do evidente vínculo com o poder público federal, o tenente Augusto Vinhaes aparece liderando algumas greves, a exemplo da articulada pelos operários da Central do

---

<sup>187</sup> CASTELLUCCI, Aldrin. Op. cit., p. 47.

<sup>188</sup> *Gazeta de Notícias*, 04 de janeiro de 1891. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>189</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...* Op. cit., p. 52.

<sup>190</sup> OSORIO, Lígia Maria. Op. cit., p. 7.

<sup>191</sup> PÁDUA, 1985 Apud GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção...*, Op. cit, p. 52.

<sup>192</sup> CASTELLUCCI, Aldrin. Op. cit., p. 48.

Brasil logo no início da República. Atuou também como mediador, em 1891, na greve do Porto de Santos. No entanto, “ao constatar as péssimas condições de trabalho e analisar as exigências dos grevistas, considerou o movimento justificado o que desagradou a Associação Comercial de Santos e fez com que o Tenente Vinhaes fosse retirado da cidade por força policial”<sup>193</sup>. Além disso, Vinhaes chegou mesmo a mediar e liderar greves, inclusive contra seu antigo aliado, depois adversário, Deodoro da Fonseca, e em seguida contra Floriano Peixoto<sup>194</sup>. Porém, sua vida política seria tão rápida quanto a do seu partido, pois em setembro de 1893, ao aderir a Revolta da Armada contra Floriano Peixoto, procurando conquistar o apoio dos operários ao movimento, “Vinhaes incompatibilizou-se definitivamente com o governo federal e exilou-se na Argentina”<sup>195</sup>. O CPO dissolveu-se. Benito Schmidt aponta ser Vinhaes a liderança mais destacada do movimento operário da cidade. Porém, em relação ao Estado sua ação:

[...] fez pairar um manto de desconfiança sobre os trabalhadores organizados, levando alguns setores destes a desmentir publicamente seu envolvimento com o conflito (como foi o caso de França e Silva) e outros a manifestar seu apoio a Floriano (com a fundação do chamado Novo Centro Operário). Diante desse cenário de crise e da crescente perseguição governamental, as agremiações da política operária no Rio de Janeiro assistiram a seu progressivo desmantelamento<sup>196</sup>.

A outra voz dissonante da corrente socialista reformista, como foi dito anteriormente, era a do tipógrafo Luiz da França e Silva, editor da *Revista Tipográfica* e, juntamente com Augusto Vinhaes, membro do jornal *A Voz do Povo*, “aquele que seria o primeiro jornal a ser considerado um instrumento de organização operária no Brasil, com um programa de assumida inspiração socialista”<sup>197</sup>. Para Pansardi, “a ideia de participação do operariado na vida política da República seria uma novidade divulgada por Luis França e Silva desde antes da Proclamação”<sup>198</sup>.

---

<sup>193</sup> BEIGUELMAN, 1977 Apud OLIVEIRA, 2009. Op. cit., p. 37.

<sup>194</sup> Ibidem, p. 47.

<sup>195</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Op. cit., p. 151.

<sup>196</sup> Ibidem.

<sup>197</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...* Op. cit., p. 38.

<sup>198</sup> PANSARDI, Marcos Vinícius. Op. cit., p. 73.



Diferentemente da proposta de Vinhaes, França e Silva propunha “uma estruturação partidária mais autônoma do operariado em relação às forças políticas dominantes”<sup>199</sup>. O posicionamento contrário à participação de operários no partido do governo se traduz pelo uso da expressão “exclusivismo”, ou seja, a “ideia de que o operariado não deve esperar, nem buscar, ajuda ou colaboração com outras classes”<sup>200</sup>. Entretanto, seu posicionamento não era tão radical, por defender uma possível via de conciliação com a burguesia, admitindo até a possibilidade, em casos excepcionais, de o partido operário ser dirigido por burgueses<sup>201</sup>. De acordo com Pansardi<sup>202</sup>, França e Silva demonstra uma imensa desconfiança em relação aos políticos, defendendo “que o pior inimigo não era a burguesia, mais sim o republicanismo”<sup>203</sup>, posição essa evidente no jornal fundado pelo grupo, logo após a extinção do *A Voz do Povo*. Pansardi diz que “o jornal *Echo Popular* trazia na primeira página a legenda ‘órgão das classes operárias, comercial e industrial’, forjando a existência de interesses comuns entre essas classes”<sup>204</sup>.

Tal fato evidencia uma industrialização ainda iniciante nos primórdios da República, pelo menos na Capital Federal, onde a realidade industrial refletia a predominância de pequenas oficinas. Pansardi assinala que por isso, “o conflito de classe não estava ainda na ordem do dia, pelo fato do burguês ainda estar bem próximo do proletariado”<sup>205</sup>, pois o operário de ofício passa a se tornar proprietário, patrão pelo próprio esforço.

Segundo Ângela de Castro Gomes, França e Silva teve uma atuação considerável até as eleições de 1890, quando foi derrotado nas urnas, não elegendo nenhum dos seus

---

<sup>199</sup> Ibidem, p.75.

<sup>200</sup> Ibidem.

<sup>201</sup> Ibidem, p. 76.

<sup>202</sup> Ibidem.

<sup>203</sup> O Manifesto Republicano lançado em 1870 deu origem ao Partido Republicano que reuniu diversos grupos que tinham em comum, o fim da Monarquia e a defesa da República como regime político. Entretanto, os grupos divergiam ideologicamente entre o liberalismo inglês, o jacobinismo francês e o positivismo comtiano, que também apresentavam várias correntes dentro do mesmo grupo. O termo republicanismo utilizado aqui no texto está relacionado à corrente ideológica do positivismo comtiano, pois segundo Pansardi, a desconfiança de França e Silva estava justamente por considerar o movimento republicano uma “faca de dois gumes”, “que se por um lado acenava com a participação do operariado na sociedade republicana, seguindo as orientações do mestre Auguste Comte que pregava a ‘incorporação o proletariado na sociedade moderna’, por outro lado existia a ameaça de que o proletariado se atrelasse ao republicanismo como sócio menor, e acabasse recebendo as migalhas do banquete burguês-republicano”. PANSARDI, Marcos. Op. cit., p.76.

<sup>204</sup> Ibidem.

<sup>205</sup> Ibidem.

candidatos nas eleições para a Constituinte de 1890, o que o fez, através de um manifesto, “reconhecer sua derrota eleitoral, justificando-a pela falta de união do operariado em torno de uma chapa realmente operária”<sup>206</sup>. A partir daí, houve um declínio na sua mobilização, mas mesmo assim o partido de França e Silva continuou a promover encontros, reuniões e manifestações, a utilizar o jornal *Echo Popular* como veículo para publicar cartas e divulgar matérias com os ideais socialistas e os pontos defendidos pelo grupo, além de estabelecer contatos com associações operárias da capital e de outras localidades e Estados.

Do ponto de vista de organização, os partidos socialistas eram fundamentalmente regionais, mas, podemos identificar relações e contatos entre partidos operários de fora da Capital Federal. Apesar da importante penetração de Vinhaes em outros Estados como foi dito acima, o Partido Operário de França e Silva foi mais bem-sucedido quanto às regiões de atuação: abrangia “o Centro Operário de Campos; o Partido Operário de Niterói; o Partido Operário de Vitória; o Centro Operário Luiz França, de Natal; a Liga Operária de Pernambuco; o Partido Operário do Ceará; o Partido Operário da Bahia; e a União Operária Baiana”<sup>207</sup>. É ainda atribuída a ele, a organização, em 1892, do que seria o Primeiro Congresso Operário Nacional, tentativa de organização partidária socialista em termos nacionais, realizada no Rio de Janeiro e da qual saíram o Partido Operário do Brasil e seu amplo e complexo programa de 41 pontos, tendo o jornal *O Socialista* como porta-voz. Entretanto, “o Partido Operário Nacional teve pouco eco real fora do Rio”<sup>208</sup>.

Menos simpático à greve e mais confiante nas alianças e negociações políticas com as autoridades, “França e Silva e seu Partido Operário lutavam pela formação de Tribunais de Arbitragem, compostos por operários e patrões, como meio de solução dos conflitos entre capital e trabalho”<sup>209</sup>. A aliança entre patrão e empregado seria um princípio anunciado pelo seu principal órgão de propaganda, o *Echo Popular*, como já dito anteriormente. Entre os colaboradores que escreviam no jornal, havia alguns intelectuais da época a exemplo de Evaristo de Moraes<sup>210</sup> que se notabilizaria como militante socialista e advogado criminalista,

---

<sup>206</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...* Op. cit., p. 63.

<sup>207</sup> CASTELLUCCI, Aldrin. Op. cit., p. 47.

<sup>208</sup> PÁDUA, 1985 Apud SCHMIDT, Benito Bisso. Op. cit, p. 142.

<sup>209</sup> CASTELLUCCI, Aldrin. Op. cit., p. 47.

<sup>210</sup> Segundo Joseli Mendonça, Evaristo de Moraes atuou como advogado de várias agremiações operárias do Rio de Janeiro durante praticamente toda a primeira década do século XX, apesar de se formar na Faculdade de Direito somente em 1923. Por preparar processos para um renomado escritório de advocacia, Evaristo recebeu do Tribunal de Justiça o direito de representar judicialmente no foro, tornando-se um advogado

encarregado da defesa de muitos operários e de anarquistas<sup>211</sup>, como França e Silva. Evaristo de Moraes “entendia que a emancipação econômica da classe trabalhadora era inseparável da sua emancipação política”<sup>212</sup> e o partido operário não deveria ser visto ou entendido como “apêndice do movimento republicano ou das classes dirigentes”<sup>213</sup>.

Não demorou muito para que os temores de José França e Silva em relação à aproximação do partido operário com o republicanismo comtiano se materializassem. Quanto à participação de Augusto Vinhaes na Revolta da Armada, França e Silva, por considerar que os conflitos não diziam respeito às reivindicações dos operários, se coloca em uma posição de neutralidade. Entretanto, “o clima político ficou tão pesado em relação ao movimento operário que até o seu grupo, apesar de prestar esclarecimentos ao chefe de polícia informando sua neutralidade, sofreu acusações e prisões”<sup>214</sup>.

Após a Revolta da Armada, Vinhaes, no exílio, sai de cena do movimento operário. O CPO dissolve-se e, em abril de 1894, França e Silva falece<sup>215</sup>. Mas, apesar dos percalços, os socialistas continuaram atuando no Rio de Janeiro em diversas associações de cunho operário, numa intensa luta com o Estado por direitos, como veremos a seguir. Entretanto, o objetivo dos socialistas, como Augusto Vinhaes e Luís França e Silva, de formação de um partido socialista estável e de abrangência nacional, apenas vai se concretizar em 1945, no contexto da Segunda Grande Guerra com a criação do PSB.

É importante ressaltar, nas palavras de Batalha, que “independente das manifestações ideológicas, a organização dos trabalhadores, fossem eles qualificados ou não, é um traço

---

prático, um rábula, como era denominado na época o profissional que exercia a advocacia sem formação acadêmica. Importante porta-voz do movimento sindical, durante todo período que atuou nos sindicatos, ele cumpria as funções do advogado, promovendo a assistência judicial aos sócios dos sindicatos, formalizando legalmente as instituições, defendendo os trabalhadores nas circunstâncias de repressão policial na ocorrência de greves, encaminhando pagamento de fianças ou impetrando *habeas corpus*. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. “Evaristo de Moraes. Militância política na história da vida”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (orgs.). Op. cit., p.201-222. Sobre Evaristo de Moraes ver também outra obra da mesma autora: *Entre as mãos e os anéis – a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. Ver ainda: BARCELOS, Ana Paula. *Discurso jurídico e (des)qualificação moral e ideológica da pobreza urbana: Evaristo de Moraes (1871-1939)*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.

<sup>211</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon. *Anarquismo, sindicalismo...* Op. cit., p. 37.

<sup>212</sup> MORAES FILHO, 1998 Apud BATALHA, Claudio H. M. Formação da classe operária... Op. cit., p. 174.

<sup>213</sup> PANSARDI, Marcos Vinícius. Op. cit., p. 73.

<sup>214</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...* Op. cit., p. 64.

<sup>215</sup> PANSARDI, Marcos Vinícius. Op. cit., p. 126.

marcante do Brasil na Primeira República”<sup>216</sup>. O socialismo se faz muito presente no período, seja ele revolucionário ou reformista. Neste sentido, uma questão se faz necessária: por que um partido socialista de peso só vai acontecer 56 anos após a primeira iniciativa de 1889, apesar de todo esforço e luta dos trabalhadores?

Podemos dizer que o novo regime não significou uma reforma no sistema político que aumentasse a participação política dos trabalhadores. No dizer de França e Silva, “o atual governo não quer consórcio com a classe operária” dando várias demonstrações do fato<sup>217</sup>. O caráter repressivo e excludente dos governos republicanos mantinha sempre a defesa dos interesses dos grupos dominantes e deixava à margem a questão social, restando as manifestações da nascente classe operária<sup>218</sup> através do uso da força.

Sendo assim, a atuação dos socialistas se deu dentro de margens possíveis de atuação e negociação. Tiago Bernardon de Oliveira afirma:

Por ora, basta perceber que as dificuldades estruturais e conjunturais no Brasil da Primeira República não permitiram o desenvolvimento da principal estratégia socialista, qual seja a organização de um partido político-parlamentar, tendo por base preferencial o operariado<sup>219</sup>.

Apesar dos inúmeros obstáculos nas primeiras tentativas de formação de um partido socialista nas primeiras décadas da República, a exemplo do CPO de Vinhaes e dos ensaios de partido de França e Silva, “tais organizações tiveram um papel fundamental na reunião da nascente classe operária brasileira, ilustrando o esforço de criação de uma identidade para a classe trabalhadora na busca de um lugar concreto na cena política”<sup>220</sup>, como lembra Ângela de Castro Gomes. “Essas organizações contribuíram para transformar os trabalhadores em importantes atores da vida política do país”<sup>221</sup>, dando visibilidade aos seus anseios e reivindicações junto ao Estado

---

<sup>216</sup> BATALHA, Claudio H. M. Formação da classe operária... Op. cit., p. 172.

<sup>217</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...* Op. cit., p. 63.

<sup>218</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Op. cit., p. 163.

<sup>219</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon. *Anarquismo, sindicalismo...* Op. cit., p. 43.

<sup>220</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...* Op. cit., p. 55.

<sup>221</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Op. cit., p. 168-169.

### 1.3 Hermes da Fonseca, o movimento operário e a questão habitacional

Desde a radical transformação por que passou esta Capital que entre problemas que se tornaram mais interessantes e urgentes, sobressahe o da habitação para o operariado. (...). No intuito de dar remédio ao mal que assim affige essa digna classe resolvi, servindo-me da lei que votastes o anno passado, mandar construir, nos terrenos da Estação Deodoro, uma villa proletária, cuja primeira pedra tive a satisfação de lançar no dia 1º deste mez<sup>222</sup>.

A epígrafe acima é o discurso de posse do então presidente da República Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, eleito em 1911. Pela primeira vez, a questão social era abordada por um presidente como um problema a ser resolvido pelo Estado, o que o difere dos outros presidentes da Primeira República: a produção estatal da moradia operária<sup>223</sup>. A atitude do presidente Hermes da Fonseca era uma resposta à demanda por moradia apresentada pelos trabalhadores desde o Império. Jaime Benchimol afirma que “a crise habitacional, entendida como escassez e carestia das habitações para gente pobre, no período compreendido entre 1850-1870, emergiu como um dos traços mais característicos e recorrentes da vida urbana do Rio de Janeiro”<sup>224</sup>. Ao mesmo tempo, o discurso servia de resposta aos operários, em especial aos socialistas reformistas, uma parcela do movimento operário que o apoiou na campanha eleitoral.

Conhecida como “Campanha Civilista”, a empreitada elegeu por voto direto o primeiro presidente militar na Primeira República. A eleição de Hermes da Fonseca e a campanha civilista serão assuntos que veremos mais adiante. O que procuraremos aqui é entender os meandros que a viabilizaram, considerando-se ser ele um militar gaúcho sem tradição política, que contrariava a ordem sucessória presidencial, que escolhia seus sucessores entre os representantes das oligarquias, em uma alternância de poder entre os dois estados mais poderosos economicamente, Minas Gerais e São Paulo. Pensamos, ainda, o que levou uma parcela significativa do movimento operário a apoiá-lo. Em especial os reformistas

---

<sup>222</sup> Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da terceira sessão da sétima legislatura pelo Presidente da República Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca. Rio de Janeiro, 1911. p. 24. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/presidencia/ex-presidentes/hermes-fonseca>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

<sup>223</sup> OLIVEIRA, Alfredo Cesar Tavares de. Op. cit., 2009. p. 51.

<sup>224</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início de século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992. p. 124.

amarelos, representados por lideranças conhecidas, como Mariano Garcia, Hermes Olinda e Merchior Pereira Cardoso, Sarandy Raposo, Pinto Machado, entre outros.

As condições precárias das habitações para a grande massa da pobreza urbana se agravaram no Rio de Janeiro no momento em que se desarticulou a escravidão, com a extinção do tráfico, e permaneceu como crise latente na história da cidade assumindo dramáticas proporções quando “a abolição da escravidão e a queda da monarquia desataram o volumoso fluxo de imigrantes estrangeiros que veio engrossar a população da capital, como informa Benchimol<sup>225</sup>. Para o autor, “a crise habitacional, radicada no centro do Rio de Janeiro, persistiu, adquirindo dimensões dramáticas nos anos posteriores à abolição e à proclamação da República”<sup>226</sup>.

Muitos trabalhadores, através da alternativa mutual, buscaram criar fundos com o objetivo de construir casas; já a ação do movimento operário, no que diz respeito principalmente à corrente socialista reformista, buscava, a exemplo do CPO de Vinhaes e do banco criado por ele com mais de 6.722 acionistas, construir unidades destinadas à moradia de operários. Buscava também, através da imprensa operária, pressionar o Estado exigindo a intervenção do poder público no sentido de construir casas populares ou mesmo cedendo terrenos ou tornando flexíveis as posturas municipais para que os trabalhadores – a exemplo do decreto lei nº 2.407 de 1911, promulgado por Hermes da Fonseca que oferecia terrenos federais gratuitos, entre outros incentivos para a construção de moradia para trabalhadores – e por meio das mutuais e seus fundos, pudessem construir casas. O que de fato chegou a ocorrer com o Banco do Povo do CPO, que construiu algumas unidades destinadas à moradia operária, mas que, segundo Benchimol, significou “uma gota d’água no oceano da problemática habitacional”<sup>227</sup>.

A pressão sobre a questão habitacional começa a tomar vulto em 1900 com uma maior organização do movimento operário e uma série de greves e paralisações. A questão da moradia operária passa a ser o tema do dia, tornando-se não apenas um problema para trabalhadores, mas também para técnicos, empresários, médicos, militares e chefes de polícia que reprimiam as greves de forma sistemática, apoiados em leis e decretos desenvolvidos para dar sustentação à repressão policial, a exemplo da lei de expulsão do estrangeiro em 1907. A situação, que já era aflitiva, se agrava quando, através do discurso do progresso e da

---

<sup>225</sup> Ibidem, p. 128.

<sup>226</sup> Ibidem, p. 162.

<sup>227</sup> Ibidem, p. 305.

civilização, é iniciado o projeto de modernização e higienização da capital, nos moldes das principais cidades europeias. De acordo com Alfredo Oliveira:

Procurando resolver as contradições de uma cidade colonial diante de uma elite segregadora, a destruição do centro da cidade, onde se convivia lado a lado ricos comerciantes com o mais humilde trabalhador, para em seu lugar edificar uma cidade da *Belle Epoque*, era muito bem vinda<sup>228</sup>.

Para esta empreitada, é eleito Rodrigues Alves (1902-1906), cafeicultor paulista que, com o dinheiro referente ao acúmulo de capital oriundo do café resolve investir na empreitada de transformar a cidade do Rio de Janeiro. Entre outras medidas, “incumbe o prefeito Pereira Passos de construir, a custo de inúmeros trabalhadores desalojados, a Avenida Central (atual Rio Branco)”<sup>229</sup>. Para Benchimol, o embelezamento da capital tornou-se, daí por diante, tema constante nos discursos das autoridades instituídas em detrimento das classes populares:

O termo “embelezar” tem enorme ressonância no discurso propagandístico da época. Designa mais do que a imposição de novos valores estéticos, a criação de uma nova fisionomia arquitetônica para a cidade encobre, por assim dizer, múltiplas “estratégias”. A erradicação da população trabalhadora que residia na área central, projeto debatido desde meados do século passado; a mudança de função do centro, atendendo – num plano mais imediato – aos interesses especulativos que cobiçavam essa área altamente valorizada e – num plano mais geral – as exigências da acumulação e circulação do capital comercial e financeiro; razões ideológicas ligadas ao “desfrute” das camadas privilegiadas; razões políticas decorrentes de exigências específicas do Estado republicano em relação aquela cidade que era a sede do poder político nacional. A construção da avenida representou, antes de tudo, um processo de expropriação ou segregação de determinadas frações sociais de uma área privilegiada “central” do espaço urbano, em proveito de outras frações sociais, atuando o Estado como o executor do processo, através de mecanismos econômicos e jurídicos de expropriação e valorização<sup>230</sup>.

Rômulo Mattos salienta que “as reformas urbanas empreendidas entre 1902 e 1906 agravaram sobremaneira a crise de moradia no Rio de Janeiro”<sup>231</sup>. Para ter-se uma ideia do ritmo frenético das demolições, que começaram em 29 de fevereiro de 1904, em 07 de setembro do mesmo ano, isto é, pouco mais de 06 meses do início da empreitada, na

---

<sup>228</sup> OLIVEIRA, Alfredo Cesar Tavares de. Op. cit., p. 27.

<sup>229</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>230</sup> BENCHIMOL, Jaime L. Op. cit., p. 229-230.

<sup>231</sup> MATTOS, Romulo Costa. *Pelos pobres! As campanhas para a construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2008. p. 53.

inauguração de parte da linha dos bondes elétricos, “em um percurso de quase 2 km, foram demolidos 550 prédios”<sup>232</sup>, segundo informa Benchimol.

O “bota-abaixo”<sup>233</sup> promovido por Pereira Passos e as mudanças ocasionadas pela remodelação do centro do Rio que atingiram de forma negativa a população que morava no Centro, e em particular, ao prejuízo causados à classe trabalhadora, contribuíram para a intensificação da atividade sindical, tanto do lado anarquista quanto pelos socialistas, “fazendo com que as reivindicações dos trabalhadores ganhassem não apenas as páginas dos jornais operários, mas também as da grande imprensa”<sup>234</sup>. A partir de 1902, várias manifestações, paralisações, revoltas populares e greves começam a pulular na Capital Federal. Marcela Goldmacher salienta que desde 1890 até os primeiros anos do século XX, apesar do movimento operário não ser amplo ou organizado, suas ações grevistas e reivindicatórias possuíam considerável repercussão, “mas é especificamente nos anos de 1902 e 1903 que se intensificam, sendo o ano de 1903, o que tem o maior número de greves”<sup>235</sup>. Tal fato pode ser explicado pela conjuntura econômica favorável pela expansão da economia iniciada no mesmo ano e pela “propagação de organizações operárias voltadas para a luta sindical como condições favoráveis para a eclosão de movimentos reivindicatórios dos trabalhadores”<sup>236</sup>.

A data de 1903, mais precisamente entre os meses de agosto e setembro, foi marcante para o movimento operário no que diz respeito à greve. A paralisação dos operários da indústria têxtil da Capital Federal teve conotação de uma greve geral reunindo milhares de trabalhadores de várias categorias. Segundo Batalha:

A greve da indústria têxtil na capital federal em agosto-setembro de 1903 foi um marco nesse sentido, sobretudo por envolver uma categoria submetida ao trabalho mecânico, com considerável presença de mulheres e menores, e que não contava com experiência organizativa prévia das categorias artesanais qualificadas. Outro aspecto marcante da greve foi ter recebido a adesão de outras categorias, o que lhe conferiu ares de uma greve geral, reunindo milhares de trabalhadores. A greve foi percebida de uma série de mobilizações localizadas, que deram origem – justamente

---

<sup>232</sup> BENCHIMOL, Jaime L. Op. cit., p. 229.

<sup>233</sup> Bota Abaixo. Expressão criada para designar, ao mesmo tempo, o processo de reformas urbanas de Pereira Passos e a maneira radical pela qual foram implantadas as obras públicas. Disponível em: <cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira.../BOTA-ABAIXO,%20O.pdf>. Acesso em 28 jan. 17.

<sup>234</sup> BENCHIMOL, Jaime L. Op. cit., p.245.

<sup>235</sup> GOLDMACHER, Marcela. “Movimento operário: aspirações e lutas (1890-1906)”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Trabalhadores em greve...* Op. cit, p. 114-119.

<sup>236</sup> BATALHA, Cláudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Op. cit., p. 39.



nessa categoria, em tese tão pouco propensa à organização – ao primeiro sindicato do Distrito Federal, a Federação dos Operários em Fábricas de Tecidos. A greve foi ferozmente reprimida e nenhuma de suas reivindicações entre as quais a jornada de oito horas, foi atendida<sup>237</sup>.

Conhecida como “a grande greve da capital federal”<sup>238</sup>, teve duração de 26 dias contando com a participação dos operários têxteis, que deram início ao movimento, e, em um segundo momento, de outras classes como as dos pedreiros, alfaiates, estivadores, sapateiros, chapeleiros, pintores, entre outras categorias. O que é relevante ressaltar na greve de 1903, além das proporções e da sua duração, foi ter surgido como um movimento espontâneo e localizado. Sua extensão também não parece ter sido fruto de nenhuma ação premeditada<sup>239</sup>. Podemos perceber que, apesar da mobilização ainda incipiente dos operários, ela começava a tomar vulto, ocorrendo uma aproximação recíproca entre as classes de trabalhadores na luta por seus direitos. Estes se revelam como uma força política, atores sociais que pressionam e começam a pleitear maior participação no cenário político. A partir de 1903, as reivindicações, paralisações e greves passam a ocorrer com maior frequência. Para termos ideia, apesar de toda a repressão policial do Estado republicano com o movimento operário, Goldmacher informa que “entre os anos 1890 e 1906 ocorreram 106 greves de diversas categorias”<sup>240</sup>.

A construção da Avenida Central, no projeto de remodelação da cidade, se constituía grosso modo, em um elemento a mais no já delicado momento de insatisfação da população que foi desalojada do centro. A escassez de habitação, que era um problema há muitas décadas, tornou-se insustentável, não apenas pela aglutinação da população nos imóveis que restavam no centro ou nos arredores ocasionando a superlotação, mas também por suas consequências: aumento dos alugueis, deterioração das condições de higiene, causando uma violenta degradação na vida do trabalhador. Jaime Benchimol exemplifica essa degradação. Segundo o autor, “para se ter uma ideia, nas 600 edificações que não foram derrubadas no centro havia cerca de 13 mil pessoas morando; nas 70 casas de cômodos que ainda restaram, residia um contingente de 1000 pessoas”<sup>241</sup>.

---

<sup>237</sup> Ibidem, p. 39-40.

<sup>238</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...* Op. cit., p. 73.

<sup>239</sup> Ibidem.

<sup>240</sup> GOLDMACHER, Marcela. Op. cit., p. 132.

<sup>241</sup> BENCHIMOL, Jaime L. Op. cit., p. 305.

O problema de não ter onde morar passa a ser uma realidade para uma grande parcela da população do centro, que se desloca para os subúrbios, mas, para os trabalhadores em particular, esta solução não era atraente pela distância e o tempo do deslocamento para o trabalho. Além disso, o custo da passagem se tornava oneroso para o trabalhador que já ganhava pouco. Deve-se levar em consideração também a própria jornada de trabalho que, em muitos estabelecimentos, ultrapassava 12 horas diárias. Nesse contexto, “a falta de moradia passa a configurar também como destaque nos programas das várias organizações operárias atuantes no Rio, tanto anarquistas quanto reformistas”<sup>242</sup>. Além das questões comuns relacionadas à carestia, aos transportes, aos salários e à jornada de trabalho, “a fúria modernizadora das obras e a inexistência de políticas sociais ou compensatórias tornavam a miséria um horizonte próximo e ameaçador para a maioria dos que viviam do próprio trabalho”<sup>243</sup>, segundo Marcelo Badaró.

Se em 1903, como destaca Batalha em citação anterior, havia uma conjuntura econômica propícia com a expansão econômica, o mesmo não aconteceu com o ano de 1904, apresentando já nos primeiros dias uma recessão econômica causada pela oscilação de preço do café no mercado externo, o que leva à falência de muitas casas comerciais, desempregando centenas de operários<sup>244</sup>. Além do desemprego e da falta de moradia potencializada por conta das reformas de Pereira Passos, em 09 de novembro, o Senado aprova a lei da vacinação obrigatória, o que seria o estopim para a deflagração no dia 10 de novembro de inúmeras manifestações populares:

A revolta, ocorrida entre 10 e 16 de novembro de 1904, foi impulsionada por uma mobilização contrária a uma lei que regulamentava a recém-instituída obrigatoriedade da vacinação contra a varíola no Distrito Federal. Os opositores da legislação argumentavam contra a truculência de ação dos agentes da saúde pública na cidade (já experimentada na campanha da erradicação da febre amarela), respaldada pelos draconianos da lei, bem como questionavam a eficácia do método empregado, associado por muitos à técnicas mais antigas e perigosas de inoculação<sup>245</sup>.

Dias depois, a revolta que se inicia no centro da cidade, se expande para seus arredores como o bairro da Saúde, Largo de São Francisco e Praça Tiradentes, onde restos de ruas,

---

<sup>242</sup> Ibidem.

<sup>243</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Escravizados e livres... Op. cit., p. 167.

<sup>244</sup> BENCHIMOL, Jaime L. Op. cit., p. 231.

<sup>245</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Escravizados e livres... Op. cit., p. 166.

ruínas das demolições e alicerces das obras foram usados pela população amotinada como armas contra a polícia<sup>246</sup>. De acordo com Marcelo Badaró, “a revolta ganha proporções de um grande motim popular com algumas características das clássicas guerras de barricadas europeias, associadas a um amplo e generalizado quebra-quebra”<sup>247</sup>, fato que foge em muito as intenções dos agitadores de primeira hora.

No dia 15 de novembro, já em um cenário conturbado, eclode um golpe militar liderado pelo Senador e tenente-coronel Lauro Sodré que pretendia depor o Presidente Rodrigues Alves. “Havia, por trás da agitação, conspirações contra o governo, tanto da parte de monarquistas quanto de republicanos radicais, todos dispostos a um golpe que supostamente restaurasse a moralidade”<sup>248</sup>. Isso ocorreu com o notório apoio dos trabalhadores de um modo geral, a exemplo daqueles em fábricas de tecido que normalmente não eram organizados em sindicatos e, o que nos interessa mais diretamente, a participação de representantes socialistas ligados ao Centro das Classes Operárias, o CCO, que tinha Vicente de Souza como líder e que, juntamente com Lauro Sodré, realizou comícios em conjunto com a Liga Contra a Vacinação Obrigatória<sup>249</sup>.

A Revolta da Vacina, assim como o golpe militar, foram duramente reprimidos por ações articuladas entre o Ministério de Interior e da Guerra e o chefe de polícia, resultando em vários presos e muitos mortos. José Murilo de Carvalho nos dá uma ideia da violência da repressão, contabilizando 110 feridos, 30 mortos, 945 presos e 461 deportados<sup>250</sup>. A vitória do governo se deve, em grande parte, “a atuação do comandante da polícia da capital na época, o general Hermes da Fonseca, que de forma enérgica conseguiu controlar o motim, frustrando os planos dos insurgentes cadetes do Forte de Copacabana ou dos motinados no Centro da Cidade”<sup>251</sup>.

Há uma historiografia farta sobre o episódio da Revolta da Vacina. Autores como José Murilo de Carvalho, Nicolau Sevcenko, Sidney Chalhoub, Jaime Benchimol, entre outros, abordam o tema. Entretanto, Rômulo da Costa Mattos alerta sobre a necessidade de um aprofundamento maior acerca do assunto, o que não é objetivo deste trabalho. O que nos

---

<sup>246</sup> BENCHIMOL, Jaime L. Op. cit., p. 308.

<sup>247</sup> Ibidem, p. 307.

<sup>248</sup> Ibidem. p. 307.

<sup>249</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...* Op. cit., p. 74.

<sup>250</sup> CARVALHO, José Murilo. Op. cit, p. 126.

<sup>251</sup> Ibidem, p.107.

interessa mais de perto é entender a participação dos trabalhadores no episódio e o problema da falta de moradia para o operariado, potencializado pelas reformas urbanas de Pereira Passos, como pano de fundo para a participação dos trabalhadores no evento e para o debate que ocorre em seguida.

No ano seguinte à revolta, diante da crise habitacional e da evidente ascensão do movimento dos trabalhadores, questões como a produção da moradia operária passam a ser não somente tema para trabalhadores, mas também para técnicos, empresários, médicos, intelectuais, militares e chefes de polícia. Segundo Jaime Benchimol:

O “Bota-abaixo” coincidiu com o incremento da atividade sindical, tanto pelo lado anarquista quanto pelos sindicatos “amarelos”, fazendo com que as reivindicações dos trabalhadores ganhassem as páginas dos jornais e a consciência de setores médios, como advogados e jornalistas<sup>252</sup>.

Em março de 1905, um jovem engenheiro da prefeitura, Everardo Backheuser<sup>253</sup> a partir de uma série de artigos intitulado “Onde moram os pobres”, começa a denunciar a situação de moradia dos trabalhadores, a princípio na revista *Renascença*, periódico destinado ao seletor público da aristocracia carioca, e, num segundo momento, passa a publicar seus artigos também no jornal *O Paiz*, abordando, em forma de denúncia, as condições de moradia das classes populares. Afirmar, através de fotos e de uma descrição jornalística, que a vida nas habitações populares era obscura e precária. A partir disso, “a discussão sobre a questão habitacional ganhou o caráter de uma campanha sistemática na grande imprensa”<sup>254</sup>. Em outro periódico, o jornal *Correio de Notícias*, Evaristo de Moraes começa a publicar matérias em uma coluna destinada à classe operária sobre a falta de moradias no Rio de Janeiro, e, assim como o próprio Everardo Backheuser – embora com posicionamentos político-ideológicos bastante diferentes – procura chamar a atenção das classes dominantes para o potencial do assunto na agitação popular, recorrendo muitas vezes ao episódio da Revolta da Vacina para defender a atenção à questão social.

---

<sup>252</sup> BENCHIMOL, Jaime L. Op. cit., p. 192.

<sup>253</sup> Everardo Adolpho Backheuser, geógrafo, geólogo, escritor, deputado estadual, foi professor de engenharia da Escola Politécnica, hoje, atual UFRJ. Fundador da Academia Brasileira de Ciências e um dos principais agentes da renovação do ensino da Geografia e do pensamento católico na reforma pedagógica do ensino brasileiro na década de 1930. Destacou-se ao escrever artigos para periódicos importantes da época sobre a questão habitacional para as classes populares. Dados biográficos de Everardo Backheuser podem ser encontrados em: SANTOS, Sidney M. G. dos. *A cultura opulenta de Everardo Backheuser. Os conceitos e as leis básicas da geopolítica*. RJ: Ed. Carioca de Engenharia, 1989.

<sup>254</sup> MATTOS, Rômulo Costa. Op. cit., p. 56-59.

Por conta do intenso debate na mídia, a resposta dos governantes foi rápida e, ainda em 1905, o Ministério do Interior nomeou uma comissão de inquérito para estudar a crise de moradias e elaborar um projeto de lei. É significativo perceber a presença, em tal comissão, de personalidades que haviam se destacado na discussão travada nos jornais cariocas, dentre os quais o próprio Backheuser. “A derrubada de 2.240 prédios entre 1902 e 1906 provocou a retirada de cerca de 36.900 pessoas daquela mesma área central que Pereira Passos supostamente pretendia integrar ao cotidiano dos trabalhadores”<sup>255</sup>.

Na conjuntura marcada pelo crescimento dos protestos operários, através da deflagração de uma campanha na grande imprensa pela construção de habitações populares, os governos municipal e federal começaram a agir para tentar resolver a crise de moradias na capital. Em 16 de junho de 1905, na onda da campanha desenvolvida na grande imprensa, principalmente pelo jornal *O Paiz*, o ministro do Interior J. J. Seabra nomeou uma comissão de inquérito para estudar o assunto e sugerir a melhor medida a ser adotada<sup>256</sup>. A comissão de inquérito era composta por Aaulfo de Paiva, Medeiros e Albuquerque, Everardo Backheuser, Sá Freire, Azevedo Lima, Felipe Meyer e Arthur Índio do Brasil e tinha por objetivo “estudar o problema da habitação ‘das classes menos favorecidas’ e apresentar o conjunto de medidas que parecem oportunas e necessárias à sua conveniente solução”<sup>257</sup>.

No mesmo ano, Pereira Passos anunciava a sua intervenção direta na questão da habitação, tendo iniciado os procedimentos que levariam à construção de casas populares com os recursos da própria prefeitura. Tal medida foi aplaudida pela maioria dos periódicos da capital, por ser vista como um indício de reação do poder público contra a crise de moradia. Entretanto, a mesma fúria e velocidade aplicadas às demolições, não ocorreu na construção de casas populares, a quantidade de habitações construídas não chegou nem perto do número de demolições ocorridas durante as obras de reformulação urbana. “A derrubada de 2.240 prédios entre 1902 e 1906 provocou a retirada de cerca de 36.900 pessoas daquela mesma área central”<sup>258</sup>, onde foram construídas irrisórias 120 casas, comparadas ao número de trabalhadores desalojados, e que ficaram prontas somente em 1908, na gestão do prefeito Francisco Marcelino de Souza Aguiar.

---

<sup>255</sup> VAZ, 2002 Apud MATTOS, Rômulo Costa. Op. cit., p. 56.

<sup>256</sup> MATTOS, Rômulo Costa. Op. cit., p. 84.

<sup>257</sup> Ibidem, p. 84-85.

<sup>258</sup> VAZ, 2002 Apud MATTOS, Rômulo Costa. Op. cit, p. 56.

Além disso, as classes populares acabaram ficando de fora dessas habitações, tendo elas sido ocupadas preferencialmente pelos funcionários da própria prefeitura ou por pessoas estranhas ao movimento operário – conforme denunciaram os jornais operários e os órgãos da grande imprensa que faziam oposição à União e à Municipalidade<sup>259</sup>. As medidas tomadas pelo governo federal, na verdade, foram muito mais respostas rápidas para uma situação limite na intenção de acalmar os ânimos do que ações efetivas sobre o problema da moradia. As medidas da prefeitura objetivavam muito mais contemplar os interesses do grande capital imobiliário do que da população expropriada da sua moradia, assim como denunciavam os jornais operários da época.

É importante ressaltar que o movimento operário não ficou inerte diante dos acontecimentos. A partir de 1905 se intensificam os protestos dos operários e o incremento da atividade sindical, a exemplo das numerosas e violentas greves que ocorreram no porto entre 1906 e 1907, só abrandando em 1908, por conta de acordos fechados<sup>260</sup>. Em 1906, ocorre o I Congresso Operário na cidade do Rio de Janeiro, que constitui um marco importante para a história do movimento operário no Brasil, quando ocorreu uma disputa pela hegemonia do movimento operário entre suas diferentes correntes. Ângela de Castro Gomes salienta que apesar da vitória do anarco-sindicalismo na disputa, os socialistas não saíram de cena:

[...] o congresso foi uma iniciativa que traduziu a disputa existente entre diferentes orientações ideológicas no movimento sindical. Embora suas resoluções consagassem uma proposta de base anarco-sindicalista, este fato estava longe de significar o predomínio ou a vitória dos grupos anarquistas, inegavelmente fortes no Rio e em São Paulo. Não há dúvidas de que a emergência dos anarquistas foi o grande destaque do período, mas a permanência dos socialistas, bem como o surgimento de iniciativas de outro teor devem ser observados<sup>261</sup>.

Com a vitória do anarco-sindicalismo, estabeleceu-se uma longa luta entre esse e os reformistas sociais que durou até os anos 1920, quando os “amarelos” enfraquecem no cenário político. Apesar da aparente vitória da proposta anarquista no campo da luta sindical, podemos entender que no campo político, os reformistas amarelos é que deram o tom, preocupados em montar bases associativas para seus partidos. Em 1908, foi fundado o Partido Socialista onde figuravam nomes de sindicalistas como os de Mariano Garcia, Hermes Olinda e Merchior Pereira Cardoso, seu diretor-geral.

---

<sup>259</sup> Ibidem, p. 244.

<sup>260</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...* Op. cit., p. 112.

<sup>261</sup> Ibidem, p. 111.

O Partido Socialista fora organizado com aberto apoio da União dos Operários Estivadores e da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, duas das mais atuantes associações de trabalhadores existentes no porto do Rio. Estas, assim como a União dos Foguistas e a associação dos Marinheiros e Remadores, mantinham contato com figuras importantes do movimento sindical carioca, como, por exemplo, Evaristo de Moraes, Vicente de Souza, Nicanor Nascimento e Maurício de Lacerda (todos reformistas), mas é preciso salientar que a aproximação não as tornava sindicatos socialistas. Outras associações como o Centro dos Operários Municipais, o Centro Cosmopolita e a Phenix Caixeiral, que reunia empregados do comércio, assim como a União dos Empregados do Comércio (as duas associações tachadas pelos anarquistas como “viveiros de políticos”<sup>262</sup>), “que reuniam predominantemente trabalhadores do setor privado de serviços, com destaque para os ferroviários, marítimos e empregados de transportes urbano, constituíam bases importantes do sindicalismo que era chamado de reformista ou ‘amarelo’”<sup>263</sup>.

Parte dessas associações na Campanha Civilista de 1909 irá apoiar o candidato da situação Hermes da Fonseca à presidência da República. Este, em sua proposta de governo, faz menção à questão social, defendendo ser o problema um assunto a ser resolvido pelo Estado. Como vimos, a questão da habitação estava na pauta de discussões das lideranças sindicais e da imprensa, de modo que não poderia passar despercebido por Hermes da Fonseca. Não podemos esquecer também que ele viveu a fúria das insatisfações populares quando reprimiu a Revolta da Vacina. Assim, quando eleito, faz cumprir sua promessa de campanha ao lançar a pedra de inauguração da vila proletária “Marechal Hermes” no dia 1º de Maio de 1911, acompanhado por representantes do operariado, a exemplo de Pinto Machado, Mariano Garcia e Melchior Pereira Cardoso, presidente da União dos Operários do Engenho de Dentro e membro da Liga Operária do Distrito Federal<sup>264</sup>. Outras associações também estavam presentes, como as dos Trabalhos de Tecidos, a União dos Foguistas, a dos Trabalhadores de Carvão, Mineral e outros, e a União dos Marinheiros e Remadores, como noticia a *Gazeta de Notícias*<sup>265</sup>.

O governo Hermes da Fonseca ainda tomará outra atitude de aproximação junto ao operariado em novembro de 1912, patrocinando no teatro Monroe o que seria o IV Congresso

---

<sup>262</sup> Ibidem, p. 114.

<sup>263</sup> Ibidem.

<sup>264</sup> *Gazeta de Notícias*, 02 de maio de 1911. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>265</sup> Ibidem.

Operário, organizado pelos tenentes, o deputado federal Mário Hermes da Fonseca e Palmiro Serra Pulquério, que obtiveram passagem e hospedagem gratuitas para os participantes de quase todo o Brasil<sup>266</sup>. O objetivo do Congresso era “sistematizar as reivindicações dos trabalhadores para que elas pudessem ser encaminhadas ao parlamento pelo então deputado federal, Mario Hermes”<sup>267</sup>. Tal assunto será abordado mais adiante.

A Proclamação da República não significou para a classe trabalhadora a realização do sonho de participação política e da ampliação da cidadania. Pelo contrário, a rigidez do sistema revelou fortes continuidades do aparelho de dominação anterior, mantendo a defesa dos interesses dos grupos dominantes e, através do aparato estatal, por meio do uso da força, o controle das manifestações da classe operária que lutava por direitos. Entretanto, apesar dos inúmeros obstáculos, os trabalhadores vão buscar na criação de organizações e na luta operária, possíveis espaços de atuação no sistema que pudessem garantir melhores condições de trabalho e de vida. A questão da moradia, um problema herdado do Império, começa a tomar vulto como uma das principais reivindicações do movimento operário e suas organizações nas primeiras décadas da República. Em 1909, parte dessas reivindicações recebe atenção do Estado. Em sua proposta de governo, Hermes da Fonseca defende ser a questão social um problema a ser resolvido por ele e empossado como o novo presidente da República constrói vilas operárias, cumprindo, assim, a promessa feita à parcela operária que o apoiou no que foi uma das mais significativas campanhas à presidência na Primeira República, a Campanha Civilista.

---

<sup>266</sup> CHACON, Vamireh. *História das ideias socialistas no Brasil*. 2ª Ed. RJ: Civilização Brasileira, 1981. p. 193.

<sup>267</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...* Op. cit., p. 114.



## 2 A GAZETA DE NOTÍCIAS, O OPERARIADO E A CAMPANHA DE HERMES DA FONSECA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

### 2.1 A *Gazeta de Notícias* e a relação entre imprensa e história

A história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto explicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel. Nesse cenário, muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições. Em outras, são, no mínimo, bastante próximos, pois intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional. E os exemplos vêm da Colônia, passam pelo Império, persistem na Primeira República, seguem no Estado Novo e chegam até nossos dias<sup>268</sup>.

O jornal como fonte histórica, como documento, pode revelar mais do que aparentemente demonstra. As etapas de produção, a venda, a circulação e os destinatários da leitura são partes de uma cultura que torna “a palavra impressa uma forma de construção e identificação da imagem do indivíduo, classe ou país”<sup>269</sup>. A análise de um periódico, observando o contexto histórico em que ele se insere nos possibilita compreender a sociedade e sua cosmovisão. O estudo de quem o escreve e quem o lê e como o jornal é produzido, seu conteúdo e periodicidade, revelam hábitos de uma sociedade. Além disso, o pesquisador deve estar atento ao documento e sempre analisá-lo com cautela, pois suas matérias, longe de serem isentas, revelam muito mais interesses econômicos e políticos de determinados grupos do que meramente a descrição de notícias e informações.

Maria Helena Capelato salienta “a necessidade de se distinguir a imprensa oficial da oficiosa, bem como a imprensa da opinião pública”<sup>270</sup>, para que a fonte não apenas informe sobre acontecimentos históricos do período estudado, mas sim contribua para as reflexões metodológicas do pesquisador, o qual deve estar sempre atento às subjetividades presentes nas entrelinhas do texto que lhe serve como fonte, pois como salienta Robert Darnton, “a notícia não é o que aconteceu no passado imediato, e sim o relato de alguém sobre o que aconteceu”

---

<sup>268</sup> MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). “Introdução: Pelos caminhos da imprensa no Brasil”. In: *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 8.

<sup>269</sup> CIAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900 – 1930)*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002. p. 11.

<sup>270</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. p. 20.

<sup>271</sup>. Esse alguém ao qual Darnton se refere tem lugar no tempo e no espaço. Por isso, não é um sujeito isento, uma vez que os acontecimentos publicados são previamente selecionados e diretamente condicionados aos interesses do jornalista, bem como os comentários sobre estes acontecimentos que se tornam notícias. Marialva Barbosa destaca a aproximação entre os campos do jornalismo e da história. Segundo a autora:

A primeira aproximação está mesmo na atividade de seleção, privilégio tanto do historiador quanto do jornalista. Os meios de comunicação ao selecionar o que se passa no mundo, o que vai ou não ser notícia, o que vai ser editado com destaque ou sem relevo, estão, na verdade, procedendo a criação do próprio acontecimento. Longe de serem apenas veículos de divulgação, são eles próprios criadores do acontecimento. E, dessa forma, constituem uma memória privilegiada do presente que vai ser objeto de análise do historiador num futuro. Os impressos são, sobretudo, documentos e como tal *monumentos da memória*<sup>272</sup> [grifo da autora].

Para Barbosa, “tanto o jornalista como o historiador carregam suas análises com sua própria visão de mundo, ambos colocam sua singularidade pessoal, sua subjetividade ao empreender a narrativa”<sup>273</sup>. E em nome da singularidade pessoal do jornalista, que acompanha sempre uma tendência ideológica da época, é preciso ter em foco o papel da imprensa como formadora de opinião e, em função disso, sua configuração como um importante espaço de disputa pelo poder, como dito anteriormente, de interesses econômicos e políticos de determinados grupos, onde estratégias retóricas combinam verdades e mentiras no intuito muito mais de persuadir e formatar do que de informar. Heloísa Dias retrata a maneira como é construída a percepção do leitor, através das estratégias narrativas que procuram induzir a uma realidade paralela estabelecida pelos jornais. Segundo ela:

As estratégias narrativas utilizadas na composição das estórias, ou seja, na transformação dos eventos em notícias, fragmenta a informação e legitima uma única fração da realidade, tornando-a, desse modo, a *verdade dos fatos*. Essa notícia fragmentária representa a totalidade, configura o verdadeiro real, e assim, ao descrever e interpretar o cotidiano desconhecido legitima imagens dominantes e contribui para a composição do cotidiano privado do indivíduo<sup>274</sup> [grifo da autora].

---

<sup>271</sup> DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p 18.

<sup>272</sup> BARBOSA, Marialva. “Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades”. In: NEVES, Lúcia M. Bastos P. et. al. (orgs.). *História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos. Anais do Colóquio*. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1997. p. 87.

<sup>273</sup> Ibidem.

<sup>274</sup> DIAS, Heloísa. “Estratégias narrativas e imagens da política: a eleição municipal de 1996 na primeira página do jornal *O Globo*”. In: NEVES, Lucia; MOREL, Marco. (orgs.). *História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos. Anais do Colóquio*. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1998. p 104.

Mas, isso não desqualifica a imprensa como fonte histórica, pelo contrário, é exatamente esse um dos aspectos que lhe atribui riqueza enquanto fonte de pesquisa, pois permite ao historiador recuperar os aspectos políticos, os sociais e ideológicos bem como as lutas inerentes que animavam a época em que foi concebida.

Sendo assim, o jornal como fonte histórica para o historiador, não se apresenta apenas como um produto da ação humana sob a forma escrita, que possui a finalidade de informar, mas também de local de intervenção na vida social, pelo seu duplo caráter – de produto e de instrumento. Assim sendo, é preciso que o historiador lance um olhar crítico, criterioso sobre estas publicações, levando sempre em consideração não apenas as informações contidas em seus textos, mas as condições em que foram produzidas e a intencionalidade que há por trás de seu conteúdo, como Maria Helena Capelato<sup>275</sup> anteriormente orienta.

Podemos dizer que a imprensa no Brasil teve seu início tardiamente<sup>276</sup>, o que ocorre somente em 1808 com a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro. As primeiras formas de imprensa do tipo jornalístico foram os pasquins, jornais curtos, muitas vezes de iniciativa particular, de no máximo 04 páginas que não possuíam periodicidade certa e frequentemente tinham um único artigo. Nelson Werneck Sodré relaciona o surgimento dessa forma embrionária de imprensa “às condições oferecidas pelo contexto social do início do século XIX”<sup>277</sup>. Entretanto, a partir da criação da tipografia oficial e com a independência, os pequenos jornais de poucas páginas se transformam, sendo “o período de 1830 a 1850 um importante momento para a imprensa”<sup>278</sup>, pois apesar de possuir pouca técnica na sua produção artesanal e da distribuição restrita por conta de uma sociedade pouco letrada, encontrou na realidade política a fonte necessária para a sua expansão, exercendo uma influência extraordinária para a época<sup>279</sup>.

Na segunda metade do século XIX, ocorre a grande mudança na imprensa no Brasil, o que Nicolau Sevcenko denomina de “novo jornalismo”<sup>280</sup>, isto é, a transição da chamada

---

<sup>275</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. Op. cit. p. 20.

<sup>276</sup> MELLO, José Marques de. *História social da imprensa: fatores sociais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 70-71.

<sup>277</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 155.

<sup>278</sup> Ibidem.

<sup>279</sup> Ibidem, p. 180.

<sup>280</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4a Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. p. 119.

pequena para a grande imprensa<sup>281</sup>. Seu caráter artesanal vai perdendo espaço paulatinamente para a empresa industrial, “a imprensa organizada nos moldes empresariais e voltada para a notícia como produto, transforma-se em indústria da informação, com isso, se aproxima pouco a pouco dos padrões e das características peculiares a uma sociedade burguesa”<sup>282</sup>, a exemplo da Europa e dos Estados Unidos:

Os pequenos jornais de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se for assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores. Essa transição começara antes do fim do século, naturalmente, quando se esboçara, mas fica bem marcada quando se abre a nova centúria [...]. O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, desaparece, nas grandes cidades. Será relegado ao interior, onde sobreviverá, como tal, até os nossos dias. Uma das conseqüências imediatas dessa transição é a redução do número de periódicos. Por outro lado, as empresas jornalísticas começam a firmar sua estrutura, de sorte que é reduzido o aparecimento de novas empresas<sup>283</sup>.

Os grandes periódicos passam a disputar a influência sobre um público que também começa a despontar como mercado consumidor de notícias. A partir do momento em que se constituem como grandes empresas passam a estar sob o controle de um grupo numericamente pequeno, porém coeso em sua força. Com isso, os jornais assumem um tamanho e uma demanda tecnológica que impede a possibilidade de uma maior concorrência tanto com outros títulos quanto com outras formas de pensamento.

Os jornais se transformam também em instrumentos de divulgação e propagação dos ideais daqueles que representam. Suas publicações se tornam verdadeiros pontos privilegiados de acesso e preparo da opinião pública, um lugar de exercício de poder, instrumento da manutenção da ordem socioeconômica estabelecida.

A *Gazeta de Notícias*, um desses grandes periódicos, surge neste contexto de transformação, fundado pelos editores Ferreira de Araújo, Manuel Carneiro e Elísio Mendes e pelos redatores Henrique Chaves e Lino de Assunção. Teve o seu primeiro número lançado numa segunda-feira, em 02 de agosto de 1875, ainda no período monárquico, com a seguinte “missão”:

---

<sup>281</sup> Segundo Tânia Regina de Luca, como apontamos na introdução, o termo grande imprensa, apesar de consagrado, é bastante vago e impreciso, pois, de acordo com o momento histórico em que é utilizado pode adquirir sentidos e significados diferentes. LUCA, Tânia Regina de. “A grande imprensa na Primeira Metade do século XX”. Op. cit.

<sup>282</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 261.

<sup>283</sup> Ibidem, p. 275-276.

Além d'um folhetim-romance a *Gazeta de Notícias* todos os dias dará um folhetim de actualidade. Artes, literatura, theatros, modas, acontecimentos notáveis, de tudo a *Gazeta de Notícias* se propõe trazer ao corrente os seus leitores<sup>284</sup>.

Foi Ferreira de Araújo quem iniciou no Brasil, com sua folha, a fase do jornal barato, de ampla informação. A *Gazeta de Notícias*, no seu tempo, era um jornal moderno, de espírito adiantado, “o primeiro órgão da nossa imprensa que divulgou a caricatura diária, a entrevista e a reportagem fotográfica”<sup>285</sup>. Araújo foi seu redator-chefe até 1900, ano de seu falecimento, sendo sucedido por Henrique Chaves.

A prosperidade da *Gazeta de Notícias* pode ser relacionada menos a sua venda avulsa do que aos vultosos contratos com o governo, mas, apesar do governo ser o seu principal cliente, assim como ocorria com os outros grandes jornais<sup>286</sup>, o jornal afirmava uma suposta independência e dizia não ser “governista, nem oposicionista”<sup>287</sup>. Apesar desse discurso de isenção, na prática, o jornal corroborava com a manutenção da ordem social estabelecida, defendendo-a, como salienta Carla Siqueira, como peça fundamental do funcionamento do regime<sup>288</sup>.

Na segunda metade do século XIX, a informação acompanha as mudanças proporcionadas pela crescente industrialização, os avanços tecnológicos da tipografia possibilitam à imprensa se transformar em uma indústria da informação e um grande comércio. Deste modo, vender jornal se torna um bom negócio que se expande cada vez mais. Segundo Marialva Barbosa, “a produção dos jornais com mais agilidade e eficiência, coincide com o aumento do público, por conta da generalização do ensino elementar”<sup>289</sup>, uma das demandas da República. Tânia Regina de Luca retrata as principais inovações na Capital Federal que favoreciam a circulação de notícias. Segundo a autora:

<sup>284</sup> *Gazeta de Notícias*, nº 01, 02 de agosto de 1875. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>285</sup> JORGE, Fernando. *Vida e poesia de Olavo Bilac*. 5ª Ed. São Paulo: Novo Século Editora, 2007. p. 51.

<sup>286</sup> BARBOSA, Marialva. “Imprensa, Poder e Público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)”. *INTERCOM – Ver. Bras. de Com.*, São Paulo, Vol. XX, nº2, pág.87-102, jul./dez.1997. p. 93. Marialva Barbosa faz referência aos cinco grandes jornais da época. Segundo a autora, o *Jornal do Brasil* era o mais popular, o *Correio da Manhã* seguia uma linha oposicionista, com críticas frequentes ao Governo; o *Jornal do Comércio* era o mais conservador de todos; sendo *O Paíz* o mais polêmico; a *Gazeta de Notícias* se destacava pelo seu caráter literário, de possuir em seu *casting*, autores consagrados na época, tais como Machado de Assis.

<sup>287</sup> *Ibidem*.

<sup>288</sup> SIQUEIRA, Carla. “A construção da memória histórica na imprensa carioca do início da República”. In: NEVES, Lúcia M. Bastos P. et. al. (orgs.). *História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos. Anais do Colóquio*. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1997. p. 68.

<sup>289</sup> *Ibidem*, p. 96.

O mundo urbano expandia-se, os trilhos das ferrovias rasgavam as regiões mais prósperas, a navegação a vapor acelerava as trocas, as atividades comerciais e os serviços começavam a se diversificar, contexto que a um só tempo favorecia e demandava a circulação da informação<sup>290</sup>.

Em sua primeira publicação (com quatro páginas), o jornal se intitulava como folhetim, com muitos anúncios de propaganda de produtos. A *Gazeta* era um periódico voltado para o seu tempo que apresentaria, além das atualidades, a arte e a literatura ao alcance da população, pois, como salienta Nelson Werneck Sodré, a grande revolução gerada pela inauguração da *Gazeta de Notícias* foi fruto do seu estilo “barato, popular, liberal, vendido a quarenta réis o exemplar”<sup>291</sup> que se contrapunha e concorria com o único jornal consolidado da época, o *Jornal do Comércio*.

A *Gazeta de Notícias* “trazia em seu bojo tudo àquilo que os poucos letrados da Capital Federal (aproximadamente 1,72% da população carioca, em 1872, era alfabetizada) desejavam: literatura amena de romances-folhetins, pequenas colunas de crônicas de variedades e seção de piadas, entre tantas outras”<sup>292</sup>. Apesar de ser considerado um jornal popular pelo preço modesto para os padrões da época (40 réis), ficou conhecido no meio intelectual por ceder espaço à literatura de forma significativa, pois autores como Machado de Assis, Eça de Queiroz, Olavo Bilac, Coelho Neto, Capistrano de Abreu, entre outros escritores consagrados, possuíam colunas no jornal. Fato este que também ajudava a aumentar sua credibilidade e prestígio.

Outra novidade lançada pela *Gazeta* diz respeito à distribuição. No período monárquico, os jornais eram distribuídos por assinaturas e “a *Gazeta de Notícias* passa a inovar ao contratar jovens para a distribuição da publicação de forma avulsa pelas ruas”<sup>293</sup>, nos moldes dos “pequenos *canards* franceses”<sup>294</sup>. Em sua primeira edição, destacava na página inicial: “Precisa-se de bons entregadores para fazerem a distribuição da *Gazeta de*

<sup>290</sup> LUCA, Tânia Regina de. “A história dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 136.

<sup>291</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 247.

<sup>292</sup> ASPERTI, Clara Miguel. “A vida carioca nos jornais: *Gazeta de Notícias* e a defesa da crônica”. *VII Jornada Multidisciplinar: Humanidades em Comunicação* FAAC/UNESP-Bauru/outubro 2005. p. 32. Disponível em: <[http://www4.faac.unesp.br/eventos/jornada2005/trabalhos/68\\_clara\\_miguel.htm](http://www4.faac.unesp.br/eventos/jornada2005/trabalhos/68_clara_miguel.htm)>. Acesso em: 30 maio 2016.

<sup>293</sup> *Ibidem*.

<sup>294</sup> Segundo editorial do *Observatório de Imprensa*, o pequeno jornaleiro é descendente direto dos camelôs que, antes, durante e depois da Revolução Francesa, anunciavam panfletos e pasquins satíricos e revolucionários. Em Paris foram chamados de gansos, *canards*, porque grasnavam os papéis que vendiam. Disponível em: <<http://tvbrasil.abc.com.br/observatorio/episodio/pequeno-jornaleiro>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

*Notícias*: para tratar, no escritório, rua do ouvidor nº 70”<sup>295</sup>. De acordo com Gilson Rebello, “a estratégia de contratar meninos vendedores na Capital Federal foi usada pela primeira vez pelo dono da *Gazeta de Notícias*, Ferreira de Araújo”<sup>296</sup>. A peculiaridade principal no que diz respeito ao pequeno jornaleiro está novamente na relação que a categoria mantém com a imigração italiana desde o princípio. O que ocorre é que, em fins do século XIX, muitos jovens recém-chegados, sem condições de ingressar no mercado de trabalho, voltavam-se para a renda complementar como vendedores de jornais. Eram os “italianinhos”<sup>297</sup>.

Viktor Chagas, em sua tese de doutorado, destacou ser esse “um trabalho que os imigrantes conseguiam realizar sem grandes dificuldades, instalando o pregão da venda nas ruas”<sup>298</sup>. Muitos não sabiam ler, mas conseguiam decorar a imagem do título da publicação e com a pronúncia carregada circulavam pela cidade e gritavam as manchetes junto com a frase “EXTRA, EXTRA” para chamar a atenção em uma época, como assinala Marialva Barbosa, “em que as publicações do Rio de Janeiro teriam mais ouvintes do que leitores, sendo, assim, mais ouvidas e vistas do que propriamente lidas”<sup>299</sup>.

Com o passar dos anos, como “operários da imprensa”, estes pequenos italianos tornaram-se atores importantes nas relações sociais e cotidianas da população e, organizados politicamente em associações, as mutuais, passaram a construir uma identidade coletiva de classe. A iniciativa da *Gazeta de Notícias*, ao mesmo tempo em que fez com que suas vendas aumentassem significativamente, possibilitou a fama de jornal popular ao alcance das massas. De acordo com Rômulo da Costa Matos, seu público era pulverizado, sendo os trabalhadores do comércio seus principais leitores, tendo uma maior penetração no bairro da Tijuca e adjacências, assim como por toda zona sul<sup>300</sup>.

Nos anos iniciais, o jornal ainda apresentava de maneira modesta as suas reduzidas quatro páginas, que possuíam um *layout* de oito colunas estreitas. Observa-se uma ampla demanda de anúncios publicitários, grande parte de suas páginas finais era dedicada à

---

<sup>295</sup> *Gazeta de Notícias*, nº 01, 02 de agosto de 1875. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>296</sup> REBELLO, Gilson. *O Rio de banca em banca: a história dos jornaleiros no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: O Dia, 1987. p. 32-33.

<sup>297</sup> *Ibidem*, p. 34.

<sup>298</sup> CHAGAS, Viktor. *EXTRA! EXTRA! Os jornaleiros e as bancas de jornais como espaço de disputas pelo controle da distribuição da imprensa e da economia política dos meios*. Tese de Doutorado em História Contemporânea, Fundação Getúlio Vargas, 2013.

<sup>299</sup> BARBOSA, Marinalva. *Os donos do Rio. Imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000. p. 200.

<sup>300</sup> MATTOS, Rômulo da Costa. *Op. cit.*, p. 106.

publicidade, que abarcava uma gama variada de produtos anunciados: desde remédios para as mais variadas moléstias até, especialmente, propagandas de peças teatrais em cartaz, possíveis financiadores do periódico<sup>301</sup>. “O jornal era visto como veículo de entretenimento e prestador de serviço de utilidade pública”<sup>302</sup>.

Tânia Regina de Luca salienta que a famosa fórmula “o último pacote trouxe a notícia...”<sup>303</sup> foi substituída pelos rápidos informes telegráficos, sendo o *Jornal do Comércio* (do Rio de Janeiro), em 1877, o primeiro a utilizar a nova tecnologia. Entretanto, a edição de lançamento da *Gazeta de Notícias*, em 1875, isto é, dois anos antes, já anunciava que “o jornal publicaria diariamente através da agência Reuter-Havas todos os telegramas políticos e comerciais tanto do país como do estrangeiro”<sup>304</sup>, demonstrando ser ele o primeiro jornal a utilizar a grande inovação que foi o telégrafo. De acordo com Nelson Werneck Sodré<sup>305</sup>, foi entre 1874 e 1877 que se instalou na capital do Império a primeira agência telegráfica Reuter-Havas<sup>306</sup>, introduzindo importante reforma na imprensa brasileira em vista das novas tecnologias. Até aí, a distribuição dos jornais e impressos em geral dependia “da escassa rede de comunicações terrestres e marítimas, e do insipiente [sic] serviço de Correios”<sup>307</sup>.

No que se refere à qualidade da arte gráfica, Isabel Lustosa apresenta como eram os jornais da época:

[...] com sua péssima paginação, um amontoado de colunas e de notas, sem manchete e sem fios a destacá-las, reservaram sempre um espaço, ainda que pequenino, para a quadrinha, a nota maliciosa sobre as figuras importantes do tempo ou mesmo para a pura e simples anedota<sup>308</sup>.

---

<sup>301</sup> ASPERTI, Clara Miguel. Op. cit.

<sup>302</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 247.

<sup>303</sup> LUCA, Tânia Regina de. “A história dos, nos e por meio dos periódicos”. Op. cit., p. 137.

<sup>304</sup> *Gazeta de Notícias*, nº. 01, 02 de agosto de 1875. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>305</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit.

<sup>306</sup> Reuter-Havas foi a primeira agência de notícias a atuar no Brasil. Em 1874, a agência de telégrafos instala sua primeira sucursal no Rio de Janeiro, possibilitando aos jornais criarem uma página internacional de notícias, como acontecia com a *Gazeta de Notícias*.

<sup>307</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 239.

<sup>308</sup> LUSTOSA, Isabel. “O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (org.). Op. cit., p. 292.



Os jornais, mesmo os mais prósperos como a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Comércio*, não fugiam do perfil assinalado pela autora. Para Tânia de Luca, “em geral a imprensa do século XIX tinha um caráter doutrinário e os jornais eram reconhecidos por suas críticas mordazes e por certo ceticismo satírico”<sup>309</sup>, o que evidenciava uma demanda da população a certo tipo de informação. Alguns jornalistas estrangeiros apontavam o caráter amador dos jornais no Brasil no período. Um deles foi o jornalista francês Max Leclerc, correspondente do *Journal des Débats*, de Paris, que, juntamente com o *Le Temps* e o *Le Figaro*, era um dos diários mais influentes da França. Quando esteve no Brasil, em dezembro de 1889, para escrever sobre a recém-instalada República registrou suas observações tecendo vários comentários sobre a imprensa:

A imprensa no Brasil é um reflexo fiel do estado social nascido do governo paterno e anárquico de D. Pedro II: por um lado, alguns grandes jornais muito prósperos, providos de uma organização material poderosa e aperfeiçoada, vivendo principalmente de publicidade, organizados em suma e antes de tudo, como uma empresa comercial e visando mais penetrar em todos os meios e estender o círculo de seus leitores para aumentar o valor da publicidade do que empregar sua influência na orientação da opinião pública<sup>310</sup>.

Leclerc critica, sem citar nomes, os principais jornais do Brasil que dariam muita ênfase à publicidade. Segundo ele, a prática da publicação desmoraliza a imprensa brasileira, afirmando “ser a coluna ‘a pedidos’ um ponto gangrenado do corpo social”<sup>311</sup>, denominando-a de forma enfática, como “recanto do mal”<sup>312</sup>. Clara Miguel Asperti chama a atenção para a coluna:

Uma coluna fixa que merece atenção especial é a seção “Publicações a pedido”, que desde 1877 foi localizada entre as páginas um e dois do diário. Tal seção concedeu à Gazeta um certo tom de irreverência, pois este espaço era constantemente utilizado por leitores da folha para publicar qualquer tipo de assunto ou comentário de seu interesse, que poderia muitas vezes ser um agradecimento, um pedido de desculpas, uma solicitação ou auxílio, um pequeno texto poético de autoria popular; mas na maioria dos casos a coluna era utilizada como veículo de desforras ou canal aberto para cobrar providências diversas às autoridades municipais. As “Publicações a pedido” serviam para o popular insultar, criticar ou desafiar qualquer desafeto particular<sup>313</sup>.

---

<sup>309</sup> LUCA, Tânia Regina. “História dos, nos e por meio dos Periódicos”. Op. cit., p. 133.

<sup>310</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 288.

<sup>311</sup> LECLERC, 1942, p. 161 Apud SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 289-290.

<sup>312</sup> Ibidem.

<sup>313</sup> ASPERTI, Clara Miguel. Op. cit., p. 49.

A *Gazeta de Notícias* abria espaço para todas as inovações, revelando uma tendência e uma necessidade dos jornais na passagem do século XIX para o XX, “onde começa a nascer na Capital Federal uma imprensa jornalística já mais consolidada como organização industrial”<sup>314</sup>. Através de avanços tecnológicos, e das inovações, os jornais ganhavam velocidade de informação e maior qualidade de impressão, transformando a imprensa em uma grande indústria da informação. A Capital Federal, agora cidade industrial, se constitui num lugar de formação de opinião. Para Tânia de Luca:

A chegada do século XX parecia anunciar mais do que uma simples mudança no calendário; tratava-se de adentrar um novo, que deixava para trás o passado monárquico e escravista. A nascente produção fabril, o crescimento do setor de serviços, as levas de imigrantes, a nova paisagem técnico-industrial que se delineava em algumas cidades, os avanços nas comunicações e no letramento da população, preocupação do governo republicano recém-instalado, justificavam o otimismo, regado com os lucros das exportações. Velocidade, mobilidade, eficiência e pressa tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano e a imprensa, lugar privilegiado da informação e sua difusão, tomou parte ativa nesse processo de aceleração<sup>315</sup>.

Uma objetiva e prática revisão de conceitos leva os editores a uma reavaliação da arte gráfica pensando-se na utilização do espaço e no público-alvo. “Aos imperativos ditados pela busca de produtividade e de lucro aliava-se a intenção de oferecer aos consumidores uma mercadoria atraente, visualmente aprimorada, capaz de atender aos anseios da crescente classe média urbana e dos novos grupos letrados”<sup>316</sup>. Juarez Bahia chama a atenção para essa nova etapa:

A informação diária se populariza com a divulgação do sorteio dos bichos, a publicação de folhetins, o destaque aos eventos policiais e esportivos; porém há algo mais que os leitores esperam, como o relato político menos engajado, a visão ampla do que acontece no exterior e, sobretudo, a incorporação à pauta das ocorrências locais. O tímido registro de um acontecimento, manipulado pela restrição de opinião ou pelo rigor do critério de importância, dá lugar a procedimentos flexíveis, ágeis, dinâmicos que transformam ocorrências em reportagens e simples registros em detalhados relatos. Pouco a pouco as redações acolhem repórteres, noticiaristas, setoristas<sup>317</sup>.

---

<sup>314</sup> Ibidem, p. 46.

<sup>315</sup> LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio de periódicos”. Op. cit., p. 137.

<sup>316</sup> Ibidem, p. 138.

<sup>317</sup> BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica. História da imprensa brasileira*. 4ª Ed. rev. São Paulo: Ática, 1990. p. 131.

Após a proclamação da República, os jornais investem em maior profissionalização e informação e o jornalismo brasileiro se abre para o século XX com a consciência de que é a notícia a sua prioridade. Isso resulta em um novo impulso editorial na cobertura dos fatos do dia, o que segundo Tânia de Luca representa “o fim da era das críticas polêmicas e da descrença satírica do período imperial”<sup>318</sup>. Ao mesmo tempo, a ideia de imparcialidade surge como fator determinante para a sua constituição. Ao editar com destaque, sob uma aparência de neutralidade, as notícias policiais e reportagens e ao introduzir a entrevista nas primeiras páginas, os jornais procuram construir uma representação ideal da sociedade, o que vem ao encontro do discurso da nova ordem política.

A *Gazeta de Notícias* do dia 01 de janeiro de 1909, com 18 páginas, longe das iniciais 04 páginas da sua inauguração, traz em primeira página uma crônica de João do Rio e o agradecimento aos seus anunciantes (anúncios lhe renderam 10 páginas das 18 publicadas). Na segunda página, aborda a tragédia do terremoto que devastou as cidades da Calábria e da Sicília, na Itália. A política é tratada na terceira página na coluna chamada “Politiquice”, com a formação das coligações para as eleições dos governadores em vários estados<sup>319</sup>. Os jornais passam a ser o lugar privilegiado para a discussão de ideias que circulam pelas ruas. Apesar da capa de neutralidade, os debates políticos e ideológicos se intensificam por meio da imprensa, mas a arte gráfica tende a isolar as opiniões nos artigos de fundo, sendo reforçadas pelas ilustrações, em especial as charges que faziam críticas através do humor.

Na virada do século, os jornais diários também passam a utilizar ainda mais os intelectuais da literatura. Vários jornalistas-escritores tornam-se figuras consagradas por suas colunas e a crônica como estilo literário ganha importância no Brasil, popularizando-se. Olavo Bilac é um exemplo. Figura marcante deste período escreveu por vinte anos para a *Gazeta de Notícias*<sup>320</sup>, conhecida na época por reunir os melhores escritores das letras e do jornalismo brasileiro<sup>321</sup>. Numa sociedade com elevado índice de analfabetismo, conscientes do valor da sua influência na orientação da opinião pública, assim como os jornalistas, vários intelectuais se posicionaram nas colunas dos jornais sobre a situação política do país.

---

<sup>318</sup> LUCA, Tânia Regina de. Op. cit., p. 137.

<sup>319</sup> *Gazeta de Notícias*, 01 de janeiro de 1909. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>320</sup> JORGE, Fernando. *Vida e Obra de Olavo Bilac*. São Paulo: Editora Mc Graw-Hell do Brasil, 1977.

<sup>321</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 303.

No início da República, Eduardo Prado escrevia no jornal *A Tribuna* que Deodoro da Fonseca era uma nulidade, ambicioso e prepotente<sup>322</sup>. Rui Barbosa, antiflorianista declarado, escrevia severas críticas ao “marechal de ferro” no *Jornal do Brasil*, assim como Olavo Bilac fazia suas críticas na *Gazeta*<sup>323</sup>. Com relação à atuação de Rui Barbosa no *Jornal do Brasil*, em 1893 o jurista passa a atuar como redator-chefe do periódico, seguindo a postura crítica de Rodolfo Dantas – o fundador do jornal – e Joaquim Nabuco, redatores que foram exilados por criticarem o governo de Deodoro no jornal. Antônio Herculano Lopes<sup>324</sup> defende que o jornal seguia uma postura “populista”<sup>325</sup> ao declarar-se em seu editorial como “legítimo e natural representante [do povo]”<sup>326</sup>. Acrescenta que essa postura “populista” teria sido responsável pelo “apoio à candidatura de Hermes da Fonseca na disputa contra o civilismo de Rui Barbosa na campanha presidencial de 1909-1910”<sup>327</sup>, postura essa que se diferencia dos outros grandes jornais como o *Correio da Manhã* e a *Gazeta de Notícias* que apoiavam Rui Barbosa.

A modernização da imprensa levou a palavra escrita a ganhar espaço, passando a adquirir valor de verdade. Apesar dos periódicos apresentarem discursos divergentes, como demonstra o parágrafo anterior, o anseio por participar do jogo político coloca os jornais no mesmo campo de atuação, sendo eles, em sua maioria, representantes dos grupos dominantes que seguem alinhados ao discurso da nova ordem, como destaca Marialva Barbosa: “Longe de serem antagonistas num espaço multidimensional, eram protagonistas de uma mesma peça onde o que se está em jogo é a luta simbólica pelo poder”<sup>328</sup>. A autora observa:

O fato de um jornal se colocar contra o outro, não quer dizer que cunhasse discurso contrário às ideias correntes de seu adversário. Críticas, desavenças e campanhas devem ser consideradas sob dois aspectos, primeiro como legitimação de uma auto

---

<sup>322</sup> Ibidem, p. 290.

<sup>323</sup> Ibidem, p. 300-301.

<sup>324</sup> LOPES, Antônio Herculano. “Do Monarquismo ao ‘populismo’: o Jornal do Brasil na virada para o século XX”. In: NEVES, Lúcia M. Bastos P. et. al. (orgs.). Op. cit., p. 332-345.

<sup>325</sup> O autor toma emprestado propositalmente a palavra “populista”, consagrada pelas ciências sociais posteriormente ao período estudado para confirmar a sua hipótese de que a postura do jornal estava vinculada em grande parte a um ideário monarquista que se mostrava sensível e interessado nas questões sociais. O autor segue afirmando que tal posição era, em certa medida, uma forma de oposição ao modelo florianista, como explicado nas páginas 334 e 335. É relevante para este estudo sua linha de pensamento que entende que o populismo presente na Era Vargas já se apresentava de forma embrionária na figura de Hermes da Fonseca ao direcionar seu discurso para a questão social.

<sup>326</sup> LOPES, Antônio Herculano. Op. cit., p. 334.

<sup>327</sup> Ibidem, p. 335.

<sup>328</sup> BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio...* Op. cit., p. 167.

identidade e segundo como uma disputa pelo papel de divulgador, centralizador das visões dominantes nessa sociedade<sup>329</sup>.

Dentro de tal perspectiva, redatores compreendem sua posição no jogo político, pois têm consciência que pelo meio das manchetes, os donos dos jornais podem nomear políticos, ou, através da promoção de severas campanhas, podem demolir reputações, derrubar ou indicar ministros. Na Primeira República, ser jornalista e/ou redator significava, sobretudo, a possibilidade de ingresso em um cargo público, na política ou na diplomacia; seus “integrantes iriam participar diretamente das instituições e dos grupos que exerciam o poder”<sup>330</sup>. A ênfase dada aos fatos políticos pelos jornais da época está diretamente ligada à noção da sua influência sobre a orientação da opinião pública.

Os jornais da época não tinham por primazia cumprir o papel de intermediários entre a população e os poderes públicos em questões de interesse da população, mas sim focalizar em fatos políticos, como demonstra a edição do dia 19 de maio de 1909 da *Gazeta de Notícias*, em sua coluna “A situação política”. A partir desta data, como revela a coluna, tem início a aguda crise política com o pedido de demissão de David Campista, então Ministro da Fazenda do Governo Afonso Pena, revelando o desacordo entre as oligarquias da época que resultaram na candidatura de Hermes da Fonseca e na Campanha Civilista. Fato esse que ocupou, particularmente, as primeiras páginas da *Gazeta de Notícias* no ano de 1909, como evidencia a coluna na figura abaixo:

Figura 1 - Coluna “A situação Política”



Fonte: *Gazeta de Notícias*, 19 maio 1909<sup>331</sup>.

<sup>329</sup> BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público (Os Diários do Rio de Janeiro – 1880-1920)*. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 1996. p. 262.

<sup>330</sup> MATTOS, Rômulo da Costa. Op. cit., p. 85.

<sup>331</sup> Matéria do jornal sobre a crise política de 1909 que leva à eleição de Hermes da Fonseca.

Como evidencia a imagem da figura 01, o fato político revela ser para os jornais da época sua área de grande interesse. Como define Nelson Werneck Sodré “não é a política, mas o fato político”<sup>332</sup> que os jornais procuravam dar destaque. Noticiar a política levaria os jornais a se posicionarem de uma forma crítica ao jogo de poder, o que para os jornais não seria interessante, pois muitas vezes teria que criticar o seu principal cliente, o governo. Por isso, os jornais se preocupavam fundamentalmente com o fato político que girava sempre em torno de determinado indivíduo. Prosseguindo, Nelson Werneck Sodré diz:

Ora, o fato político ocorre, então, em área restrita, a área ocupada pelos políticos, por aqueles que estão ligados aos problemas de poder. Assim, nessa dimensão reduzida, as questões são pessoais, giram em torno de atos, pensamentos ou decisões de indivíduos, os indivíduos que protagonizam o fato<sup>333</sup>.

Podemos perceber o jogo político presente nos jornais na Campanha Civilista, pois quase todos advertiam sobre o retorno do militarismo na candidatura de Hermes da Fonseca, mas, na verdade, o que se pretendia era desacreditar o candidato que representava Minas e o Rio Grande do Sul em prol do candidato de oposição Rui Barbosa, apoiado pelos cafeicultores paulistas.

Juarez Bahia informa que Júlio Mesquita, jornalista e político, diretor do jornal *O Estado de São Paulo*, “adversário intransigente do militarismo político”<sup>334</sup>, adverte de forma enfática sobre o perigo da candidatura de Hermes. O posicionamento de Mesquita é seguido pelos principais jornais da capital. Segundo ele:

Entregues amanhã ao governo de uma espada (o marechal Hermes da Fonseca), não só a nossa liberdade que se perde; perde-se também nesse miserável naufrágio, nessa queda humilhante, nesse eclipse vergonhoso, o respeito, a confiança e a solidariedade do mundo civilizado<sup>335</sup>.

A função comunicativa da imprensa ganha força ao lado do seu papel político de difusão de ideias, visões de mundo e representações da sociedade, revelando uma preocupação constante da classe dominante em manter a ordem e o controle sobre a população, como evidencia uma página inteira da *Gazeta de Notícias* no domingo do dia 16

---

<sup>332</sup> SODRÉ, 1999 Apud BORGES, Vera Lúcia Bogéa. Op. cit., p. 90.

<sup>333</sup> Ibidem, p. 90.

<sup>334</sup> BAHIA, Juarez. Op. cit., p.163.

<sup>335</sup> MESQUITA, 1901 Apud BAHIA, Juarez. Op. cit., p. 163.

de maio de 1909, onde chama a atenção para a moda vinda de Paris, com o seguinte enunciado: “De Pariz começam a chegar os échos do movimento elegante, e todos nós nos perguntamos, com grande curiosidade, o que nós trará de novidades a nova estação”<sup>336</sup>. O jornal estampava senhoras em elegantes vestidos e variados modelos de chapéus, buscando-se difundir uma moda que uniformizasse um modelo de elegância. Para isso, o que se deveria se usar era a moda vinda de Paris, a referência do que seria civilizado para a época.

No que diz respeito ao estabelecimento da desejada ordem defendida pelos jornais e a organização dos trabalhadores, os periódicos nem sempre se mostravam indiferentes com relação ao movimento operário e greves que aconteciam, principalmente no final do século XIX e na primeira década do século XX, em algumas matérias denunciavam as péssimas condições de trabalho de algumas fábricas, ou até mesmo os baixos salários pagos aos seus operários, assim como a longa jornada de trabalho que era imposta aos operários, apresentando assim uma postura nem sempre contrária às reivindicações dos trabalhadores.

Entretanto, isso não era uma constante, afinal, os jornais da época como difusores das ideias que ajudavam a manter a ordem estabelecida estavam mais alinhados ao discurso dos patrões e do governo do que dos trabalhadores de um modo geral, e a greve dos cocheiros e carroceiros que paralisou a Capital Federal em dezembro de 1890 serve como exemplo. A *Gazeta de Notícias* comunicava em sua primeira página a desordem causada pela paralisação e pela ação dos grevistas “agitadores” que impediam os trabalhadores que queriam trabalhar, de retornarem à função, eram esses os trabalhadores elogiados pelo jornal, enquanto os que resistiam e lutavam por melhores condições eram tidos como arruaceiros em seus editoriais.

A greve dos cocheiros e carroceiros citada acima salienta o discurso defendido pelo jornal alinhado ao patronato, pois segundo o *Gazeta de Notícias*: a greve acontecia por um motivo fantasioso e infundado”, o que desqualificava o motivo da paralisação, além de informar que a ação dos grevistas causava distúrbios em vários pontos da cidade, sendo necessária a força policial para restabelecer a ordem<sup>337</sup>.

Em um segundo momento, com o aumento das greves e com uma maior organização dos trabalhadores em sindicatos e associações, a *Gazeta de Notícias* destina uma coluna chamada “Movimento operário” a noticiar as paralisações, mas sempre dando ênfase aos transtornos causados por elas e às ações do governo “que buscava a ordem” através da repressão policial. Essa coluna no fim da primeira década do século XX deu lugar a outra

---

<sup>336</sup> *Gazeta de Notícias*, 16 de maio de 1909. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>337</sup> *Gazeta de Notícias*, 02 de dezembro de 1890. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

chamada “Operariado” que não informava mais sobre as greves e a ação dos operários ou da polícia. Tratava dos resultados das eleições nos sindicatos das categorias, entre outras notícias de caráter mais burocrático do que propriamente informativo sobre as ações do movimento.

Apesar das greves, em particular as acontecidas em 1909, e uma maior organização dos trabalhadores, evidenciada pela criação no ano anterior da Confederação Operária Brasileira (COB), a *Gazeta de Notícias* publicava os acontecimentos de forma mais genérica, com menos destaque do que recebiam os fatos políticos privilegiados na coluna “A situação”, que muitas vezes ocupavam meia página do periódico.

Em 1909, o fato político que alimenta as manchetes e diversas colunas da maioria dos jornais por meses seguidos é a Campanha Civilista. A *Gazeta de Notícias* na coluna “A Situação” acompanha, dando destaque às principais personalidades envolvidas na sucessão presidencial, os candidatos Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, juntamente, inclusive, com uma parcela do movimento operário representados pela figura de Mariano Garcia. Aqui se ressalta o sindicalismo reformista que defendia a participação política dos seus membros apresentando candidatos operários às eleições legislativas na busca pela consolidação dos ganhos do movimento através de leis específicas<sup>338</sup> – questão já trabalhada no capítulo anterior.

Em 27 de dezembro de 1909, a *Gazeta de Notícias* publica a plataforma política do então candidato Hermes da Fonseca. Um dos itens aborda o problema da falta de moradia que tanto afligia a classe operária. O candidato prometia que, se fosse eleito, construiria casas destinadas aos operários, promessa essa confirmada em seu discurso de posse. Segundo Romulo da Costa Mattos, “a atuação de Hermes no campo da moradia popular era endereçada ao sindicalismo reformista, corrente sindicalista que apoiara sua candidatura defendendo a aproximação com o Estado”<sup>339</sup>.

Após eleito, Hermes da Fonseca cumpre o prometido e manda construir duas vilas operárias, uma no bairro da Gávea que recebe o nome de sua falecida esposa, Orsina da Fonseca, e outra, nas imediações do bairro de Deodoro que recebe o nome de Vila Proletária Marechal Hermes da Fonseca, como noticia os grandes jornais da época. Em 02 de maio de 1911, a *Gazeta de Notícias* noticia a comemoração do 1º de Maio com o lançamento da pedra fundamental que inaugurava o início das obras da Vila Proletária de Hermes da Fonseca no dia anterior. Nele esteve presente o presidente eleito Hermes da Fonseca, acompanhado dos

---

<sup>338</sup> BATALHA, Cláudio H. Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Op. cit., p. 33.

<sup>339</sup> MATTOS, Romulo Costa. Op. cit., p. 68-69.



seus mais importantes ministros, além de vários operários e representantes de diversos sindicatos, a exemplo de Mariano Garcia, representando o sindicato dos gráficos<sup>340</sup>, como dito anteriormente.

A comemoração do Dia do Trabalho na Vila Proletária Hermes da Fonseca passa a ser uma das marcas da política do Marechal, que durante os 04 anos de mandato comemora acompanhado por vários operários como notícia a *Gazeta*. Assim, neste segundo capítulo, pensaremos a Campanha Civilista como importante momento da tentativa de participação dos operários no cenário político, bem como a atitude de aproximação do Estado com o movimento operário através da coluna “A situação”.

## 2.2 Hermes da Fonseca e a campanha civilista na *Gazeta de Noticias*

Na imprensa da época, o registro que permaneceu não foi o das insurreições e dos bombardeios nos estados. Estes foram superados de longe pela imagem caricata do marechal-presidente. Na revista *Careta*, a mais popular naquele período, toda semana se publicava a “última do Marechal”. Magistralmente ilustrada por J. Carlos, a “última do Marechal” dizia respeito à burrice e à ignorância que lhes atribuíam os adversários. Foi na cara de perplexidade diante da má sorte, no ar risonho e feliz do noivo de Nair de Teffé e na alegria com que dançou o corta-jaca no Catete que a caricatura perpetuou as imagens de Hermes e de seu governo<sup>341</sup>.

Como demonstra a passagem mencionada acima, podemos entender o Marechal Hermes da Fonseca como uma figura emblemática na Primeira República. Em 1889, foi ajudante-de-ordem do gabinete do presidente Deodoro da Fonseca. No governo seguinte, de Floriano Peixoto, foi comandante de defesa. Começou sua carreira militar em 1871, ainda no Império, quando entrou para a Escola de Oficiais do Exército. Foi aluno de Benjamin Constant, que introduziu o positivismo no Brasil, defendendo o princípio de que antes de militares, os membros do Exército seriam cidadãos<sup>342</sup>, influenciando toda uma geração de

---

<sup>340</sup> LOBO, Eulália M. L., CARVALHO, Lia de Aquino, STANLEY, Myrian (org.). *Questão habitacional e movimento operário*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989. p. 97-98.

<sup>341</sup> LUSTOSA, Isabel. “O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO. Lúcia de Almeida Neves (org.). Op. cit., p. 292, p. 305.

<sup>342</sup> Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891) formou-se em engenharia e atuou na Guerra do Paraguai. Foi um dos articuladores que derrubou a monarquia em prol do pensamento republicano. No retorno da guerra lecionou nas Escolas Militar, Politécnica, Normal e Superior de Guerra. Foi um dos diretores do Imperial Instituto de Meninos Cegos. Positivista, defendia, segundo o princípio de Augusto Comte, o pacifismo. É de sua inspiração o conceito de Soldado-Cidadão que prega o princípio de que antes de

jovens oficiais. Hermes da Fonseca partilha deste pensamento e sua trajetória política traz esta influência. Seu envolvimento na Revolta da Vacina seria um exemplo deste entendimento. Na época, como general do Exército, rechaçou o golpe militar protagonizado pelos também militares Lauro Sodré, Marciano Botelho de Magalhães (irmão de Benjamin Constant) e o major Gomes de Castro, o que parece ser uma contradição por também ser ele um militar num governo civil.

Guiado por outro princípio positivista presente no Artigo 14 da Constituição de 1891, que diz que “a força armada é essencialmente obediente a sustentar as instituições constitucionais”<sup>343</sup>, Hermes da Fonseca repreendeu o movimento, desarticulando o golpe. Sua atuação no evento lhe deu notoriedade no país, sendo visto como garantidor da ordem e promovido por Rodrigues Alves ao posto de Marechal. No governo seguinte, de Afonso Pena, é convidado para assumir a pasta do Ministério da Guerra, entre o período de 1906 a 1909, ano em que é lançado como candidato a sucessão presidencial de Rodrigues Alves, vice que assume a Presidência após a morte de Afonso Pena.

A indicação de Hermes da Fonseca para a sucessão presidencial foi um episódio a parte na história política da Primeira República, segundo Vera Borges, “servindo de contraponto ao predomínio das oligarquias brasileiras”<sup>344</sup>. A historiografia a percebeu como ruptura na estabilidade política alcançada pelo governo de Campos Sales, quando este, defendendo o federalismo hegemônico, implanta a Política dos Governadores, o que possibilitou a alternância de poder entre representantes das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, na chamada “política do café com leite”. Um dos exemplos de destaque desta leitura é Edgar Carone. Segundo ele:

Como Fruto da política do Café-com-Leite ou dos governadores, São Paulo e Minas Gerais monopolizam para si os frutos do governo central. A manutenção dessa política permite um equilíbrio entre os interesses das diversas camadas da oligarquia, situação essa que se rompe em determinados momentos da sucessão presidencial. Em 1909-1910, São Paulo indica Rui Barbosa e Minas o Marechal Hermes da Fonseca. Apesar da intensa batalha pela eleição presidencial, o conflito é restrito e se limita à própria classe dirigente, e o Exército é participante deste jogo de poder, ao lado de uma facção. Nesta hora, as camadas da classe média e do operariado não estão envolvidas emocionalmente na questão sucessória, como não

---

militar, os membros do Exército são cidadãos. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005. p. 25.

<sup>343</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do Poder. Formação de patronato político brasileiro*. 3ª Ed. Revista. RJ: Ed. Globo, 2001. p. 642.

<sup>344</sup> BORGES, Vera Lúcia Bogéa. Op. cit., p. 386.

possuem condições materiais para a participação no processo político. Enquanto neste primeiro momento, a questão se circunscreve ao espaço oligárquico<sup>345</sup>.

Para Carone, a candidatura de Hermes da Fonseca significou a ruptura deste processo sucessório em que a alternância de poder acontecia em acordos celebrados em gabinetes fechados. Entretanto, os atores continuam sendo os mesmos do grupo hegemônico. Outro fato importante a destacar da percepção do autor é a total exclusão do processo eleitoral de outros atores sociais como a classe média e o operariado.

Novos estudos, no entanto, vêm propondo uma relativização dessa hegemonia, tanto entre os dois estados de referência como também o da própria oligarquia cafeeira. Um trabalho que recebe destaque ao relativizar as supostas hegemonias de então é o *Teatro das Sombras: uma revisão da “política do café com leite”*, de Cláudia Viscardi. A autora não desconsidera as posições de São Paulo e Minas Gerais na economia e na política, mas propõe um olhar multifacetado para a predominância desses dois estados. Cláudia Viscardi defende que “a predominância do grupo era mais fruto de uma intensa e difícil barganha entre os estados do que algo dado como a historiografia clássica nos leva a crer”<sup>346</sup>. Além disso, outras oligarquias tidas como minoritárias e desimportantes no jogo político também tinham força política. Tal pensamento é ilustrado pela candidatura de Hermes da Fonseca à presidência e a ascensão do Rio Grande do Sul – tendo Pinheiro Machado como o principal político de projeção naquele cenário. De acordo com Viscardi:

A secessão de Rodrigues Alves se caracterizou por ter sido o evento em que novos estados-atores alteraram as regras de distribuição do poder em vigor [...] O evento reflete também a entrada de um novo ator político no cenário das sucessões: o Rio Grande do Sul, estado que representou, neste episódio, um papel crucial, muitas vezes subestimado pelos analistas do período<sup>347</sup>.

Não é objetivo desta pesquisa destacar todos os meandros, as disputas internas, e as alianças que tornaram possível a candidatura que levou Hermes da Fonseca à presidência como o primeiro militar eleito pelo voto direto. O que se revela de interessante para nós na campanha de 1909, não é apenas a ascensão do Rio Grande do Sul no cenário político, mas

---

<sup>345</sup> CARONE, Edgard. Op. cit., p. 57-58.

<sup>346</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. 2ª. Ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 70-71.

<sup>347</sup> Ibidem, p. 71.

também a participação de outros agentes como o exército, a população em geral e, principalmente, o movimento operário, como ator político e social.

Outro fato a ser destacado é que pela primeira vez houve uma disputa política entre dois candidatos que foi decidida através do pleito, como destaca Vera Lúcia Borges:

A campanha de 1909-1910 apresentou inovações políticas em relação às demais disputas presidenciais na Primeira República. Aquele pleito não teve candidatura única como era comum no período, mas sim dois concorrentes: Rui Barbosa e Hermes da Fonseca, que não eram figuras desconhecidas na política; ambos eram nomes presentes desde os primórdios republicanos. Portanto, o marasmo de outros pleitos contrastava com este, havia uma disputa. Os adeptos da primeira candidatura apoiavam a Campanha Civilista em oposição aos seguidores do *hermismo*<sup>348</sup>.

Na Campanha Civilista, a imprensa – em particular o jornal *Gazeta de Notícias* aqui destacado – teve papel muito relevante como ferramenta para ambos os candidatos. Para Vera Borges, esta foi a primeira vez na Primeira República em que uma campanha eleitoral conquistou as ruas e os jornais, “tornando-se motivo de discussão acalorada entre a população da capital”<sup>349</sup>. Por isso, focalizamos neste trabalho a atuação da imprensa, em especial da *Gazeta de Notícias*, neste processo. Apesar de ser considerado um jornal situacionista, com postura fundamentalmente governista, como a maioria dos jornais da época, controlados pela censura, a *Gazeta* não apoiou o candidato do governo, Hermes de Fonseca, acompanhando Rui Barbosa, mesmo depois da oficialização da vitória do Marechal e durante o seu mandato<sup>350</sup>.

Em matéria<sup>351</sup> publicada no dia 17 de março de 1910, após a eleição presidencial, Hermes da Fonseca chega ao Rio de Janeiro e é recepcionado pela população e por seus correligionários. O jornal aborda o regresso do presidente à capital, mas apenas na terceira página e em nenhum momento o menciona presidente eleito, mas sim como o “Sr. Marechal Hermes”, dando destaque à patente de Marechal, permanecendo em sua linha crítica à candidatura de um militar, que para o jornal significaria a volta do militarismo de Deodoro e Floriano Peixoto, apesar do cenário político da época apontar outra conjuntura. Destaca ainda

---

<sup>348</sup> BORGES, Vera Lúcia Bogéa. Op. cit., p. 139.

<sup>349</sup> Ibidem, p. 146.

<sup>350</sup> MAGALHÃES JÚNIOR, R. *A vida vertiginosa de João do Rio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 108.

<sup>351</sup> *Gazeta de Notícias*, 19 de março de 1910. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

os incidentes da comemoração, assim como os supostos vivas da população ao candidato derrotado Rui Barbosa na passagem da comitiva que levava Hermes ao palácio do Catete.

O lançamento da Campanha Civilista toma ares de um grandioso acontecimento marcado por um amplo comício realizado no Largo de São Francisco no dia 22 de maio, com a presença de políticos e populares que defendiam a indicação da chapa Hermes-Venceslau. Vera Lúcia Bogéa Borges assinala a importância do evento para a história política da Primeira República. Nas palavras da autora:

Pela primeira vez na história da Primeira República a campanha eleitoral conquistou as ruas e torna-se motivo de discussão acalorada entre a população urbana, a partir da leitura dos principais jornais. (...)Vale ressaltar que não foi nas ruas que o candidato apresentou suas propostas, mas sim no lugar destinado à representação de obras dramáticas, óperas ou outros espetáculos públicos ocupado naquele momento por políticos de projeção<sup>352</sup>.

Três meses após a indicação de Hermes da Fonseca, no dia 22 de agosto, Rui Barbosa também seria indicado como candidato, marcando uma forte oposição ao candidato oficial. O jornal durante toda a campanha sucessória demonstra também um claro posicionamento contrário à candidatura do Marechal, ao qual constantemente se referia apenas como “a Candidatura de Maio”. Entretanto, quanto a Rui Barbosa, a atitude era oposta, o mesmo era sempre indicado pelo nome e, muitas vezes, com diversos qualificativos, como “o conselheiro Rui Barbosa”, como evidencia a figura 2, que mostra o destaque dado ao lançamento da candidatura de Rui Barbosa em oposição à chapa Hermes-Venceslau.

Tanto o flagrante posicionamento da *Gazeta de Notícias*, que era um jornal que se apresentava sempre a favor das ações do governo, quanto o posicionamento de Rui Barbosa e dos políticos que o apoiavam, evidenciava a flagrante crise política que começara com a indicação de David Campista<sup>353</sup> como candidato do então presidente Afonso Pena à presidência e que não teria se resolvido com a indicação de Hermes da Fonseca. Rui Barbosa e a imprensa grosso modo se posicionavam contra uma candidatura militar, como salienta a

---

<sup>352</sup> BORGES, Vera Lúcia Bógea. Op. cit., p.146.

<sup>353</sup> David Campista, ministro da Fazenda do então presidente Afonso Pena, foi indicado como seu sucessor na eleição presidencial de 1910. Apesar da prática ser comum na cena política da época, já que o próprio Afonso Pena tinha sido indicado pelo seu antecessor, Campos Salles, seu nome não foi consenso entre os diversos grupos que atuavam no cenário político da Primeira República, causando o embate entre os dois maiores partidos da época, o Partido Republicano Mineiro (PRM), que lançou a candidatura do marechal Hermes da Fonseca, ministro da Guerra na busca por um consenso que não foi atingido, e o Partido Republicano Paulista (PRP), que descontente com a indicação do ministro da Guerra, apoiou o nome de Rui Barbosa como candidato de oposição a Hermes da Fonseca.

coluna “A Situação” no dia 19 de maio de 1909, três dias antes do lançamento da candidatura de Hermes.

O anúncio do lançamento de Hermes da Fonseca como candidato oficial do governo aconteceu em meio a dois grandes comícios populares ocorridos no mesmo dia, um contrário a ele e outro favorável:

Os Comícios de hontem

Noticiámos, estavam marcados para hontem, às 2 e 4 horas da tarde, dous comícios populares. O primeiro era para ser lavrado um protesto contra a candidatura do marechal Hermes da Fonseca e o outro para apoiar essa candidatura. Desde a 1 hora da tarde que pelas casas commerciaes do largo de São Francisco de Paula se reuniam grupos que conversavam sobre política. [...] Da tradicional praça publica, que fora, até às cinco horas da tarde, o ponto de attracção de toda gente, [...] do Largo de São Francisco de Paula o povo começou a escoar-se pela rua do Ouvidor, em grupos que tomavam direcções diversas, como diversas eram as suas convicções políticas<sup>354</sup>.

Vera Borges afirma que “a cobertura da imprensa relata uma participação popular intensa nas ruas, utilizando-se especialmente da expressão “comício popular” e informando sobre diversas manifestações”<sup>355</sup>, como evidencia a reportagem da *Gazeta de Notícias* sobre a repercussão na imprensa da época:

As redacções dos diversos jornaes foram surpreendidas com manifestações populares e o mais pacato transeunte não continha a sua curiosidade ante punhados de cidadãos que se agitavam em acaloradas discussões,— agrupamentos esses que se faziam e desfaziam inexplicavelmente como espumas fluctuantes sobre um mar agitado<sup>356</sup>.

A coluna “A Situação” do dia 23 de maio traz o posicionamento do candidato Hermes da Fonseca sobre a importância do pleito para o momento político da época. Segundo ele:

O Sr. Marechal Hermes da Fonseca continua a ser muito visitado. Ainda hontem a sua residência estava cheia de amigos. Conversando com o S. Ex. um dos nossos companheiros ouviu do Sr. Marechal Hermes a declaração de que muito lhe agradavam as divergências de opinião manifestadas a proposito da questão das candidaturas.

S. Ex. considera essas manifestações, quer pela imprensa, quer por outros processos, um bom symptoma político.

- Significam, disse S. Ex, que a questão das candidaturas interessa vivamente a nação pela primeira vez. Só assim poderá haver uma eleição real e não se

<sup>354</sup> *Gazeta de Notícias*, 23 de maio de 1909. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>355</sup> BORGES, Vera Lúcia Bogéa. Op. cit., p. 89.

<sup>356</sup> *Gazeta de Notícias*, 23 de maio de 1909. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

reproduzirá a aclamação unânime com que têm sido escolhidos até aqui os presidentes da República<sup>357</sup>.

“A Situação” também salienta a participação da população na campanha e, em especial, a dos operários no comício e a forma genérica com a qual são denominados. Aqui levantamos as seguintes questões: Quem seriam esses operários? Representavam quais categorias? Que tipo de corrente sindicalista acompanhavam? Por qual motivo os dois candidatos buscavam sempre evidenciar a participação popular? A plataforma eleitoral de Hermes da Fonseca versava sobre diversos temas de interesse do país. Vera Lúcia Borges destaca que os problemas sociais não passaram despercebidos, como demonstra a passagem do discurso de posse que aborda “a atenção dada a necessidade de instrução da população a começar pelo “pródigo ensino primário”<sup>358</sup> e, também, sobre o ensino profissionalizante, os dois temas diretamente relacionados aos trabalhadores de um modo geral e de bastante relevância.

O último assunto abordado na plataforma eleitoral era diretamente ligado ao movimento operário e, em particular, como Hermes mesmo salienta em seu discurso, ao movimento socialista, destacando ser, o problema operário, um problema de difícil solução pela multiplicidade de fatores que o envolviam. O candidato defende que “deveria receber a atenção do poder público, sem, contudo, esquecer-se dos interesses industriais e do capital que lhes proporciona trabalho”<sup>359</sup>. Podemos entender que a questão social ser abordada em uma plataforma eleitoral, em um período em que não era a tônica das políticas públicas, revela ser este “um momento de franca emergência do movimento operário no cenário político”<sup>360</sup>.

Não por acaso as duas candidaturas buscavam o seu apoio. No comício do dia 22 de maio no Largo de São Francisco, vários oradores discursaram. Segundo o jornal, “uns aplaudiam, outros davam morras ao orador”<sup>361</sup>. Um operário, assim dizia o jornal, teria pedido a voz, mas falava em seu próprio nome, sem se apresentar como representante de uma categoria ou sindicato. No seu discurso não fez reivindicações sobre a questão operária, parecendo estar mais preocupado em encontrar os responsáveis pela candidatura de Hermes

---

<sup>357</sup> Ibidem.

<sup>358</sup> BORGES, Vera Lúcia. Op. cit., p.147.

<sup>359</sup> Ibidem, p. 148-149.

<sup>360</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...* Op. cit., p. 58.

<sup>361</sup> *Gazeta de Notícias*, 23 de maio de 1909. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

da Fonseca e apontá-lo como fantoche nas mãos das oligarquias. O recorte dessa fala e a crítica nela presente ilustram a posição do jornal quanto à candidatura do Marechal, percebida como desprovida de propostas. Ilustra também os conflitos internos nas oligarquias ao mencionar o nome do senador Pinheiro Machado. Segundo a coluna:

Falou, então, o Sr. Chaves Aracão.

Era operário, e por isso falava em nome da sua classe, a que mais sofria.

Não era e nem é inimigo do marechal Hermes, mas declarava-se positivamente contra a sua candidatura à presidência da República.

Aprecia o chefe do nosso exercito como militar, como homem honesto e probo, possuindo todas as qualidades e requisitos de um grande homem, mas não o vê em que se baseou um grupo de políticos para apresental-o como candidato da nação a tão alto posto e tão cheio de responsabilidades.

Elle, porém, não é culpado responsável por isso: quem tem culpa é o general Pinheiro Machado, assoprado pelos chefes déspotas, os presidentes das oligarchias<sup>362</sup>.

No dia 23 de agosto do mesmo ano ocorreria a Convenção Nacional do Partido Republicano que indicaria Rui Barbosa como candidato à presidência em oposição à candidatura de Hermes da Fonseca, noticiada por todos os jornais. A *Gazeta de Notícias* fez ampla cobertura do acontecimento e de sua repercussão. Na edição especial de domingo, dia 29 de agosto, estampa em sua primeira página a Convenção acontecida no teatro Lírico, no centro do Rio de Janeiro, e demonstra amplo apoio popular ao evento, como destaca a figura 2:

---

<sup>362</sup> Ibidem.



Figura 2 - Primeira página do jornal com fotos da Convenção Nacional do Partido Republicano que indicou Rui Barbosa à candidatura para a presidência da República



Fonte: Gazeta de Notícias, 29 ago. 1909.

Ao contrário da Convenção de Maio, na qual o jornal dedicou apenas comentários em uma coluna sem destaque, procurando dar ênfase a um teatro vazio na indicação do Marechal Hermes para presidente, para Rui Barbosa a *Gazeta* dedicaria em sua primeira página imagens de um teatro lotado de autoridades e também de populares. Noticiou a Convenção de Agosto como um grande evento, indicando um amplo apoio tanto da população quanto dos mais ilustres representantes do poder. Vale notar o significado da foto de Rui Barbosa no centro, entre duas outras fotos, uma representando os políticos que o indicaram, a outra, a população, que teria apoiado a sua candidatura com entusiasmo em um teatro lotado.

A coluna “A Situação” do dia 27 de agosto de 1909 publica vários telegramas de apoio e congratulações de operários de diversas localidades do Brasil a Rui Barbosa:

#### Quadro 1 – Telegrammas

Largo do Paço, 26  
Muitas felicitações ao marechal da Paz, ao grande Ruy Barbosa. – Operários Manuel Lessa, Simão Dantas.

Largo do Paço, 26  
Felicitemos excelso brasileiro resultado civil Convenção Nacional escolhendo-vos, o maior dos, para presidente da República futuro quatriênio. – Operários São Paulo Aguiar, Antonio Dantas, Manuel Gomes<sup>1</sup>.

Fonte: Gazeta de Notícias, 27 ago. 1909.

Tiago Bernardon de Oliveira salienta que as campanhas de ambos os candidatos se dirigiam aos operários:

[...] as eleições de 1909, entre o Marechal Hermes da Fonseca e Rui Barbosa foram, até então, as mais acirradas disputas eleitorais da Primeira República. O clima de indefinição levaria a ambos os candidatos a dirigirem parte de seus discursos à classe operária, fato inédito nas campanhas eleitorais à presidência da República até então<sup>363</sup>.

Entretanto, apesar dos jornais assinalarem a participação do movimento operário e ambos os candidatos buscarem seu apoio, Cláudio Batalha afirma que a eleição de Hermes da Fonseca, em 1910, “dependeu pouco ou nada do voto operário em função do sistema eleitoral da Primeira República”<sup>364</sup>. Mas, isso não esvazia o papel do movimento operário no processo. Ao contrário, o fato tanto de Hermes da Fonseca quanto de Ruy Barbosa se dirigirem aos operários mostra a importância que alcançaram no cenário político da época.

Como foi abordado no primeiro capítulo, o sonho da participação popular nas eleições com o advento da República não se concretizou, pois o controle social sobre os votantes era efetuado com a proibição de voto aos analfabetos pela Constituição de 1891, o que na prática significava a exclusão quase que maciça da população brasileira devido às limitações ao acesso à educação primária na sociedade brasileira, sendo assim, operários não fugiam à regra.

Jose Murilo de Carvalho faz uma comparação entre três eleições que antecederam a de 1910. Segundo o autor, a república conseguiu quase literalmente eliminar o eleitor dos pleitos e, portanto, o direito de participação política do povo, em particular dos trabalhadores, através do voto<sup>365</sup> como podemos verificar no quadro abaixo:

Quadro 2 - Eleições de 1890 até 1910

Ano eleitoral	Nº de eleitores	Eleitores em potencial	População total
1890 - Eleição Constituinte	28.585	28%	5,5%
1894 - Primeira eleição direta	7.857	7%	1,3%

<sup>363</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. “Pela reforma, contra a revolução...” Op. cit., p.47.

<sup>364</sup> BATALHA, Cláudio H. Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Op. cit., p. 44.

<sup>365</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados...* Op. cit., p. 86.

1896 - Eleições para o Congresso	13.127	13%	2,5%
1910 - Eleição de Hermes da Fonseca	25.246	18%	0,5%

Fonte: Adaptado do livro de José Murilo de Carvalho<sup>366</sup>.

A tabela reflete o forte controle sobre os votantes. Ao compararmos o ano de 1890 - um ano de transição em que o voto censitário, apesar de ter sido abolido em junho do mesmo ano, ainda prevalecia- com os anos seguintes, onde a Constituição de 1890 adotara a proibição dos analfabetos nos pleitos, o número de votantes cai drasticamente, apesar do aumento de eleitores em potencial.

A tabela também revela que o ano eleitoral de 1910 tem a menor porcentagem de participação da população sem identificar quem seriam esses votantes. Tanto a pesquisa de Cláudio Batalha como a de José Murilo de Carvalho, nos livros aqui utilizados, não se aprofundam na identificação desses votantes. O que nos é relevante apontar é que a República, mesmo após 11 anos da sua Proclamação, não modificou de forma considerável e educação da população de um modo geral, e em particular dos trabalhadores, procurando diminuindo o número de analfabetos, tal fato pode explicar um dos motivos do baixo número de votantes em 1910.

A educação dos trabalhadores era uma das diversas bandeiras defendida pelo movimento operário que, muitas vezes, tomava para si, na atuação dos sindicatos, das mutuais ou das associações, a ação de oferecer instrução aos seus associados, por considerar a educação primordial para o desenvolvimento do movimento, assunto que será abordado no próximo capítulo.

Também há outra questão que deve ser problematizada no que se refere à participação dos operários e sua importância no pleito de 1910: se não fosse importante o voto dos operários, por que ambos os candidatos dedicariam parte de seus discursos e propostas políticas a essa parcela da população?

Para refletir sobre a participação dos operários na sociedade e sobre quem eles seriam no período, é relevante observar que na primeira década do século XX a industrialização no Brasil ainda estava no seu início. Segundo Eulália Lobo e Eduardo Stortz: “o censo realizado pelo governo federal em 1906 dava um total de 115.779 operários na cidade, sendo 64.217

---

<sup>366</sup> Ibidem.

brasileiros, 51.249 estrangeiros e 313 de nacionalidade não identificada”<sup>367</sup>. Os dados revelam que o número de fábricas que concentravam um grande contingente de operários ainda era insipiente e se restringia basicamente à fabricação de tecidos. O quadro abaixo revela o número de fábricas no Brasil no ano seguinte e como se distribuíam nas duas principais capitais do país:

Quadro 3 - Dados industriais de 1907

	Número de empresas	Capital (contos)	Força motriz (C.V)	Número de operários
Brasil	3.258	653.555	109.284	149.018
Capital Federal	662	167.120	22.279	34.850
São Paulo	326	127.702	18.301	24.186

Fonte: Adaptado do livro de Sérgio Silva<sup>368</sup>.

No quadro acima, podemos perceber a preponderância de indústrias reunidas no Rio de Janeiro (Capital Federal). José Miguel Arias Neto destaca o número de indústrias na capital federal. Segundo o autor, “era grande a concentração de empresas no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, o número de estabelecimentos industriais em São Paulo correspondia a 10% do total do país e o do Rio de Janeiro 20%, enquanto os outros 70% estavam distribuídos por outros estados”<sup>369</sup>. Apesar de uma industrialização insipiente no período apontado, o Rio de Janeiro era a capital mais industrializada do país, o que reflete na organização e na ação dos operários.

Neste sentido, a participação do movimento operário, em particular da corrente socialista com seus principais líderes e de importantes associações e sindicatos na Campanha Civilista e na eleição de Hermes da Fonseca, abre um horizonte de reflexão acerca da organização e do lugar que a questão operária passa a ocupar na agenda política da Primeira República a partir da eleição do Marechal.

<sup>367</sup> LOBO, Eulália M. L.; STORTZ, Eduardo N. “Flutuações cíclicas da economia, condições de vida e movimento operário: 1880-1930”. *Revista do Rio de Janeiro*, v.1, n.1, Set/dez, Niterói, 1985. p. 70.

<sup>368</sup> SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985. p. 78-79.

<sup>369</sup> ARIAS NETO, José Miguel. “Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida. *Op. cit.*, p. 216.

### 2.3 O presidente Hermes da Fonseca e a construção das vilas operárias

Fez-se silencio por um momento; para ouvir a palavra do Sr presidente da República. S. Ex. pronunciou, então, um discurso, enaltecendo o valor do operariado brasileiro e dizendo-se sentir satisfeito por poder dar cumprimento á promessa que fez aos seus concidadãos: cuidar do operariado.

A villa proletária, cuja pedra fundamental acabava de ser colocada era o cumprimento do que ao proletariado S. Ex. havia prometido [...] Auxiliar o proletariado é um dever do governo, e sente-se S. Ex. satisfeito por poder fazel-o<sup>370</sup>.

A citação acima é parte do discurso de inauguração da Vila Proletária Sapopemba, nome dado ao projeto que originou a vila operária de Marechal Hermes. A *Gazeta de Notícias*, no dia 02 de maio de 1911, noticia em sua terceira página, a colocação da pedra fundamental da nova vila proletária no 1º de Maio como mostra a matéria do quadro 4 a seguir:

#### Quadro 4 – Notícia da comemoração do 1º de Maio na Villa Proletária.

A VILLA PROLETARIA “MARECHAL HERMES”

Collocação da pedra fundamental-  
Manifestações aos Srs. Presidente da República e prefeito.

Commemorando a data em que o operariado festeja o dia do trabalho, o Sr presidente da República assistiu hontem á colocação da pedra fundamental da nova villa proletária, que será construída pelo governo, sendo esse trabalho confiado ao Sr. general Bento Ribeiro, prefeito do Districto Federal. A villa será construída nos terrenos da fazenda de Sapopemba, segundo o projecto do engenheiro militar, 1º tenente Palmiro Senra Pulquero.

E para que os operários pudessem assistir a esse acto, foram postos a disposição deles vários trens, que desde o meio dia partiam da estação Central para Deodoro, repletos de operários.

Fonte: Gazeta de Notícias, 02 maio 1911.

O jornal traz uma longa descrição da comitiva que acompanhou o presidente à inauguração dando destaque aos devidos cargos militares que os mesmos ocupavam. Entre eles estavam seu filho, o deputado federal e tenente Hermes da Fonseca; o prefeito Bento Ribeiro e o engenheiro militar responsável pelo projeto; e o 1º tenente Palmiro Senra Pulquério, que havia sido responsável também pela experiência bem sucedida da Vila Militar, inaugurada em 1910, onde construía casas para oficiais do Exército.

Ressaltando a presença da população em geral e dos operários mais especificamente, a *Gazeta* informou que foram colocados à disposição vários trens. Assim, desde o meio-dia teriam partido da estação Central para Deodoro trens repletos de operários. O presidente e sua

<sup>370</sup> *Gazeta de Notícias*, 02 de maio de 1911. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

comitiva partiram à 1 hora da tarde e, ao passarem por Cascadura, teriam sido saudados por uma comissão de operários e alunos das escolas públicas.

Na inauguração, após o discurso do presidente, o governador do Distrito Federal agradeceu o importante melhoramento pelo qual passaria Sapopemba e pediu ao presidente para denominar de vila proletária Marechal Hermes a nova vila, o que de fato aconteceu, dando origem ao atual bairro de Marechal Hermes. Segundo matéria da *Gazeta de Notícias*, a vila era um projeto ambicioso, com 8.000 mil casas que possuíam as seguintes configurações:

#### Quadro 5 – Descrição da Villa operária “Hermes da Fonseca”

O QUE SERA' A NOVA VILLA

A nova Villa Proletária, projectada pelo dedicado engenheiro militar, Dr, Palmiro Pulquerio, terá 650 casas de 7 typos, sendo 6 dous andares e um de um só andar, para rapazes solteiros.

Os novos prédios, que terão todo o conforto, serão de alugueis de 20\$ a 40\$, sendo os aposentos de solteiro de 10\$ a 15\$000.

Terá capacidade para 8.000 pessoas. Será construída a grande praça onde se instalarão escolas, repartições de Telegraphos, etc.

Ao centro será levantado um monumento representando a Patria.

Ligará a villa a estação uma grande avenida com 30 metros de largura e as ruas terão 18 metros.

Ao lado de cada casa haverá uma pequena villa com 5 metros.

Todas as casas terão jardim e um grammado em toda a frente.

Fonte: Gazeta de Notícias, 02 de maio de 1911

No que se refere à participação do movimento operário no evento, a corrente socialista enviou representantes dos principais sindicatos e associações. Mariano Garcia, representante da Liga do Operariado do Distrito Federal, foi um deles. Entretanto, o jornal não cita o sua presença no evento. Mas, fala da participação das diversas associações no evento de lançamento da vila, como vemos na matéria do quadro abaixo:

#### Quadro 6 – Villa operaria – Governo de povo pelo povo.

Varias associações tomaram parte nas festas, entre ellas as dos Trabalhadores de Tecidos, União dos Foguistas, Trabalhadores de Carvão Mineral e outras.

Os marinheiros e remadores das embarcações do commercio desta cidade. Fizeram-se também representar na solemnidade, pela seguinte comissão: Eduardo Pereira de Sant'tanna, Antônio Gonçalves Arauto, José Ferreira de Mello, Luiz Gitirana e José Francisco de Menezes.

Aos operários presentes á festa, foram oferecidos 8.000 chopps e ligeiros “lunch”. [...]

Ao centro da avenida foram colocados pelos operários, moradores da localidade, varios lettreiros, entre outros, os seguintes: Villa operaria – Governo do povo pelo povo – Salve Marechal Hermes<sup>371</sup>.

Fonte: Gazeta de Notícias, 02 maio 1911.

<sup>371</sup> *Gazeta de Notícias*, 02 de maio de 1911. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Depois do discurso do prefeito, foi a vez dos vários operários ali presentes discursarem. O operário Pinto Machado agradeceu ao presidente e ao prefeito. Ele era um influente militante socialista que trabalhava para organizar o operariado. Em novembro de 1911 expos na sede do Clube de Engenharia o projeto geral da vila<sup>372</sup> e, em 1912, participou da organização do Congresso Operário conhecido como “congresso de pelegos”, patrocinado pelo deputado Mário da Fonseca, filho do presidente Hermes da Fonseca, conforme já referido nesse trabalho. Pelo patrocínio ao Congresso Operário, Mário Hermes é considerado o “pai do peleguismo” no Brasil, como salienta Edgar Rodrigues<sup>373</sup>.

A participação de lideranças ligadas ao socialismo reformista foi relatada na grande imprensa e criticada pelos jornais operários que, em sua maioria de tendência anarquista, criticavam a aproximação do operariado com o Estado, acusando-o de domesticação e manipulação pelos políticos. Entretanto, segundo Oliveira:

O congresso operário de 1912 é tido por [Darcy] Ribeiro (1985, p. 248) como “congresso de pelegos” pelo fato de ser patrocinado pelo presidente da República. Apesar de seu perfil reformista e conciliador, o congresso adota um plano de lutas como a redução da jornada de trabalho para oito horas, descanso semanal, indenização das vítimas de sinistros, regulamentação do trabalho da mulher e do menor, construção de moradias operárias, obrigatoriedade do ensino primário e a criação da Confederação Brasileira do Trabalho (CBT). Segundo Darcy Ribeiro (1985), tais reivindicações só foram atendidas vinte anos depois por Getúlio Vargas<sup>374</sup>.

Em 1912, segundo Eulália Lobo, Mariano Garcia e Pinto Machado, representantes da Liga do Operariado do Distrito Federal, retornam a vila de Marechal Hermes. Mariano Garcia descreve no jornal operário *Época* de 21 de agosto os vários tipos de habitações, dizendo haver na vila escolas quase prontas: duas profissionais para meninos e quatro para a instrução primária, duas para cada sexo. Ressalta também que havia ainda Corpo de Bombeiros, Assistência, Biblioteca e o Teatro São Caetano, elogiando a localização da vila próxima à ferrovia e aos correios e telégrafos. Salienta, finalizando a matéria, que 1500 funcionários trabalhavam na obra. Segundo Eulália Lobo, tal entusiasmo de Mariano Garcia está em ver a

---

<sup>372</sup> FILHO, Hermes da Fonseca. *Marechal Hermes. Dados para uma biografia*. Rio de Janeiro, 1961. p. 207.

<sup>373</sup> RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo e Cultura Social (1913-1922)*. Rio de Janeiro. Editora Laemmert, 1972. p. 32. Edgar Rodrigues é um pesquisador da história do movimento operário. Português naturalizado brasileiro possui uma extensa obra – de orientação anarquista – que aborda a história de homens e mulheres militantes das causas sociais, em sua maioria anônimos operários e sindicalistas, que tiveram um papel decisivo nas conquistas sociais e trabalhistas que perduram até hoje.

<sup>374</sup> OLIVEIRA, Alfredo Cesar Tavares de. Op. cit., p. 35.

realização de parte das reivindicações que ele mesmo fazia em jornais sobre o problema de moradia desde 1900 e que foram intensificadas com as reformas de Pereira Passos<sup>375</sup>.

A iniciativa de Hermes da Fonseca em construir casas para os operários está inserida na crise de moradia que se agrava na década de 1910. Alguns autores, como José Murilo de Carvalho, Eulália Lobo, Lia Carvalho e Myrian Stanley, assinalam a ação como cooptação do movimento operário. Nas palavras de Eulália Lobo, isso se dava “para a manutenção da ordem ameaçada pela situação de efervescência do movimento que começava a tomar vulto nesta época”<sup>376</sup>. Entretanto, é importante ressaltar que Hermes da Fonseca não era um político de carreira, como já assinalado neste trabalho. Sua candidatura foi fruto de desacordos entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais que, diferentemente das indicações anteriores, não conseguiram um consenso em torno de um nome para a sucessão de Rodrigues Alves<sup>377</sup>. Isso levou à indicação de Hermes da Fonseca na coligação entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul e a indicação de Rui Barbosa por São Paulo e Bahia, o que levou à Campanha Civilista e à eleição de Hermes da Fonseca, entretanto, isso não significou a quebra da ordem vigente.

No livro *Marechal Hermes. Dados para uma biografia*, Hermes da Fonseca Filho escreve procurando enaltecer a figura do Marechal, seu pai. Entretanto, algumas informações nos são relevantes:

Quando em visita à Alemanha em 1908, assim como quando em visita à França, em 1910, procurou afincamente se informar de tudo quanto se referisse às modernas organizações sindicais e operárias desses e de outros países europeus, trazendo consigo completos *dossiers*, inclusive relativos às direções corporativas do trabalho e da previsão social desses dois países e da Inglaterra, da Suíça, da Suécia, da Holanda, etc<sup>378</sup>.

O mesmo autor descreve que Hermes da Fonseca, quando ministro da Guerra do governo Afonso Pena, entre 1906 e 1909, incentivou a criação de Caixas de Pensões e Aposentadorias dos operários das fábricas de pólvora e dos arsenais de guerra, estimulando a sindicalização dos funcionários, “sob fiscalização do governo”<sup>379</sup>, como pontua o autor. Estimulou também, como dito antes, a construção de casas para oficiais e para sargentos na

---

<sup>375</sup> LOBO, Eulália Maria Lahmeyer; CARVALHO, Lia de Aquino; STANLEY, Myrian (org.). Op. cit., p. 94.

<sup>376</sup> *Ibidem*, p. 91-92.

<sup>377</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias...* Op. cit, p. 194-196.

<sup>378</sup> FONSECA FILHO, Hermes da. *Marechal Hermes: Dados para uma biografia*. Editora IBGE; Rio de Janeiro, 1961. p. 206.

<sup>379</sup> *Ibidem*.



Vila Militar, projeto que serviu de inspiração para a construção da vila operária de Hermes da Fonseca<sup>380</sup>.

No contexto político e social que levou à eleição de Hermes da Fonseca como presidente da República em 1910, tal pergunta se torna pertinente: o que levou Hermes da Fonseca a tomar a iniciativa de mandar construir vilas operárias e ter como projeto a construção de mais duas, que seriam edificadas na Ilha do Governador e em São Cristóvão, para uma parcela do movimento operário? Tal ação, segundo Alfredo Cesar Tavares de Oliveira, “seria a contramão da tendência de delegar à iniciativa privada a produção da moradia operária, o que ocorreu em 1906 após as reformas de Pereira Passos”<sup>381</sup>, quando proliferaram loteamentos nas zonas periféricas e subúrbio da cidade.

Como foi abordado anteriormente, a República herda do Império a crise habitacional, entendida por Benchimol como “escassez e carestia das habitações para gente pobre”<sup>382</sup>, pois, ao contrário dela, as camadas dominantes da sociedade imperial que, a partir de 1870, puderam desfrutar da modernização da capital, “passam a construir suas casas nos bairros residenciais ao norte e, principalmente ao sul da cidade”<sup>383</sup>. Distante da área pestilenta, que se torna o centro da cidade, onde cortiços, estalagens e casas de cômodos revelavam as condições insalubres da superlotação de habitações coletivas onde, invariavelmente, irrompiam as epidemias.

Ao longo de toda a Primeira República a crise habitacional é uma realidade que se agrava com o processo de industrialização, onde a urbanização da cidade não contempla a necessidade de moradia para a classe trabalhadora. O problema habitacional vem acompanhado também de uma aguda crise sanitária que, segundo Nicolau Sevcenko, deu ao Rio de Janeiro no exterior o triste título de “túmulo dos estrangeiros”, pois “a cidade era foco endêmico de uma infinidade de moléstias: febre amarela, febre tifoide, impaludismo, varíola, peste bubônica, tuberculose, dentre outras”<sup>384</sup>. A crise de moradia está diretamente relacionada

---

<sup>380</sup> Ibidem, p. 207.

<sup>381</sup> OLIVEIRA, Alfredo Cesar Tavares de. *O bairro de Marechal Hermes: da moradia operária à habitação social (1910-1956)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da universidade Federal Fluminense – Instituto de geociências. Niterói. 2009. P. 74.

<sup>382</sup> BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos...* Op. cit., p. 124.

<sup>383</sup> Ibidem, p. 121.

<sup>384</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 32.

à propagação de doenças, e em relação aos trabalhadores, em especial, a tuberculose. De acordo com Alfredo César T. de Oliveira:

É consensual entre historiadores e geógrafos que as crises sanitárias nas cidades agravam-se quando o trabalhador se vê obrigado a partilhar a habitação com um grande número de pessoas, o que vem a facilitar a difusão das epidemias<sup>385</sup>.

O problema de habitação popular da época não era somente uma demanda da realidade brasileira. Evidentemente, relacionava-se às transformações sociais ocasionadas pelo capitalismo em âmbito mais geral. Friedrich Engels<sup>386</sup>, em 1840, já destacava o problema da moradia para a classe proletária relacionada ao processo de industrialização e seus efeitos sociais, econômicos e urbanos nas cidades com grande concentração industrial, a exemplo da Inglaterra. Jaime Benchimol se apropria de Engels ao destacar que o problema de moradia operária já se apresentava na Europa, na metade do século XIX, principalmente na Inglaterra, berço da Revolução Industrial. Segundo o autor:

Nas formações sociais capitalistas europeias, a penúria de habitações manifestou-se no contexto da transição do artesanato e da manufatura para a grande indústria. Foi engendrada pelas revoluções industriais, inicialmente na Inglaterra, na primeira metade do século passado, em seguida, na Alemanha e em outros países europeus, a partir de 1860-1870. O *locus* da crise eram as cidades que se transformavam em grandes centros industriais, concentrando uma enorme massa proletarizada, em ritmo muito superior ao da construção de habitações<sup>387</sup>.

O problema de moradia para a classe trabalhadora e a solução encontrada pelos países europeus que enfrentaram a situação no seu processo de industrialização pode justificar a passagem de Hermes da Fonseca em 1908 pela Alemanha, França e Inglaterra, dentre outras cidades europeia. Os reflexos da viagem são percebidos nos dossiês que Hermes da Fonseca elaborou sobre as organizações sindicais da Europa que, além do problema de habitação para a classe operária, enfrentara no século anterior sua mobilização por direitos sociais, sendo a moradia uma das principais reivindicações. Como salienta Alfredo César T. de Oliveira, “a história da edificação das moradias proletárias, nas sociedades capitalistas, caracteriza-se pela

---

<sup>385</sup> OLIVEIRA, Alfredo César T. de. Op. cit., p. 01.

<sup>386</sup> ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

<sup>387</sup> BENCHIMOL, Jaime L. Op. cit., p. 126.

pretensão em eliminar os conflitos sociais, ser o espaço da ordem, da reprodução da força de trabalho, das exigências da saúde pública”<sup>388</sup>.

Na Europa e em cidades como Rio de Janeiro, a falta de moradia para a população pobre e a proliferação de doenças por moradias insalubres estavam na ordem do dia. Diante da crise sanitária na Europa oitocentista, como lembra Benchimol, “vários planos de urbanização, principalmente na Europa, a partir de meados do século XIX, foram projetados visando o saneamento e o controle do espaço da moradia operária”<sup>389</sup>. Aqui no Brasil, a reforma de Pereira Passos, baseada nos programas higienistas, tinha como objetivo, a exemplo das transformações urbanas na Europa, mudar a cara da pestilenta capital brasileira, ainda muito marcada por características coloniais<sup>390</sup>, com ruas que ainda eram vielas coloniais, estreitas, tortuosas, escuras e com declives acentuados, segundo descrição de Nicolau Sevcenko<sup>391</sup>. Entretanto, o “Bota-abaixo”, promovido por Pereira Passos, teve um alto custo para os trabalhadores que, desalojados do centro da cidade, não encontram no poder público solução para o problema de moradia que já era grave. Para Benchimol, há uma “extrema agudização da crise habitacional”<sup>392</sup>, pois foram obrigados a procurar moradia nas regiões periféricas da cidade, causando inúmeros problemas de deslocamento, carestia dos imóveis e o achatamento da renda, que já era precária.

A agudização da crise habitacional, como destaca Alfredo de Oliveira, potencializou o incremento da atividade sindical – evidente na grande greve geral de 1903, como abordado anteriormente – tanto pela parcela anarquista do movimento quanto pelos socialistas. Além disso, cresce a crítica ao governo por vários setores da sociedade que tomam ciência do assunto, entre outras vias, a partir das páginas dos jornais que denunciavam o problema dos trabalhadores, criando, assim, um campo propício para o debate e para a pressão dos trabalhadores.

A questão de moradia para a classe trabalhadora tomou tamanha dimensão que o Estado, no âmbito do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, cria a Comissão de Inquérito na qual Everardo Backheuser, que fazia parte da comissão, buscava estudar a crise de moradias em 1906. Segundo dizem Nelson Fernandes e Alfredo César de Oliveira, ele o

---

<sup>388</sup> OLIVEIRA, Alfredo César T. de. Op. cit., p. 1-2.

<sup>389</sup> BENCHIMOL, Jaime L. Op. cit., p. 124.

<sup>390</sup> OLIVEIRA, Alfredo César T. de. Op. cit., p.2.

<sup>391</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina...* Op. cit., p. 31.

<sup>392</sup> BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos...* Op. cit., p. 321.

faz desacreditando completamente “a política liberal de dar incentivos à iniciativa privada e recomendando a firme intervenção estatal”<sup>393</sup>. Everardo Backheuser foi além e “alertou, apontando para a Revolta da Vacina, para o potencial politicamente explosivo que o tema representava para a Capital Federal”<sup>394</sup>. Como foi visto no primeiro capítulo desse trabalho, Hermes da Fonseca ganha visibilidade nacional a partir de sua atuação na Revolta da Vacina, sendo condecorado pelo então Presidente Rodrigues Alves. Podemos compreender que Hermes da Fonseca sabia bem o que Everardo Backheuser estava dizendo, quando, 07 dias após a sua posse com presidente da República, o “potencial politicamente explosivo” alertado por Backheuser se faz presente no caso da Revolta da Chibata, em 1910. Acontecimento este que deu destaque de forma bastante negativa ao governo Hermes da Fonseca na historiografia.

Em 1911, no ano de posse de Hermes da Fonseca, ocorre em Paris o VIII Congresso Higienista com a presença de várias autoridades e médicos sanitaristas, a exemplo de Osvaldo Cruz. Uma das pautas do encontro foi a questão habitacional e o problema das moradias populares, que se tornavam, como defendido pelas autoridades ali presentes, espaços por excelência da disseminação de doenças. Para os higienistas a moradia da classe trabalhadora seria foco de propagação das doenças pela cidade. Nesta perspectiva, a população pobre trabalhadora passa a ser apontada pelo discurso preconceituoso e segregador como classe perniciososa, promíscua, sem modos ou hábitos higiênicos e incapaz de zelar por sua integridade física e moral. Com isso, a intervenção do Estado é defendida pelos higienistas, pelas autoridades instituídas e pela classe dominante. Ela se daria em dois âmbitos: o primeiro seria a higiene para combater o foco das doenças, moléstias e epidemias contagiosas que assolavam a capital federal; o segundo como medida preventiva, na moradia operária para se evitar transtornos e convulsões sociais, como já alertara Everardo Backheuser. Nas palavras de Margareth Rago que aborda as intervenções públicas para disciplinamento do modo de vida operária:

O controle global da população pobre da cidade, seja nos lugares públicos, seja no espaço doméstico, por parte destes especialistas se funda na crença generalizada de que a “casa imunda”, o cortiço e a favela constituem focos onde se originam os surtos epidêmicos, os vícios e os sentimentos de revolta. E o mal deve ser extirpado pela raiz<sup>395</sup>.

---

<sup>393</sup> FERNANDES, Nelson da Nóbrega; OLIVEIRA, Alfredo César Tavares de. Op. cit., p. 44.

<sup>394</sup> Ibidem.

<sup>395</sup> RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p.185.

Os higienistas defendiam a intervenção do Estado na questão da moradia popular para a resolução do problema. Assim, a partir dessa perspectiva, a questão habitacional no governo Hermes da Fonseca pode ser entendida como parte desse processo, pois, a construção de vilas operárias no seu governo revela a nítida intervenção do Estado no problema de moradia para a classe operária. A iniciativa aponta Hermes da Fonseca como pioneiro na intervenção do Estado como produtor da moradia operária. Em janeiro de 1911, através da sua proposta trabalhista, Hermes da Fonseca promulga o decreto lei nº 2.407 que oferecia terrenos federais gratuitos, isenção de imposto do selo e predial, de direitos alfandegários<sup>396</sup>, dentre outros benefícios para construção de casas para os operários. Tal fato contrasta com as onerosas normas da prefeitura da cidade que desestimulavam a construção de casas populares. O decreto foi duramente criticado pelo Congresso, pois não estava de acordo com a ortodoxia liberal da época que pregava o princípio da não interferência do Estado, pois, segundo alguns parlamentares, a concessão de isenção de impostos reduziria a renda nacional<sup>397</sup>.

Em 1º de maio de 1911, 05 meses após a promulgação do decreto lei nº 2.407, Hermes da Fonseca lança a pedra fundamental da vila operária Hermes da Fonseca. Segundo Eulália Lobo, Lia Carvalho e Myrian Stanley, a atuação de Hermes contrasta com “as empresas da iniciativa privada em números de habitações construídas nos períodos precedentes e considera que esse dinamismo decorre da campanha em prol da habitação operária”<sup>398</sup>. A *Gazeta de Notícias*<sup>399</sup> traz no dia 02 de maio de 1912 a reportagem sobre a comemoração da festa do dia do trabalho na vila operária, local onde o Presidente passa a comemorar a data durante os seus 04 anos de mandato, como já informamos:

---

<sup>396</sup> LOBO, Eulália M. L., CARVALHO, Lia de Aquino, STANLEY, Myrian (org.). Op. cit., p. 92.

<sup>397</sup> ANNAES DO SENADO FEDERAL, 1984. Apud LOBO, Eulália M. L., CARVALHO, Lia de Aquino, STANLEY, Myrian (org.). Op. cit., p. 92.

<sup>398</sup> Ibidem, p. 94.

<sup>399</sup> *Gazeta de Notícias*, 02 de maio de 1912. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Figura 3 - Comemoração do dia 1º de maio na vila operária Hermes da Fonseca pelo Presidente em 1912



Fonte: Gazeta de Notícias, 02 maio 1912.

Outro caminho possível de entendimento para a intervenção de Hermes da Fonseca na questão social é, ainda, a expressão do reformismo social europeu diante do conflito entre o capital e o trabalho<sup>400</sup>. Isso também estava de acordo com a cartilha positivista que propunha incorporar o operário à sociedade, desde que tutelado pelo Estado. Cartilha em cujo modelo Hermes da Fonseca se inseria. Antônio Paim assinala que “o positivismo transformou-se numa religião de Estado, passando a pontuar todos os discursos e discussões”<sup>401</sup>. Vera Lúcia Borges afirma que “a opção positivista acabou sendo a marca da República inaugurada em 1889”<sup>402</sup>. Para a autora, um dos lemas positivistas, a defesa do progresso, destacava o papel da ciência e do desenvolvimento industrial, sendo necessário considerar o proletariado e integrá-lo, sob chancela do Estado, à sociedade civil<sup>403</sup>.

De acordo com Rômulo Mattos, havia uma forte comunicação entre o socialismo e o positivismo<sup>404</sup>. Cláudio Batalha também defende essa ideia quando comenta que:

<sup>400</sup> Ibidem.

<sup>401</sup> PAIM, 1979 Apud GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do...* Op. cit., p. 42.

<sup>402</sup> BORGES, Vera Lúcia Bogéa. Op. cit., p. 383.

<sup>403</sup> Ibidem.

<sup>404</sup> MATTOS, Rômulo da Costa. Op. cit., p. 245.

A atuação dos positivistas no meio operário consiste em levar adiante reivindicações relacionadas com a melhoria das condições de vida e trabalho, mas defendendo esses pontos através de apelos às autoridades, apresentação de candidatos operários para cargos eletivos e busca de formas de entendimento sem recursos à greve e outras formas mais radicais de luta. Em suma, pretendem, ao seu modo, garantir uma certa cidadania social para os trabalhadores, pondo em prática a máxima de Auguste Comte da “incorporação do proletariado à sociedade moderna”<sup>405</sup>.

Ângela de Castro Gomes também corrobora com a ideia de aproximação entre socialismo e positivismo. Segundo ela, “a alusão a Comte como orientação doutrinária da proposta de culto ao trabalho de Saddock de Sá é reveladora fonte de inspiração de algumas das organizações trabalhistas fundadas no pós-1899 que se denominaram socialistas”<sup>406</sup>. A autora continua:

As relações dos socialistas com o positivismo possivelmente prendiam-se muito mais ao próprio contexto político e intelectual da época, que relacionava republicanismo com positivismo e os dois com um sentimento mal definido de defesa das chamadas classes proletárias<sup>407</sup>.

Em relação à organização dos trabalhadores, é importante ressaltar aqui a figura de Francisco Juvêncio Saddock de Sá, liderança proeminente no movimento operário, atuava na defesa dos interesses dos trabalhadores desde a década de 1870. Era torneiro mecânico e armeiro, funcionário do Arsenal de Guerra, socialista, importante representante dos operários do Estado, defendia a doutrina do “culto ao trabalho”<sup>408</sup>, propunha um modelo associativo de

---

<sup>405</sup> BATALHA, Cláudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Op. cit., p. 26.

<sup>406</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...* Op. cit., p. 42.

<sup>407</sup> *Ibidem*.

<sup>408</sup> Para o entendimento desse trabalho é necessário que façamos uma observação sobre a utilização do termo “culto ao trabalho”. Assim como no socialismo, no positivismo também existiam diferentes correntes. Diante da complexidade do tema, não é intenção deste trabalho aprofundar nas duas doutrinas, nem tampouco esmiuçar a relação socialismo-positivismo aqui citada em algumas passagens. Entretanto, há uma diferenciação na defesa ao “culto ao trabalho” sugerido nesse trabalho: uma seria a apropriada pelos socialistas e a outra pelo Estado. Segundo Ângela de Castro Gomes a proposta adotada por algumas das organizações trabalhistas, a exemplo da orientação doutrinária seguida por Saddock de Sá, entende o “culto ao trabalho” como campo da ação do homem na busca de sua felicidade onde trabalhar era sinônimo de grandeza e glória, de uma identidade social, de fonte de dignificação do homem. A outra vertente aqui relacionada se refere ao entendimento do “culto ao trabalho” apropriado pelo Estado, visando o progresso como desenvolvimento industrial e o trabalho como elemento capaz de tirar o homem da miséria e da degradação. Para o Estado, o trabalho era uma atividade positiva na medida em que exercia a função de regeneração social. Ele se destinava aos inferiores, desocupados, órfãos, asilados, enfim... as classes pobres que deveriam estar tuteladas ao Estado. Evidentemente, no intuito de manter a ordem, também se referia ao movimento operário. É preciso assinalar a existência desses dois discursos, pois eles também dizem respeito à relação entre o movimento operário e o Estado na disputa da “palavra operária”.

fundo cooperativista<sup>409</sup>. Em 1909, funda o Círculo dos Operários da União que reunia operários de diversas repartições estatais que apoiaram a candidatura de Hermes e estiveram presentes na festa do 1º de Maio, no lançamento da pedra de fundação da vila operária. Saddock de Sá, juntamente com outra liderança operária, Custódio Alfredo de Sarandy Raposo, defendia as cooperativas de consumo.

O incentivo à formação de cooperativas de consumo e das feiras livres, uma aspiração de parte dos socialistas como Saddock de Sá e Sarandy Raposo, era também uma promessa de campanha de Hermes da Fonseca, presente tanto na sua plataforma política como no seu discurso de posse. Em 1912, o prefeito Bento Ribeiro, indicado para o cargo por Hermes da Fonseca, “autorizou as feiras livres em bairros populares, o que provocou uma verdadeira ‘guerra’ entre o seu governo e os comerciantes da cidade”<sup>410</sup>.

Outra questão sobre as vilas operárias de Hermes da Fonseca pode estar contida no discurso de controle do Estado sobre a “palavra operária”, no intuito de construir no trabalhador, na versão do Estado, “o culto ao trabalho”. Ângela de Castro Gomes define esse culto como “criar no indivíduo pobre, o hábito de trabalhar, via repressão e também via valorização do próprio trabalho como atividade modernizadora e saneadora socialmente”<sup>411</sup>. O Estado procurava forjar na classe trabalhadora brasileira o ideal de sociedade civilizada e do trabalhador ideal, necessário à manutenção da ordem social. Com isso, disputa com o movimento operário, o domínio da “palavra operária” e a vila operária seria o *locus* privilegiado para tal ação. A construção desse padrão ideal de trabalhador será o assunto tratado no próximo capítulo.

---

<sup>409</sup> Ibidem, p. 115.

<sup>410</sup> FERNANDES, Nelson da Nóbrega; OLIVEIRA, Alfredo César Tavares de. Op. cit., p. 45.

<sup>411</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...* Op. cit., p. 300.



### 3 A CONSTRUÇÃO DE UM IDEAL DE TRABALHADOR

#### 3.1 O ideal de trabalhador para o movimento operário

Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real<sup>412</sup>.

Após a abolição e a proclamação da República, os trabalhadores de um modo geral passam por um processo de transformação de sua autoimagem, que, a partir de então, como observa Ângela de Castro Gomes, “seria centrada no valor positivo do ato de trabalhar com as próprias mãos”<sup>413</sup>. A importância da luta pela valorização do trabalho está ligada diretamente às marcas oriundas de um passado escravista e à transição para a ordem capitalista.

A construção de uma nova ideologia do trabalho vem responder a um questionamento que envolve o contexto histórico assinalado: quem seria esse trabalhador e qual seria o lugar que ele deveria ocupar na nova ordem que se inicia? A construção do discurso do valor positivo do trabalho por diferentes atores sociais (organização dos trabalhadores, patronato e Estado) permeia toda a Primeira República. Sendo assim, o domínio da “palavra operária” se torna alvo da disputa pelo que deveria ser “o trabalhador ideal” em meio ao processo de construção da identidade coletiva da classe trabalhadora por esses diferentes atores sociais. Segundo Ângela de Castro Gomes:

A “palavra operária”, no dizer de Sewell, trabalha criando uma nova identidade pela releitura de valores tradicionais, por vezes multisseculares, que são transformados e fundidos em categorias de outras origens políticas, em momentos densos de mudança social. Tal discurso lida com certos elementos básicos que demarcam o lugar do trabalhador no mundo da produção, na sociedade em geral e diante da política nacional em especial. Estes elementos envolvem toda uma ética do trabalho e da valorização da figura do trabalhador, além de situar a questão de suas formas de organização profissional e política. Problema da organização é, portanto, outra face

<sup>412</sup> THOMPSON, Edward P. “Folclore, antropologia e história social”. In: NEGRO, Luigi Antônio; SILVA, Sergio (Orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001. p. 274.

<sup>413</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção ...* Op. cit., p. 17.

do processo de criação de uma identidade coletiva. As práticas associativas são a forma de implementar um comportamento que abarca o trabalhador dentro e fora de seu local de trabalho e que opera o sentimento de pertencimento que deve marcar este ator coletivo<sup>414</sup>.

Como já foi abordado ao longo desse trabalho, é através das diferentes formas de associação dos trabalhadores, em particular do movimento operário em suas diversas vertentes, que os trabalhadores constroem uma identidade coletiva baseada no discurso do valor positivo do trabalho, na busca pela dignidade do trabalhador e na sua distinção em relação ao patronato.

No que tange à dignidade do trabalhador, é na luta pela regulamentação dos direitos trabalhistas e no exercício da cidadania que o movimento operário - em particular, a corrente reformista - se orienta na formação da classe operária e na identidade de classe no início do período republicano, buscando-se construir, então, uma identidade positiva para aqueles que trabalhavam e para o ato de trabalhar<sup>415</sup>.

No Brasil, o trabalho manual foi historicamente impregnado de um caráter negativo, pois estava associado à mão-de-obra escrava. É na passagem da economia escravista para o trabalho livre que se vê presente a necessidade de distinção e valorização do trabalho manual. Era preciso uma conotação positiva em oposição aos tempos da escravidão<sup>416</sup>. Para Igor Oliveira e Maya Valeriano, “a valorização do trabalho está contida no processo de transformação da classe trabalhadora como ator coletivo no cenário político da Primeira República”<sup>417</sup>. Segundo os mesmos autores:

[...] a necessidade de exaltação do trabalhador e de que ele próprio se perceba enquanto elemento-chave da atividade industrial, fator principal do tão proclamado progresso, é preciso notar que isso se dá em um período de mudança nas relações de trabalho, em que a própria noção de trabalho como algo que dignifica o homem, que lhe confere valor, está ainda por se construir, após os quase quatro séculos de domínio da escravidão. A ausência de uma ética de positividade do trabalho no Brasil (o trabalho, coisas de escravos, era visto como degradante) representava, pois, uma grande dificuldade para a valorização da figura e da necessidade do trabalhador. A valorização do trabalho será, portanto, uma das principais funções das

---

<sup>414</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>415</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos ...* Op. cit., p. 16.

<sup>416</sup> Ibidem.

<sup>417</sup> OLIVEIRA, Igor Soares Netto; VALERIANO, Maya Damasceno. “Identidades e consciência de classe entre os trabalhadores cariocas (1860-1900)”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Trabalhadores em greve...* Op. cit., p. 95-96.

organizações de trabalhadores no sentido de criar uma identidade própria que englobe toda a classe<sup>418</sup>.

A luta dos trabalhadores foi intensa diante do quadro social em que se encontrava a classe operária no Brasil, forjada a partir de dois processos distintos ao longo de várias décadas: a emancipação do escravo e o movimento imigratório<sup>419</sup>. A classe operária, em especial na cidade do Rio de Janeiro era de origem variada, composta por imigrantes de várias nacionalidades, com a predominância dos portugueses e brasileiros não brancos, ex-cativos, “apresentando a cidade o maior contingente no sul do país de negros e mestiços”<sup>420</sup>. Tal diversidade da força de trabalho dificultou a formação de uma identidade coletiva da classe trabalhadora que de imediato viesse a contemplar toda a multiplicidade do operariado, além de produzir diferentes discursos no interior do movimento. Isso também leva à reflexão sobre como se daria a participação política desse operariado.

Como já foi discutido no primeiro capítulo desta dissertação, nos anos iniciais da República duas diferentes correntes ideológicas, os socialistas e os anarquistas, disputavam a liderança entre os operários. Entretanto, “a palavra operária”, o valor positivo do trabalho, apesar das diversas estratégias e ideais políticos defendidos por cada vertente, era o que aproximava os diferentes grupos, pois entendiam que caberia ao operário a construção de uma “nação” e, conseqüentemente, a melhoria das condições de vida e de trabalho. Tais divergências evidenciam uma identidade em construção na oposição aos interesses de outras classes (no caso, a patronal) e também a consciência de que havia uma convergência de interesses entre os diversos grupos de trabalhadores, mas que não enfraquecia o movimento operário, como assinala a proposta de Edward Thompson na citação que dá início a este capítulo.

A união de interesses das diferentes classes de operários pode ser percebida na *Gazeta de Notícias* já em 1891, quando várias associações de classe publicavam chamadas convocando seus associados para reuniões que tratariam ora de assuntos de “interesse social”, ora, de assuntos de “interesse da classe”. Como exemplo, temos o anúncio da associação de ourives que chama seus associados para a Assembleia Geral que aconteceria em 08 de janeiro de 1891, a fim de elegerem a nova diretoria que iria representar a classe no próximo Congresso Operário, como comprova o recorte abaixo:

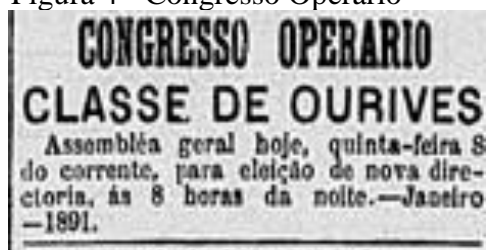
---

<sup>418</sup> Ibidem.

<sup>419</sup> CHALHOUB, Sidney. Op. cit., p. 46.

<sup>420</sup> Ibidem.

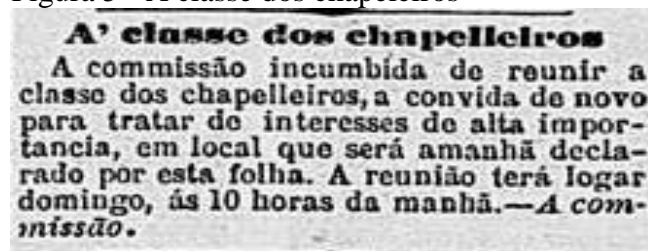
Figura 4 - Congresso Operário



Fonte: Gazeta de Notícias, 08 jan. 1891.

Assim como os ourives, a classe dos chapeleiros também convoca os seus membros no mesmo jornal para tratar de “interesses de alta importância”:

Figura 5 - A classe dos chapeleiros



Fonte: Gazeta de Notícias, 11 jan. 1891

Os anúncios revelam que as convocações eram uma prática comum das várias associações operárias que se apresentavam de forma mais organizada no início da República. Esse é o exemplo das duas associações citadas acima, assim como da União dos Artistas, dos Cigarreiros e Charuteiros, dos Cocheiros e Carroceiros, entre várias outras que utilizavam o jornal como veículo para informar os seus membros. Essas classes vão se fortalecendo ao longo da República, lutando pelo valor positivo ao ato de se trabalhar. Neste contexto, a palavra classe aparece como forma de diferenciação de um grupo profissional específico, que possui um ofício, e a união “na classe” passa a ser uma forma de garantir, nos conflitos com o patronato, a melhoria das condições de trabalho e de vida dos operários.

Muitas reuniões aconteciam no mesmo dia da convocação, o que parece sugerir que o jornal possuía muitos operários como leitores, mas que também faltava um veículo de informação específico para os trabalhadores que servisse para tratar de assuntos exclusivamente de interesse das diversas categorias e suas associações, como por exemplo o jornal *A voz do Trabalhador*<sup>421</sup> que seria lançado somente em 1908.

<sup>421</sup> Jornal *A Voz do Trabalhador*. A Confederação Operária Brasileira (COB) surgiu em 1906 no 3º Congresso Operário Brasileiro, mas foi instalada concretamente em 1908 com o lançamento do seu jornal *A Voz do Trabalhador*, com publicação quinzenal e que chegou a ter uma tiragem de 15 mil exemplares. O jornal noticiava as lutas do proletariado no Brasil e no mundo e conseguiu pela primeira vez coordenar e promover a troca de informações no interior do movimento operário. Configurou-se assim como o primeiro grande

O próprio CPO, do tenente Vinhaes, também utilizava o jornal como veículo para convocação dos membros do partido para tratar de “negócios urgentes” e “interesse social” como salienta o anúncio do dia 12 de janeiro de 1891, onde o segundo secretário Francisco Salles convidava os membros para uma reunião no final da tarde do mesmo dia<sup>422</sup>. Ao se referir a “membros” e não à “classes” especificamente, o chamado aponta para uma não divisão entre as diversas formas de trabalho, apelando para uma identidade maior de classe, já que os assuntos de interesse social dentro de um partido operário estariam sempre ligados ao trabalhador de um modo geral e à sua relação com a outra classe antagônica: a patronal.

As associações citadas acima e o CPO se apresentavam ideologicamente como socialistas na busca por direitos dos trabalhadores e por cidadania. De acordo com Ângela de Castro Gomes:

No início do século a “palavra” estava com aqueles que se autodesignavam socialistas e que, num momento extremamente complexo e denso, propunham em nível de discurso e de organização a participação política daqueles que trabalhavam. Esta experiência, efêmera e fragmentada, é rica de significados. Ela demarca o esforço de construção de uma identidade social para o operário, dando-lhe papel de destaque no mercado e, resguardado este lugar, defendendo a legitimidade de sua participação política<sup>423</sup>.

Um exemplo do esforço em se construir uma positividade para o trabalho por parte do trabalhador foi, em 1900, a criação por algumas lideranças do movimento operário da Associação dos Operários do Brasil (AOB) que tinha por lema “o culto ao trabalho”. Essa associação teve uma existência efêmera, mas dois anos após o seu lançamento, em 1902, os mesmos participantes – Saddock de Sá, França e Silva, Lúcio Reis e Ezequiel de Souza, juntamente com Gustavo de Lacerda e liderados por Vicente de Souza – formaram o Centro das Classes Operárias (CCO), que foi atuante por mais de dez anos, segundo Ângela de Castro Gomes. Neste período, foi a mais importante organização trabalhista do Rio a se autoproclamar socialista<sup>424</sup>.

Para os socialistas, a construção do trabalhador ideal não estava somente no engajamento político, mas também na construção de valores que revisassem o conceito do

---

esforço de criação de uma identidade comum entre os trabalhadores no Brasil. Fonte: CPDOC. Disponível em: <cpdoc.fgv.br/.../>. CONFEDERAÇÃO%20OPERÁRIA%20BRASILEIRA%20(COB).pdf. Acesso em: 19 abr. 2017.

<sup>422</sup> *Gazeta de Notícias*, 12 de janeiro de 1891. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

<sup>423</sup> GOMES, Ângela de Castro *A invenção...* Op. cit., p. 28.

<sup>424</sup> *Ibidem*, p. 65.

trabalho em uma sociedade marcada por seu recente passado escravista. O fato de possuir um ofício e pertencer a um grupo já era um diferenciador na valorização do trabalho<sup>425</sup>. Como aponta Claudio Batalha, “sob a liderança de trabalhadores qualificados de ofício, o movimento operário foi moldado pelo discurso e pelas formas de organização desses trabalhadores”<sup>426</sup>.

Dentro do discurso republicano de ordem e progresso, era necessário também que o operário fosse instruído e a própria classe operária passa a cuidar da sua instrução no sentido de despertar a consciência dos trabalhadores. Então, desde o final do século XIX e início do século XX no Distrito Federal, os operários – não se restringindo somente aos grupos socialistas, anarquistas e anarcossindicalistas, visto que seus interesses se entrelaçavam – também começam a se preocupar com a questão da instrução e da educação dos trabalhadores, pois para a divulgação das ideias socialistas sobre a luta operária, na construção das identidades coletivas, o analfabetismo constituía-se um verdadeiro obstáculo. Toledo salienta a importância do discurso da educação para os socialistas da época:

[...] inúmeras iniciativas de natureza educacional, tanto no âmbito teórico como no prático foram realizadas. É certo também que o esforço pela democratização da educação era comum às mais diferentes tendências socialistas do período. Toda esquerda acreditava na luta da razão contra a ignorância, do progresso contra o passado, na ciência e na educação<sup>427</sup>.

Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi afirmam que no Rio de Janeiro, no ano de 1904, sob a iniciativa de líderes sindicalistas locais, foi fundada a Universidade Popular de Ensino Livre, com sede na Rua da Constituição, nº 47, no espaço do Centro Internacional dos Pintores. “O corpo docente contava com importantes intelectuais da época, tais como: Elysio de Carvalho, Sílvio Romero, José Veríssimo, Rocha Pombo e Fábio Luz, além do dirigente operário reformista Vicente de Souza”<sup>428</sup>, o mesmo que em 1912 elogia a vila operária Hermes da Fonseca de forma entusiasmada ao observar as três diferentes escolas que o então presidente manda construir para os filhos dos operários.

O censo de 1890 indicava que a República iniciara com 14 milhões de habitantes e um contingente de 85% de analfabetos. Numa população expressivamente analfabeta a educação

<sup>425</sup> BATALHA, Cláudio H.M. “A identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade?” *Rev. Bras. de Hist.* São Paulo V.12, nº 23/24. pp. 111-124, set.91/ago.92. p. 120.

<sup>426</sup> \_\_\_\_\_. “Formação da classe operária...”. Op. cit., p. 171.

<sup>427</sup> TOLEDO, Edilene. Op. cit., p. 71.

<sup>428</sup> HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. Op. cit., p. 259.

para o movimento operário se tornava um ponto nevrálgico, pois o operário analfabeto não era considerado cidadão pleno, estando fadado à exclusão política, já que a primeira Constituição da República impedia o voto dos analfabetos, como já foi apontado anteriormente no primeiro capítulo. No discurso dos socialistas reformistas, a educação básica deveria ser pública e gratuita, garantida pelo Estado.

Em meio à luta pela representatividade no Parlamento, numa população majoritariamente analfabeta, a educação se tornara um fator primordial. Afinal, como eleger candidatos do movimento operário sem ter eleitores que pudessem tornar possível o acesso dos trabalhadores como representantes na luta por direitos e leis que regulamentassem a relação entre trabalho e capital?

Independente das orientações político-ideológicas, os operários em suas diferentes organizações compartilhavam da ideia de que a educação era um dos caminhos que levaria à valorização positiva ao ato de trabalhar, “ponto central para uma sociedade capitalista que consideraria o trabalho como fator primordial de legitimação social”<sup>429</sup>. Com o crescimento da industrialização e o passar dos anos, o valor positivo do trabalho passa a definir o que é ser “bom cidadão”:

A ética do trabalho, presente no discurso das classes dominantes também encontra ressonância no movimento operário entre as mais diversas correntes (...) O combate ao ócio e o combate ao vício do alcoolismo, essas figuras parecem se equivaler no esforço de conscientização do operário<sup>430</sup>.

No início da República, há uma preocupação em se desenhar uma sociedade que correspondesse à nova ordem capitalista, baseada no discurso do progresso. Vários ajustes foram necessários com o intuito de redefinição do imaginário dos trabalhadores. As mudanças não deveriam estar somente nas atitudes e no vocabulário, mas também nas indumentárias que tinham como referência as modas da Europa. Segundo Cláudio Batalha:

Inevitavelmente, em todas as fotografias disponíveis de manifestações deste período a imensa maioria dos trabalhadores está de chapéu, de paletó e frequentemente de gravata, indumentária que está longe de ser corriqueira para os trabalhadores braçais e mesmo para muitos empregados do comércio, usualmente considerados mais bem

---

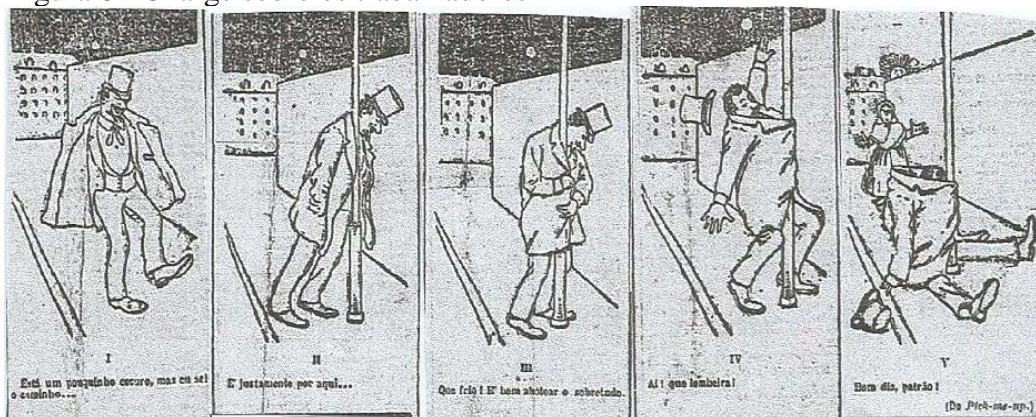
<sup>429</sup> BATALHA, Cláudio H. M. “A identidade da classe operária no Brasil...” Op. cit., p. 120.

<sup>430</sup> Ibidem, p. 119-120.

vestidos (...). Esse vestuário revela também a busca de respeitabilidade, de incorporação a convenções aceitas no espaço político<sup>431</sup>.

A charge da *Gazeta de Notícias* dia 19 de janeiro de 1894 retrata a figura do trabalhador vestido à maneira europeia, de chapéu e terno. Entretanto, totalmente sem elegância, o que se contrapõe a outra charge do dia 17 do mesmo mês, que mostra um personagem ilustre vestido de forma parecida, mas retratado de maneira elegante. A charge do dia 19 faz chacota de um trabalhador totalmente embriagado tentando chegar em casa. No jornal, o trabalhador bêbado é exposto de forma negativa e a tradição popular de “tomar uma branquinha” e “jogar conversa fora” no bar<sup>432</sup> é tratada como um problema. De forma alarmista, o hábito é atribuído a um problema bem maior que seria o do alcoolismo, sendo esse, no discurso civilizatório, o grande responsável pela violência, bem como pelos atrasos e falta ao trabalho. Essa desqualificação de uma forma de lazer popular tem como pano de fundo a grande dificuldade da classe dominante em adequar o trabalhador pobre à disciplina do trabalho no iniciante processo de industrialização. A charge abaixo retrata esse discurso inserido no processo de construção da ideologia do trabalho.

Figura 6 - Charge sobre os trabalhadores



Fonte: Gazeta de Notícias, 19 jan. 1894.

A charge mostra um trabalhador totalmente embriagado que mal se aguentava em pé, retratando a forma pejorativa como era visto pela imprensa, que refletia o discurso da classe dominante. É interessante observar na charge a forma ambígua como é retratado o trabalhador bêbado. Ele não estava maltrapilho, mas sim vestido de forma relativamente elegante, de

<sup>431</sup> \_\_\_\_\_. “A geografia associativa: associações operárias, protesto e espaço urbano no Rio de Janeiro da Primeira República” In: AZEVEDO, Elciene et ali (org.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p. 257.

<sup>432</sup> CHAULHOU, Sidney. *Trabalho, lar...* Op. cit., p. 256-257.



sobrecasaca e chapéu, podemos identificá-lo como um trabalhador que possui ofício, pois a distinção entre os trabalhadores é uma forma de valorização do trabalho.

O cuidado em desenhar as vestimentas do trabalhador pode ser interpretado como uma preocupação em construir a imagem de um trabalhador ideal, civilizado e moderno, combatendo, na aparência, a imagem do trabalhador escravo, apesar de suas atitudes revelarem a “barbárie”. Nas vestimentas há uma transformação que se aproxima da civilização como busca construir a classe dominante, mas no humor da charge há implicitamente a mensagem sobre um comportamento não aceito, principalmente para o trabalhador que mora em vilas operárias, pois era um comportamento contrário à ordem fabril.

Os operários gradativamente passam a usar roupas que revelariam a aparência da civilização. O paletó escuro, o chapéu e os sapatos passaram a substituir progressivamente as “camisas e calças largas, de cores claras, amarradas na cintura e os pés descalços”<sup>433</sup>, traços que revelam a herança escrava ainda muito forte na sociedade e que se tentava apagar através “de um projeto de redefinição do imaginário que perpassa a ética do trabalho”<sup>434</sup>. Para a ideologia dominante, o trabalhador deveria possuir uma identidade a ser construída, que seria oposta à ociosidade e à miséria, como demonstra Maria Alice Rezende Carvalho:

No discurso do patrão, era imprescindível identificar o trabalhador, a pobreza será associada a uma moralização deficiente, objeto, portanto, do combate travado pelos ideólogos da ordem, preocupados com o contágio da miséria e a propagação dos vícios delas decorrentes<sup>435</sup>.

O projeto de redefinição do imaginário também encontra ressonância no movimento operário, como salienta Lilia Schwarcz “através da circularidade da cultura, na construção da figura de um trabalhador como agente legitimador do trabalho”<sup>436</sup>. Ainda segundo a autora:

Seria simplismo supor que as representações produzidas pelos grupos dominantes só fizessem sentido para eles, cultura se define, sobretudo pela circularidade e é o

---

<sup>433</sup> CIAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho em imagens - A fotografia como fonte histórica (1900-1930)*. Rio de Janeiro: DP & A / FAPERJ, 2002. p.84.

<sup>434</sup> Ibidem, p. 118.

<sup>435</sup> CARVALHO, Maria Alice Rezende. *Cidade e Fábrica. A construção do mundo do trabalho na sociedade Brasileira*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História da UNICAMP, 1983. p. 41. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/list.php?tid=7>>. Acesso em: 23mar. 2017.

<sup>436</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Dos males da dádiva”: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira”. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 41.

dialogismo que permite entender como os valores são relidos, sim, mas também partilhados com refluxos constantes<sup>437</sup>.

O bom cidadão dentro da ética do trabalho deveria ser o bom operário, pois a ordem social e a ordem fabril – entende-se a disciplina da fábrica – passam a ser termos indissociáveis. O bom cidadão é o operário laborioso, poupador, enquadrado numa perspectiva de ascensão social e, principalmente, ordeiro. A definição do homem de bem, do homem trabalhador, segundo Maria Ciavatta, “passa também pelo seu enquadramento em padrões de conduta familiar e social compatíveis com sua situação de indivíduo integrado à sociedade e a nação”<sup>438</sup>.

A ideia de cidadão ordeiro é importante na construção da ideologia do trabalho, pois ele é o oposto do cidadão que não trabalha e vive no ócio, considerado uma ameaça constante à ordem. De acordo com o discurso do progresso, como diz Sidney Chalhoub:

[...] enquanto o trabalho é a lei suprema da sociedade, a ociosidade é uma ameaça constante à ordem. O ocioso é aquele indivíduo que, negando-se a pagar a sua dívida para com a comunidade por meio do trabalho honesto, coloca-se à margem da sociedade e nada produz para promover o bem comum<sup>439</sup>.

A apropriação do discurso do ócio pelo operariado, de um modo geral, está velada na valorização do ofício exercido por ele, bem como no próprio discurso do valor do trabalho como distinção social. Sendo assim, o trabalho passa a permitir a construção de identidade e também a legitimar a elevação social de quem vive do ofício. Podemos perceber na declaração de um trabalhador anônimo da época, citado por Marilena Chauí, como era feita essa distinção dentro da própria classe trabalhadora:

“Pobre-pobre é uma coisa, o operário é outra”.  
 “O operário trabalha e vive do seu trabalho”.  
 “Pobre vive jogado debaixo da ponte e não tem trabalho”.  
 “Pobre é um miserável, não tem nada”.  
 “O operário tem o seu trabalho”<sup>440</sup>.

---

<sup>437</sup> Ibidem.

<sup>438</sup> CIAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho em imagens...* Op. cit., p. 114.

<sup>439</sup> CHALHOUB, Sidney. Op. cit., p. 73.

<sup>440</sup> FREDERICO, Celso Apud CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1986. p. 138.

Percebemos na passagem acima a valorização do trabalho e também do trabalhador que possui ofício, além da tentativa de distinção entre as classes dos que trabalham e a dos que não têm profissão, “que vivem de bico”, feita pelo próprio trabalhador na citação acima. Marcelo Badaró define essa identidade baseada na valorização do trabalho e da figura do trabalhador como “cimento positivo”, pois nota-se uma consciência unificadora daqueles que possuem um ofício e que, num primeiro momento, reproduzem o discurso da classe dominante, mas que também o transformam ao defenderem a necessidade de ação coletiva para a defesa dos interesses desses trabalhadores contra os de seus patrões<sup>441</sup>.

Cláudio Batalha salienta que as condições de vida dos operários, as péssimas condições de moradia em habitações coletivas – cortiços ou casas de cômodos –, bem como a saúde abalada por uma série de doenças (sendo a tuberculose a mais frequente), a alimentação deficitária e o modo de se vestir fazem parte do que ele denomina de “identidade invisível”<sup>442</sup> do proletariado. Segundo o autor, “entretanto, esses sinais da condição operária a partir de sua existência miserável não a distinguem do conjunto das classes subalternas, dos pobres em geral, em suma, das chamadas ‘classes perigosas’”<sup>443</sup>.

A necessidade de distinção entre o pobre e o operário está diretamente ligada à dignificação do trabalho, pois há um discurso, principalmente dos legisladores da época, que percebe as “classes pobres” como “classes perigosas”:

Os legisladores brasileiros utilizam o termo “classes perigosas” como sinônimo de “classes pobres”, e isto significa dizer que o fato de ser pobre torna o indivíduo automaticamente perigoso à sociedade. Os pobres apresentam maior tendência à ociosidade, cheios de vícios, menos moralizados e podem facilmente “rolar até o abismo do crime”<sup>444</sup>.

O termo “classes perigosas” foi tomado de empréstimo de países europeus como a Inglaterra e a França que passaram por transformações resultantes do processo de industrialização<sup>445</sup>, conforme já dissemos anteriormente. Aqui no Brasil, a apropriação do

---

<sup>441</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres...* Op. cit., p. 201.

<sup>442</sup> BATALHA, Cláudio H. M. “A identidade da Classe Operária no Brasil...” Op. cit., p. 118.

<sup>443</sup> *Ibidem*.

<sup>444</sup> CHALHOUB, Sidney. Op. cit., p.76.

<sup>445</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Mobilização operária na República excludente: um estudo comparativo da relação entre Estado e movimento operário nos casos de São Paulo, Minas Gerais e rio Grande do Sul nas duas primeiras décadas do século XX*. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal do Rio

termo pela classe dominante, no caso, pelos parlamentares, é vinculada à crença de que pobreza, ociosidade e crime se igualam. É em Frégier que nossos legisladores vão buscar fundamentos para a formulação de leis sobre a ociosidade. M. A Frégier era um alto funcionário da polícia de Paris que baseado em estudos de inquéritos e estatísticas policiais, em 1840, escreve um livro sobre criminalidade<sup>446</sup>. Este foi adaptado à realidade brasileira pelos parlamentares passando a fundamentar as leis de repressão às classes populares. Sidney Chalhoub cita Frégier:

As classes pobres e viciosas, diz um criminalista notável, sempre foram e não de ser sempre a mais abundante causa de todas as sortes de malfeitores: são elas que se designam mais propriamente sob o título de – classes perigosas –; pois quando mesmo o vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de aliar-se à pobreza no mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a sociedade. O perigo social cresce e torna-se de mais a mais ameaçador, à medida que o pobre deteriora a sua condição pelo vício e, o que é pior, pela ociosidade<sup>447</sup>.

As palavras de Frégier adaptadas à realidade da classe operária na capital federal fundamentam a necessidade da classe operária pela busca da distinção entre o que é ser pobre e o que é ser operário como na citação anterior. Esse discurso legitima a repressão, mascarando o medo de sublevações populares, como, por exemplo, a revolta da Vacina, em 1904, e a da Chibata, no início do governo de Hermes da Fonseca, em 1910 – ambas reprimidas com extrema violência.

O combate ao ócio e a utilização do termo “classes perigosas” como denominação da parcela miserável da sociedade são um ponto importante no processo de construção da ideologia do trabalho que está ligada ao problema maior e mais complexo da formação da classe de trabalhadores assalariados, especialmente no Rio de Janeiro. É o problema, segundo Marcelo Badaró, da inserção dos libertos na nova ordem capitalista, “num país marcado por mais de três séculos de escravidão e numa cidade que foi por tanto tempo movida a braço escravo”<sup>448</sup>. Como defende Tiago Bernardon de Oliveira na questão do trabalho e também da mentalidade “a estrutura fundiária permaneceu intocada e o trabalho, ainda que livre,

---

Grande do Sul. Porto Alegre, 2003. p. 62. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/5524>>. Acesso em: 26 mar. de 2017.

<sup>446</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 20-21.

<sup>447</sup> FRÉGIER, 1840 Apud CHALHOUB, Sidney. Op. cit., p. 21.

<sup>448</sup> MATTOS, Marcelo Badaró de. *Escravidados e livres...* Op. cit., p. 222.

manteve-se próximo à escravidão”<sup>449</sup>. Segundo Erika Bastos Arantes, anos antes da abolição, bem como logo após a proclamação, os libertos são identificados como o principal perigo para o futuro da nação. Segundo a autora:

Na capital da recém-fundada República, as multidões anônimas que ocupavam as ruas são vistas como sinônimo de barbárie e atraso. Assim, o modelo de civilização adotado de cima para baixo representou também, através do aparato repressivo legitimado por teorias científicas, a imposição da vigilância, do controle e da disciplina para toda a população. Nesse conjunto, os negros pareceram merecer atenção redobrada<sup>450</sup>.

O tema mereceria um maior aprofundamento, do qual não daremos conta neste trabalho, mas não há como deixar de assinalar a importância tanto do escravo quanto dos ex-escravos na formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. É preciso lembrar também sua presença no movimento operário, em muitos casos evidenciada por uma “linha de continuidade entre os escravos libertos dos velhos tempos imperiais e os proletários da Primeira República”<sup>451</sup>, a exemplo dos trabalhadores na área portuária do Rio de Janeiro e suas complexas relações construídas no trabalho e na organização sindical<sup>452</sup>.

O início da República marca uma nova etapa para o mundo do trabalho no Brasil. O crescente processo de industrialização e a urbanização pedem um novo operário, que deve se adequar à nova ordem estabelecida. Há um movimento tanto da classe dominante quanto dos operários em produzir um discurso que venha moldar esse trabalhador à nova ordem. Tiago Oliveira diz que:

O trabalhador-modelo em construção teria como característica fundamental o “amor pelo trabalho”, o que permitiria que se tornasse o que a historiografia mais tarde chamou de “corpo dócil”, o indivíduo pronto para se deixar explorar e permitir a acumulação a partir de seu suor. Essa parecia a solução vislumbrada pelos parlamentares que satisfazia a classe dominante. Mas a pergunta era: como?<sup>453</sup>

É interessante ressaltar que, apesar de existirem interesses antagônicos evidentes entre as classes, há um ponto no qual o movimento operário e o pensamento da classe dominante se

---

<sup>449</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Mobilização operária na República excludente...* Op. cit., p. 63.

<sup>450</sup> ARANTES, Erika Bastos. Op. cit., p. 109.

<sup>451</sup> MATTOS, Marcelo Badaró de. *Escravidados e livres...* Op. cit., p. 17.

<sup>452</sup> ARANTES, Erika Bastos. Op. cit., p. 119.

<sup>453</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Mobilização operária na República excludente...* Op. cit., p. 61.

encontram: a valorização do trabalho como fator de dignificação do homem, do indivíduo, que é o ponto crucial da ideologia capitalista. A disputa pela “palavra operária” tanto pelo patronato como pelo movimento operário, conforme já dissemos, busca construir o ideal de operário: no discurso da classe dominante e das autoridades constituídas, há a clara necessidade de controle social; no discurso do movimento operário, além da construção de identidade, há também um movimento de resistência contra essa dominação.

Estudar o trabalhador somente a partir das mudanças no campo econômico não é suficiente para dar conta da complexidade das relações sociais em que ele está inserido. Quando o modo de produção e as relações produtivas mudam, há toda uma necessidade de redefinição das relações anteriores à mudança. Culturalmente essas mudanças também são vivenciadas e constantemente redefinidas, como assinala Thompson:

A classe se delinea segundo o modo como os homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do conjunto de relações sociais, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural<sup>454</sup>.

Dentro de tal perspectiva, não há apenas uma identidade, mas várias sendo construídas a partir da subjetividade que o conceito de cultura pode oferecer. Para Muniz Sodré, a questão da identidade deve ser vista como o lugar onde se faz a interseção do sujeito com as identificações que somos obrigados a assumir na vida cotidiana<sup>455</sup>. É através da memória individual e coletiva que projetos de grande importância são trabalhados para a constituição dessas identidades:

Para setores da classe dominante, a República era a concretização dos seus ideais de progresso e de civilização, e nesse contexto o ideal do trabalho era o conceito chave, mas que, ao contrário do movimento operário, seu objetivo final não era a igualdade de classe e sim a reconstrução do sistema de dominação adaptado a uma nova situação sócio-econômica, qual seja a emergência do trabalho livre. Democracia e República são assim, duas respostas para o mesmo problema: como mascarar a dominação numa sociedade onde os homens são livres e iguais perante a lei<sup>456</sup>.

---

<sup>454</sup> THOMPSON, Edward P. “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’”. In: NEGRO, Luigi Antônio; SILVA, Sergio (orgs.). Op. cit., p. 277.

<sup>455</sup> CIAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho em imagens...* Op. cit., p. 114.

<sup>456</sup> PANSARDI, Marcos Vinícius. Op. cit., p. 58.

A Primeira República foi uma época para os trabalhadores de diferentes lutas na tentativa de se constituírem como classe, através de diferentes formas de atuação, reivindicando direitos, organizando-se, reivindicando nas ruas e nas fábricas maior espaço de atuação como atores sociais. Antagônico aos seus interesses se encontra um patronato que procura o domínio e a cooptação dos trabalhadores através da concessão de benefícios e privilégios que ocasionavam divisões entre os próprios trabalhadores. Os patrões buscavam na construção ideológica do valor positivo do trabalho e do ideal de trabalhador, reproduzir as relações entre senhores e escravos, nas atitudes da “proteção paternalista”<sup>457</sup>.

Para a classe dominante, a valorização do trabalho tem como foco o indivíduo. O trabalho de dominação é feito nesse sentido, através da hierarquia dos cargos. Já no discurso operário, o trabalho legitima o grupo ou o conjunto da classe, como afirma Marcela Goldmacher<sup>458</sup>. A trajetória do movimento operário na Primeira República foi a do processo de organização da classe em busca de uma identidade para os trabalhadores em paralelo com o processo de industrialização.

### **3.2 A virtude pela pobreza, o progresso pelo trabalho e a ordem pela disciplina. O trabalhador na ótica patronal**

O patrão, depois de celebrado o contrato, se constitui uma espécie de juiz doméstico e tem ação incontestável sobre o trabalhador, para guia-lo e aconselhá-lo. Se alguma vez esse indivíduo sai das órbitas legais e pratica alguma falta ou delito ligeiro, que não precisa ser punido pela lei, o próprio patrão, em virtude do regulamento que ali existe, e que estabelece direitos e deveres entre locatário e locador, lhe inflige castigos moderados como aqueles que infligem os pais aos filhos<sup>459</sup>.

Nos anos iniciais da República a industrialização e a urbanização tornam-se fenômenos sociais decisivos, havendo um significativo crescimento industrial em todo o Brasil, principalmente na capital federal, como já apresentado no primeiro capítulo deste trabalho. Empreendimentos industriais e urbanos de diferentes portes passam a ser vistos na cidade em crescimento ao longo do fim do século XIX: grandes fábricas e fábricas de pequeno e médio porte, diferentes oficinas, pequenas e médias empresas, estabelecimentos

<sup>457</sup> CIAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho em imagens...* Op. cit., p. 116.

<sup>458</sup> GOLDMACHER, Marcela. “Movimento operário...” Op. cit., p.107.

<sup>459</sup> ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Apud CHALHOUB, Sidney. Op. cit., p. 73.

comerciais, botequins, companhias de transportes e de serviços públicos se instalariam na cidade. Ocorre, ao mesmo tempo, a modernização das várias empresas que aqui já existiam, transformando a capital em um parque industrial e comercial amplo e diversificado, conferindo à cidade um caráter urbano-industrial de relevo, com ares de metrópole, tendo em vista sua população de mais de meio milhão de habitantes de acordo com o censo de 1890<sup>460</sup>.

Assim como a ampliação e a diversificação da indústria, o “mundo do trabalho” também cresce. Operários industriais e urbanos, de pequenas e grandes indústrias, de oficinas de tamanho médio ou de caráter informal, trabalhadores assalariados ou autônomos de diferentes atividades demonstravam um trabalhador urbano bastante heterogêneo na sua composição, tanto na força de trabalho como na própria composição étnica. Isto gerava relações de trabalho bastante complexas no momento de introdução da lógica capitalista nas relações de produção com a organização racional de um mercado de trabalho assalariado<sup>461</sup>.

Segundo Maria Auxiliadora de Decca, “a história da industrialização no Brasil foi a história da constituição de novas forças sociais no interior da formação social brasileira”<sup>462</sup>, onde novos atores sociais como industriais e operários passaram a moldar a sociedade. O desenvolvimento industrial tem um papel fundamental nesse processo durante a virada do século, com a generalização entre a classe dominante da ideologia do progresso. A fábrica se torna o lugar privilegiado na construção dessa nova sociedade onde as relações capitalistas de produção passam a dominar de forma plena a economia brasileira<sup>463</sup>. Maria Ciavatta salienta que no discurso dos industriais, a indústria seria o agente da transformação social, leia-se do progresso:

Enfatiza-se a identificação do crescimento industrial e da divisão social do trabalho como o discurso nacionalista, conforme o discurso da Escola Politécnica do Rio de Janeiro: “Trabalhai pela prosperidade de vossas indústrias e trabalhareis pela força da vossa pátria”<sup>464</sup>.

---

<sup>460</sup> Segundo o censo de 1890, a Capital Federal possuía uma população de 522.651 habitantes. CHALHOUB, Sidney. Op. cit., p. 42.

<sup>461</sup> HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. Op. cit., p. 123.

<sup>462</sup> DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *Indústria, trabalho e cotidiano. Brasil – 1889 a 1930*. São Paulo: Atual, 1991. p. 8.

<sup>463</sup> HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. Op. cit., p. 123.

<sup>464</sup> CIAVATTA, Maria. Op. cit., p. 114.



O discurso da ordem e do progresso e a positivação da noção do trabalho têm na fábrica um defensor. Nesse sentido, a fábrica se investe de uma caracterização política, constituindo-se numa “agência privada do Estado”<sup>465</sup> no que tange ao ideal de uma nação ordenada e orientada para o progresso que deveria vir pela vitória do trabalho. Por isso, a fábrica passa a exercer dupla função na sociedade: a da superexploração capitalista da força de trabalho e a de espaço organizador da sociedade no sentido de disciplinar esse mesmo trabalhador na base da vigilância. Isto é, a fábrica não visaria apenas à produtividade, mas o controle dos trabalhadores. Sua arquitetura industrial era pensada para se perder a noção do tempo, com paredes elevadas e janelas no alto, somente para a chegada da luminosidade impedindo a visão do exterior, o que lhe dava um aspecto lúgubre e hostil de presídio, com seus grandes portões fechados e vigiados por guardas fardados e armados que eram responsáveis pelas humilhantes e vexatórias revistas<sup>466</sup>.

A exploração infantil era uma realidade na época. Crianças tinham uma jornada de trabalho semelhante a dos adultos que variava de 10 a 14 horas por dia, mas, assim como a das mulheres, sua remuneração era bem menor. No discurso patronal, o trabalho infantil era justificado sob a alegação da vigilância necessária, na falta dos pais, para se evitar o desvio, isto é, para que a criança não crescesse no ócio e seguisse o caminho da vadiagem, mantendo a ordem social. Outra justificativa era auxiliar os pais financeiramente.

Segundo Maria Alice Carvalho, ordem social e ordem fabril passam a ser termos indissociáveis:

Na fábrica, a questão da viabilização da dominação burguesa esteve articulada à questão da administração do comportamento das classes subalternas segundo padrões que extrapolaram o imediato da população e penetraram nos veios mais íntimos da vida dos trabalhadores: no seu lazer, na organização da vida familiar, num tipo específico de socialização “para o trabalho”<sup>467</sup>.

A ordem fabril passa pela necessidade de exaltação do trabalhador, no sentido da construção do discurso do operário ideal também pela classe patronal. Segundo Maria Ciavatta, “para o patrão, a obediência ativa, recato e asseio eram as características pessoais mais destacadas na qualificação de um bom operário, além de laborioso, poupador e acima de

---

<sup>465</sup> CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Op. cit. p. 47.

<sup>466</sup> HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. Op. cit., p.133-134.

<sup>467</sup> CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Op. cit., p. 11.

tudo ordeiro”<sup>468</sup>. Para o patrão, era interessante desenvolver a competitividade entre os empregados<sup>469</sup>. Então, o bom operário deveria desenvolver seu trabalho focado numa perspectiva de ascensão social com o deslocamento no quadro de promoções, mas, para isso, os requisitos de antiguidade, lealdade e competência deveriam ser atingidos, o que revela também uma estratégia de fixação de valores que ajudariam na transição da ordem burguesa no país. Deste modo, a figura do patrão passa a ser central na construção do ideal do bom trabalhador dentro do discurso patronal, buscando-se a dominação do operariado através de uma redefinição do imaginário da sociedade na construção da figura do trabalhador que se alinhasse às necessidades de uma sociedade organizada e civilizada.

Chalhoub destaca que a construção da imagem da relação patrão-empregado pela classe dominante na Primeira República era o da relação entre pais e filhos<sup>470</sup>. Elisabeth Weid, Ana Marta Bastos e Francisco Elia definem essa relação como paternalista. Segundo eles, “a ideologia patronal era, portanto, paternalista e cooptativa, procurando levar os operários a assumir a empresa como uma grande família e considerar a fábrica como um bem comum”<sup>471</sup>.

Com a presença ainda marcante dos valores da sociedade escravista e com a oferta de grandes contingentes de trabalhadores, oriundos da abolição e da intensificação do fluxo imigratório, a desvalorização da mão-de-obra era uma realidade da época. À necessidade de se dar uma valorização positiva ao ato de trabalhar associava-se a tradição escravista ainda bastante presente na sociedade. Somado aos dois fatores, há um grande contingente de trabalhadores à procura de ocupação. Sendo assim, as práticas paternalistas pareciam ser eficientes para esse projeto de valorização do trabalho. Marcelo Badaró defende essa prática como uma linha de permanência de uma perspectiva senhorial, isto é, a tradição escravista, persistente entre os padrões<sup>472</sup>. Na perspectiva do autor:

No processo de formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro, no período que vai de meados do século XIX às primeiras décadas do século XX, a presença da escravidão, as lutas dos escravos pela liberdade e as formas pelas quais as classes dominantes locais buscam controlar seus escravos e conduzir um processo

---

<sup>468</sup> CIAVATTA, Maria. Op. cit., p. 128.

<sup>469</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e...* Op. cit., p. 150.

<sup>470</sup> Ibidem, p. 114.

<sup>471</sup> VON DER WEID, Elisabeth; BASTOS, Ana Marta Rodrigues; ELIA, Francisco Carlos. *O fio da meada: estratégia de expansão de uma indústria têxtil: Companhia América Fabril, 1878-1930*. 1986. Rio de Janeiro: FCRB:CNI, 1986. p. 195.

<sup>472</sup> MATTOS, Marcelo Badaró de. *Escravidados e livres...* Op. cit., p. 213.

de desescravização sem maiores abalos em sua dominação foram fatores decisivos para a conformação do perfil da nova classe de trabalhadores assalariados<sup>473</sup>.

A imagem paternalista que os patrões procuravam construir era a da “grande família” da fábrica, resgatando a imagem da família para pensá-la como extensão do lar. Assim, a fábrica – de forma parecida com a vila operária – se torna o *locus* privilegiado para execução de um projeto civilizatório e o paternalismo era elemento fundamental neste contexto<sup>474</sup>.

A regulamentação das ações nas vilas operárias, como extensão das fábricas, era um instrumento de domínio social dos patrões. Os possíveis excessos na autoridade patronal são dissimulados sob a forma de proteção, exercida através das ações moralizadoras e disciplinares que adentraram de forma mais íntima a vida dos trabalhadores, seu lazer, a organização da vida familiar e até a vida religiosa. Isto é, um tipo específico de socialização para o trabalho, uma orientação que o bom patrão devia oferecer aos seus trabalhadores passivos e abnegados<sup>475</sup>, uma espécie de adestramento que viabilizasse uma maior produtividade.

Um exemplo desse rigor disciplinar que pretende invadir todas as esferas da vida do trabalhador pode ser percebido nos artigos do regulamento para os operários da Fábrica do Cedro, em Minas Gerais, citado por Foot Hardman e Leonardi:

É PROIBIDO (externo):

Art. 1º. – Consentir ou dar em casa, jogos, batuques ou reuniões imorais, consentir bebedeiras, desordens, espancamentos e tudo mais que perturbar o sossego público.

Art. 2º. – Invadir quintais ou casas. Subtrair frutas, galinhas, roupas ou outro qualquer objeto. Inquietar ou faltar o respeito às famílias.

Para os arts. 1º. E 2º. – Multa de R\$5\$000 – R\$ 10\$000 – na reincidência – Expulsão pela 3ª. Vez – além de usar dos direitos que a lei concede nos casos de furtos, etc.

(...)

Art. 8º – Fazer algazarras pelas ruas, praças ou casas, perturbando o sossego público – principalmente depois das nove horas da noite.

(...)

Art. 10º. – Criar porcos, cabritos ou carneiros soltos nas ruas, devendo ser peiadas as cabras que amamentarem as crianças.

Art. 11º. – Engordar capados soltos nos quintais, conservar sevas imundas, que incomodem os vizinhos.

Art. 12º. – Utilizar-se de imóveis, materiais, ferramentas, utensílios, lenhas ou quaisquer objetos pertencentes à fábrica”.

(...)

“É PROIBIDO (na fábrica):

<sup>473</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>474</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e...* Op. cit., p. 72.

<sup>475</sup> Ibidem, p. 73.

Art. 12º. – Trabalhar assentado ou outra qualquer posição inconveniente...<sup>476</sup>

A disciplina imposta pela Fábrica do Cedro revelava um consenso na prática constante entre os patrões no “território fabril”: a vigilância dentro e fora da fábrica. Para Maria Alice Carvalho, “essa vigilância tinha a clara intenção de prevenir o desvio moral e de conduta dos trabalhadores na intenção de conduzir a vida dos operários em nome do bem comum”<sup>477</sup>, o que na prática tratava-se de uma operação política de controle dos setores subalternos, visando à exploração da mão-de-obra assalariada de forma absoluta.

Como a Fábrica de Cedro em Minas Gerais, o setor têxtil no Rio de Janeiro era um exemplo do uso de métodos coercitivos e paternalistas para disciplinar a mão-de-obra. Fábricas como a Fiação de Tecidos Aliança, a Confiança Industrial, a Fiação de Tecidos Carioca, a Fiação de Tecidos Corcovado, a Fábrica São Cristóvão, a Fábrica Cruzeiro, a Fábrica Bonfim e a Cia de Tecidos Progresso Industrial eram as principais indústrias do setor têxtil, e o principal setor fabril que empregava um grande número de operários. As fábricas do Rio de Janeiro não fugiam da lógica utilizada pela Fábrica de Cedro em Minas Gerais. Para Elizabeth Rago, “a Fiação de Tecidos Aliança era a pior empresa do ramo: baixíssimos salários, péssimas condições de higiene, falta de segurança no trabalho, disciplina injusta e violenta”<sup>478</sup> sendo ela, palco de inúmeras greves e manifestações de trabalhadores.

Figura 7 - Vila Operária da Fábrica Corcovado em 1910



Fonte: Disponível em: <<http://www.rioquepassou.com.br/2010/11/08/vila-proletaria-arthur-sauer-anos-50/>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

<sup>476</sup> HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. Op. cit., p. 112.

<sup>477</sup> CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Op. cit., p. 127.

<sup>478</sup> RAGO, Margareth. Op. cit., p. 35.

A imagem acima é da vila operária da Fábrica de Fiação e Tecido Corcovado, do empresário Artur Sauer, que começou a ser construída em 1891. Além das 89 casas para operários e 22 cômodos para solteiros, “a vila possuía duas escolas para crianças, uma creche, um armazém de alimentos e farmácia. A empresa construía também um edifício para lazer dos operários, onde se realizavam bailes e representações teatrais, além de uma sala de bilhar”<sup>479</sup>. Procurava-se com os benefícios das vilas operárias, a construção da ideia de que trabalhadores e patrões pertenciam a uma mesma família. As casas foram construídas no bairro do Jardim Botânico, conhecido na época como Chácara do Algodão por possuir no local plantações de algodão. Outra fábrica de tecidos que tinha o mesmo endereço era a Fábrica de Tecidos Carioca<sup>480</sup>. Em 1913, o presidente Hermes da Fonseca inaugura a vila proletária Orsina da Fonseca no bairro da Gávea, próximo às duas fábricas.

A Cia de Tecidos Progresso Industrial, conhecida como Fábrica Bangu era um modelo da forma paternalista de controlar o trabalhador. A hierarquia era exercida através dos cargos de responsabilidade, a remuneração dos funcionários era feita pelos contramestres que recebiam uma parcela de acordo com a produção de seus subordinados. Na contratação, trabalhadores considerados “agitadores” não eram aceitos. Em caso de atraso ou insubordinação, multas pesadas eram aplicadas e os funcionários eram revistados diariamente na saída da fábrica.

A exploração dos trabalhadores no modelo fábrica-vila operária era frequentemente denunciada pelos militantes do movimento operário, sendo o modelo percebido pela imprensa operária como o dos “cativos voluntários”. De acordo com Marcelo Badaró:

Para os militantes do movimento operário do início do século XX, o caráter repressivo no modelo fábrica-vila operária era bastante evidente e encontrava um paralelo tangível para aquela geração na unidade produtiva e escravista, com plantação e senzala como espaços integrados de dominação senhorial (...) marcada por elevadas jornadas, baixos salários e altos aluguéis pela ocupação de casas precárias, mas mesmo assim aceita passivamente por muitos operários<sup>481</sup>.

Entretanto, apesar de algumas concessões e da busca pela positividade do trabalho, o que a indústria capitalista mecanizada buscava era a maximização dos lucros através da associação da exploração extensiva, com o prolongamento da jornada de trabalho, com

<sup>479</sup> RAGO, 1987 Apud CIAVATTA, Maria. Op. cit., p. 116.

<sup>480</sup> Museu do Horto. Disponível em: <[http://www.museudohorto.org.br/Ch%C3%A1cara\\_do\\_Algod%C3%A3o/\\_F%C3%A1bricas\\_de\\_Tecidos\\_e\\_vilas\\_oper%C3%A1rias?id=1097](http://www.museudohorto.org.br/Ch%C3%A1cara_do_Algod%C3%A3o/_F%C3%A1bricas_de_Tecidos_e_vilas_oper%C3%A1rias?id=1097)>. Acesso em: 21 abr. 2017.

<sup>481</sup> MATTOS, Marcelo Badaró de. *Escravidados e livres...* Op. cit., p. 81.

condições insalubres de trabalho e baixos salários. Enfim, trabalha-se muito e paga-se pouco. Dentro desse cenário de exploração da mais-valia, o setor têxtil era o melhor exemplo da exploração do trabalhador, com jornadas de até 17 horas de trabalho e a ação paternalista do patrão.

Ainda que um momento relevante para a história do movimento operário, as vilas operárias foram apenas uma das muitas realidades dos trabalhadores no início da República. Como salienta Chalhoub, “elas nunca foram construídas em números suficientes”<sup>482</sup>. A realidade das vilas operárias estava mais ligada às indústrias do setor têxtil, mas isso não quer dizer que a relação paternalista estivesse restrita às indústrias têxteis ou às indústrias de grande porte. Na verdade, o paternalismo se diferenciava de acordo com a atividade econômica do trabalhador e a relação paternalista era uma realidade na relação patrão/empregado, pois possibilitava o aumento da exploração da força do trabalhador.

Apesar do discurso e das ações da classe patronal para controle e cooptação dos trabalhadores, observamos na história da formação da classe operária no Brasil muitas formas de resistência e a greve era uma delas. Em relação aos próprios operários das indústrias têxteis, mesmo com a vigilância, a partir de 1890 ocorreram várias greves promovidas de forma organizada por seus operários. Badaró salienta que entre 1890 e 1903, o ano que se constituíram como entidade de classe através da fundação da Federação dos Operários em Fábricas de Tecidos, os tecelões organizaram 10 greves, envolvendo pelo menos seis fábricas diferentes<sup>483</sup>. O ano de 1903 é marcado pelo que seria o da “grande greve da capital federal” o que foi marcante e de grande importância para o movimento operário<sup>484</sup>.

É evidente que a participação dos operários nas greves não era aceita pelos patrões. Além de severas medidas disciplinares, na sua maioria, os operários eram demitidos sem nenhum direito trabalhista, a exemplo da greve dos têxteis, em 1903, na qual, apesar de parte das reivindicações – a redução da jornada de trabalho para nove horas e meia e os 40% de reajuste salarial – serem aceitas, uma grande quantidade de operários foram despedidos, atingindo a casa das centenas<sup>485</sup>. Entretanto, em 1908, nova greve acontece tendo como motivação a demissão de dois operários da Fábrica Cruzeiro que faziam propaganda da mais nova associação dos tecelões, o Sindicato dos Trabalhadores em Fábrica de Tecidos, pois a

---

<sup>482</sup> CHALHOUB, Sidney. Op. cit., p. 135.

<sup>483</sup> MATTOS, Marcelo Badaró de. “Greve e repressão policial...” Op. cit., p. 37.

<sup>484</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...* Op. cit., p. 73.

<sup>485</sup> *Ibidem*, p. 38.

Federação dos Operários em Fábricas de Tecidos tivera vida curta com a repressão sofrida pelos operários nas fábricas após a greve de 1903.

A repressão e a punição às greves não eram prerrogativas apenas dos patrões. No intuito de manter a ordem, no ano seguinte à proclamação – antes da primeira Constituição republicana, o que é importante ressaltar – foi aprovado, pelo Decreto n.º 847 de 11 de outubro de 1890, o Código Penal. Tiago Bernardon de Oliveira argumenta que o código foi apresentado pelo Ministro da Justiça, Cesário Alvim, como um projeto de combate à ociosidade, que não se limitava apenas à repressão ao indivíduo que não trabalhava, mas sim contribuía para criar um modelo de trabalhador ideal a ser seguido pela população<sup>486</sup>. “De caráter bastante repressivo, o código dispunha sobre o direito à greve, colocando as paredes como ilegais”, como afirma Marcelo Badaró<sup>487</sup>. Foi o primeiro passo dado pelo Estado excludente no controle do mundo do trabalho que se buscava consolidar.

Em 1900, diante das crescentes mobilizações sociais no início da República, a organização policial sofreu uma reforma modernizadora, evidenciando o crescimento do aparato policial. Em 1903, a Guarda Civil e a Brigada Policial são usadas com maior frequência e violência nos movimentos grevistas, mostrando, com isso, o caráter excludente da República que não oferecia garantias mínimas para o exercício da cidadania e da democracia aos trabalhadores e usava do aparato repressivo, como polícia e justiça, na defesa dos interesses patronais.

### 3.3 O Estado na construção do ideal de trabalhador

#### COUSAS DO DIA.

As *Grèves* são o resultado imediato e irresistível da questão social (...). No estado actual, na ausência de leis, regulamentos e mesmo costumes, o poder publico não tem que intervir nas relações entre assalariados e patrões, sinão quando ellas perturbem a paz pública. (...) todas as relações entre assalariados e patrões têm character de um contracto, que pode ser dissolvido logo assim o queira uma das partes<sup>488</sup>.

#### GRÉVE DOS ESTIVADORES.

Há alguns dias que grande numero de estivadores tem recusado continuar o serviço que habitualmente faziam, exigindo aumento de salário.

<sup>486</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Mobilização operária na República excludente...* Op. cit., p. 61.

<sup>487</sup> MATTOS, Marcelo Badaró de. “Greve e repressão policial...”. Op. cit., p. 49.

<sup>488</sup> *Gazeta de Notícias*, 25 de fevereiro de 1891. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Hontem o Sr. Superintendente da real companhia de paquetes a vapor de Southampton, para poder acudir ao carregamento de um de seus vapores, obteve do Sr. Ministro da marinha autorização para encarregar esse serviço a trabalhadores do arsenal.

Esses trabalhadores, porém, ao principiarem o serviço tiveram receio da agressão dos antigos estivadores que em grupos se achavam espalhados pelas docas D. Pedro II.

Tendo conhecimento d'esse facto, o Sr. General chefe de polícia incumbiu de providenciar a respeito ao Sr. Dr. 2º delegado, que sem demora para ali se dirigiu, conseguindo que aquelles trabalhadores desempenhassem o serviço sem opposição dos grevistas.

Muitos d'estes já chegaram a um acordo com os seus patrões e pretendem hoje recommençar o costumado trabalho.

Para evitar que eles sofressem qualquer opposição por parte dos mais exigentes que continuam em greve, **tomou o Sr. General chefe de polícia as necessárias providencias** [grifo nosso]<sup>489</sup>.

A frase “A questão social é coisa de polícia” ficou relacionada à Primeira República num momento em que os direitos trabalhistas e a questão operária eram enfrentados pelo Estado com crescente repressão. Atribuída ao Presidente Washington Luís<sup>490</sup> que governou o Brasil entre 1926 e 1930, a frase demonstra o perfil da política adotada por toda a Primeira República em relação ao trabalhador. O Estado brasileiro e os empresários apostavam na repressão para resolver a questão social, e a situação do trabalhador era de total abandono.

O regime republicano, implantado em nome do “povo”, desconsiderava as classes populares, buscando retirá-las do jogo político pelo sistema representativo adotado. As multidões anônimas que ocupam as ruas são vistas como sinônimo de barbárie e atraso<sup>491</sup>, identificados como o principal perigo para o futuro da nação, principalmente nos primeiros anos após a abolição, quando os ex-escravos eram vistos como perigosos, indolentes e ociosos. Por isso, cabia ao Estado constante vigilância e repressão através de ações pedagógicas que os transformassem em trabalhadores livres honrados, ou seja, um bom trabalhador assalariado que respeita e obedece o patrão e, para isso, a repressão à ociosidade<sup>492</sup> se tornou a tônica das ações policiais:

<sup>489</sup> *Gazeta de Notícias*, 20 de fevereiro de 1891. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>490</sup> COSTA, Branno Hocherman; FREITAS, Francisco Josué Medeiros de. “Greves e polícia política nas décadas de 1920 e 1930”. In: MATTOS, Marcelo Badaró de (org.). Op. cit., p. 146.

<sup>491</sup> ARANTES, Erika Bastos. Op. cit., p. 119.

<sup>492</sup> Em 1888, diante do temor da desordem causado pela abolição, foi elaborado o projeto de repressão à ociosidade. Baseado no discurso da ordem, além de reprimir, os libertos deveriam ser educados para viver em sociedade e se adequar à nova ordem capitalista como trabalhadores disciplinados.



O conceito cunhado na lei para a vadiagem dava margem para a inclusão de várias outras contravenções, permitindo que de uma tacada só, fossem englobados ébrios, mendigos, desordeiros, capoeiras, jogadores e cáftens. Essa abrangência se torna extremamente funcional para os propósitos da polícia, já que a prisão por vadiagem poderia ser realizada a qualquer momento, bastando a autoridade policial suspeitar do sujeito<sup>493</sup>.

Nos anos iniciais da República, a formação de um corpo policial profissional esteve estreitamente vinculada a preocupações de controle sobre o mundo do trabalho, ou mais especificamente sobre as consideradas “classes perigosas”. A vigilância sobre a classe trabalhadora em formação, em especial no aspecto de suas organizações e formas de luta, passa pela construção da imagem do trabalhador como um potencial agitador ou ainda um incapacitado que precisava da proteção do empresariado.

Ainda sobre as greves, desde 1890 com a criação do Código Penal, era estipulada a pena de prisão de um a três meses para quem “causar ou provocar a cessação do trabalho, para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário”<sup>494</sup>. A polícia vai se modernizando e se adaptando às necessidades de manter a ordem e a segurança pública ao longo da Primeira República, a exemplo do regulamento policial de 1900 que definia competências e grau de importância à polícia política<sup>495</sup>. Esta era diretamente vinculada ao Ministério da Justiça, que ao longo da sua história teve papel de destaque na vigilância e repressão aos trabalhadores.

Erika Bastos Arantes narra a situação do estivador negro de nome Antônio Africano, preso, em 1907, pela acusação de estar embriagado. Duas testemunhas confirmam a condição do acusado. Entretanto, meses depois de ser preso, perante o juiz, em sua defesa, o advogado argumenta que não se tratava de contravenção, pois o acusado era bom trabalhador, tinha cargo de chefia e era chefe de família. Além disso, as testemunhas seriam falsas, sendo uma delas o cabo da guarda que se passava como comerciante acusador. Segundo a autora, “muitos dos presos considerados vadios, na realidade eram trabalhadores desempregados ou subempregados que não conseguiam colocação em uma cidade que não absorvia todo contingente de trabalhadores disponíveis”<sup>496</sup>.

---

<sup>493</sup> ARANTES, Erika Bastos. Op. cit., p. 121.

<sup>494</sup> MATTOS, Marcelo Badaró de. “Greve e repressão policial...” Op. cit., p. 45.

<sup>495</sup> Ibidem, p. 51.

<sup>496</sup> ARANTES, Erika Bastos. Op. cit., p. 131.

A charge da *Gazeta de Notícias* do dia 13 de janeiro de 1894<sup>497</sup> representa a figura do trabalhador de forma submissa, como os patrões e as autoridades instituídas desejavam que fosse. A organização da força policial, um braço representativo de Estado, “é parte constitutiva da estratégia de formação de um mercado capitalista de trabalho assalariado”<sup>498</sup>, sendo constante a repressão aos indivíduos que fogem ao ideal de trabalhador. Frequentemente os que se encontravam nos botequins e nas ruas, eram rotulados como “vadios”, “desordeiros”, e o hábito de frequentar quiosques e botequins, uma forma de lazer tradicional das classes populares, era constantemente rotulada e combatida pelo discurso burguês da civilização. A referência negativa ao alcoolismo está constantemente presente nas notícias dos jornais da época, nas páginas policiais ou nas charges. A figura 8, retirada da *Gazeta de Notícias*, apresenta um suposto “meliante” de forma jocosa, afirmando ser a embriaguez, seu estado normal:

Figura 8 - O “meliante”



Fonte: *Gazeta de Notícias*, 13 jan. 1894.

<sup>497</sup> *Gazeta de Notícias*, 13 de janeiro de 1894. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>498</sup> PINHEIRO, 1983 Apud CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar...* Op. cit., p. 255.

No início de século XX, a partir de 1903, as greves passam a ser uma realidade política visível e constante, verifica-se a propagação de organizações operárias voltadas à luta sindical que promoveram importantes paralisações que chegaram a envolver categorias inteiras de trabalhadores<sup>499</sup>. Como exemplo, temos a já citada greve dos têxteis, em 1904, o ano da Revolta da Vacina. Neste contexto, o presidente Rodrigues Alves age de forma repressiva ao reforçar o Código Penal de 1890, lançando uma nova lei que limita o direito de expressão e de organização, o que diretamente atinge o movimento operário.

Em 1907, após agitações populares como a Revolta da Vacina e o crescimento numérico das greves, a polícia cria um grupo especializado de policiais: o Corpo de Investigação e Segurança Pública que passou a conferir atenção especial às manifestações operárias. Esse corpo infiltrava agentes no meio dos trabalhadores para depois coibir as manifestações, as greves e as paralisações. Nesse mesmo ano, é promulgada a Lei de expulsão de estrangeiros, a Lei Adolfo Gordo, que visava banir os estrangeiros considerados baderneiros, no intuito de conter as ações do movimento operário, tendo em vista a ascensão do anarquismo na organização dos trabalhadores.

Considerando-se a má reputação que o discurso dominante conferia ao anarquismo<sup>500</sup>, as ações da polícia investiam na manutenção da ordem pública, contendo e mantendo o máximo de vigilância contra qualquer manifestação ou modalidade de anarquismo com ações mais violentas. Sendo assim, o anarquismo passa a funcionar como pretexto como se todas as ações do movimento operário fossem atribuídas a ele. De todo modo, a vigilância era aplicada contra qualquer organização contrária ao capital e a repressão tinha como principal alvo as estratégias de luta da classe trabalhadora. Tiago Bernardon de Oliveira assinala que nem toda greve tinha influência de grupos políticos:

Evidentemente, a existência de movimentos paredistas independe dos vínculos com grupos ou orientações políticas. Muitas greves, sobretudo as localizadas, foram obra de operários de fábricas e oficinas sem quaisquer laços com organizações ou correntes políticas específicas. Não é, portanto, exclusivismo do anarquismo a adoção de métodos da ação direta como estratégias de lutas, sendo suas principais formas manifestadas em greves, boicotes e sabotagens<sup>501</sup>.

As organizações dos trabalhadores e suas ações causavam grande preocupação à classe dominante e às autoridades instituídas. As paralisações e greves eram severamente reprimidas,

---

<sup>499</sup> MATTOS, Marcelo Badaró de. “Greve e repressão policial...” Op. cit., p. 34.

<sup>500</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Mobilização operária na República excludente...* Op. cit., p. 28.

<sup>501</sup> Ibidem, p. 46.

em parte, por conta do medo do discurso anarquista, que pregava a “imagem de uma sociedade de livres e iguais, em que o Estado, as Igrejas e o capitalismo tivessem desaparecido”<sup>502</sup>. Nas manifestações e nas paralisações, independente da ideologia que orientava o grupo de trabalhadores, “para os patrões, todos eram anarquistas, isto é, subversivos contrários à ordem, pertencentes a terrível seita destruidora”<sup>503</sup>. Isso se dava muito pela própria estratégia de luta dos anarquistas que defendiam a greve como primeira ação reivindicatória contra os patrões e, apesar de serem poucos entre os trabalhadores, os anarquistas eram bastante atuantes, o que lhes garantia visibilidade em um cenário de luta operária bastante complexo.

Segundo Edilene Toledo, “o primeiro registro anarquista no Rio de Janeiro data de 1892, quando a polícia descreve reuniões de imigrantes que procuravam difundir as ideias libertárias entre os trabalhadores”<sup>504</sup>. No mesmo ano, ocorre no Rio de Janeiro e em São Paulo o Primeiro Congresso Socialista onde ideias que alimentavam a luta operária nos países da Europa e na vizinha Argentina e que chegavam aqui juntamente com as levas de imigrantes, se fortaleceram norteando as ações dos líderes do movimento operário.

Era frequente o Estado e os industriais argumentarem que “baderneiros” tentavam semear a agitação entre os bons e honestos trabalhadores. Para coibir a difusão destas ideias, a polícia efetuava inúmeras prisões, muitas delas arbitrárias. Nas últimas décadas do século XIX, bem como os anos iniciais do século XX, o discurso que dava o tom da luta dos trabalhadores era o da luta por uma sociedade mais igualitária e justa e pela conquista de necessidades mais básicas e imediatas como moradia, alimentação, trabalho e melhores condições nas fábricas.

As transformações ocorridas no cenário político nacional pautadas pela política de descentralização que tomou, no Brasil, a forma da chamada “política dos governadores”, montada por Campos Salles no quadriênio de 1898 a 1902, vem estabelecer uma política que se fecha à participação popular e, principalmente, à participação do movimento operário na esfera política. A política dos governadores é reafirmada por Rodrigues Alves nos quatro anos seguinte. Entretanto, isso não significou uma letargia para os trabalhadores. Ao contrário, esta é a época em que se intensifica o movimento de resistência, com o crescimento das agitações sociais e o aumento das paralisações.

---

<sup>502</sup> TOLEDO, Edilene. Op. cit., p. 56.

<sup>503</sup> Ibidem, p. 59.

<sup>504</sup> Ibidem, p. 61.

Apesar do quadro negativo da participação popular na política, é errôneo entender que a questão social não era tema de debate no Parlamento. Já em 1892, era discutida na Assembleia Constituinte a redução da jornada de trabalho como direito do trabalhador. O deputado federal por Santa Catarina, Lauro Muller, estabeleceu relações com dirigentes do Centro Partido Operário, organizado pelo presidente do partido e também deputado federal, o socialista Augusto Vinhaes, já referido nesta dissertação. Em conjunto com Vinhaes, em maio, Muller solicitou à Câmara que examinasse a representação do partido em favor da instituição das oito horas de trabalho. Lauro Muller era militar, membro do Partido Republicano, positivista e engenheiro. Em 1912, foi Ministro das Relações Exteriores do governo Hermes da Fonseca<sup>505</sup>.

Em outro momento de debate parlamentar, agora em 1902, Sampaio Ferraz, deputado federal eleito pelo PRP em 1900, apresenta uma representação em nome da Associação dos Operários do Brasil que teve por iniciativa a ação do líder socialista Vicente de Souza pelas oito horas de trabalho com mais de três mil assinaturas de trabalhadores<sup>506</sup>. Sampaio Ferraz foi o primeiro chefe de polícia do Distrito Federal, nomeado por Deodoro da Fonseca, atuando na perseguição aos grupos sociais marginalizados<sup>507</sup>. Como chefe de polícia, agia pautado na lógica republicana e inserido na estratégia política de higiene social que deveria banir indivíduos que não se enquadravam no discurso da ordem. Nesse sentido, qualquer transeunte desempregado era visto com um risco à sociedade e à ordem, pois pela lógica que relacionava desempregado à vagabundagem e, até mesmo, à capoeiragem muitos foram presos, o que ocasionou a deportação de centenas de supostos capoeiras para a colônia penal de Fernando de Noronha<sup>508</sup>.

Em 1890, Sampaio Ferraz é eleito Deputado Federal Constituinte e permanece no cargo até 1898 quando volta à chefatura de polícia convidado por Campos Salles. Em 1900, é

---

<sup>505</sup> Disponível em: [cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lauro\\_muller](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lauro_muller). Acesso em: 02 maio 2017.

<sup>506</sup> GOULART, Lucas de Oliveira. *Coerção e Consenso – A questão social, o federalismo e o legislar sobre o trabalho na primeira República (1891-1926)*. Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. p. 66. Disponível em: [www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/.../2015\\_LucasGoulartOliveira\\_VOrig.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/.../2015_LucasGoulartOliveira_VOrig.pdf). Acesso em: 29 abr. 2017.

<sup>507</sup> João Batista de Sampaio Ferraz nasceu em Campinas (SP) em 1857, se formou em Direito. Republicano convicto, em 1888 lançou o jornal *O Correio do Povo* onde defendia suas ideias inspiradas na Revolução Francesa. Disponível em: [cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira.../FERRAZ,%20Sampaio.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira.../FERRAZ,%20Sampaio.pdf). Acesso em 29/04/2017.

<sup>508</sup> SOUZA, Luís Antônio Francisco de. *Sociologia da violência e do controle social*. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2010. p. 22.

eleito novamente como Deputado Federal. No dia 29 de dezembro de 1902, apresenta um projeto que defende as oito horas de trabalho, tema de grande relevância e motivo de lutas pelo movimento operário durante as primeiras décadas republicanas e, principalmente, a partir de 1919, com a criação da Organização Internacional do Trabalho. Nesse contexto, foi implantada a limitação da jornada de trabalho para oito horas diárias e quarenta e oito horas semanais<sup>509</sup> em âmbito internacional, mas, no Brasil, a conquista só se torna realidade e passa a ser prerrogativa do Estado com a Constituição Federal de 1934, no governo de Getúlio Vargas.

Uma matéria apresentada pela *Gazeta de Notícias* no dia primeiro de maio de 1902 aborda a iniciativa do deputado Sampaio Ferraz de instituir o dia 1º de Maio como feriado do dia do trabalhador. O jornal foi crítico à medida, demonstrando a ideologia das classes dominantes das quais o jornal se fazia representante e as quais o próprio Sampaio Ferraz pertencia. A *Gazeta de Notícias* destacava a iniciativa do deputado, mas a criticava de forma irônica, publicando na coluna “Boletim do Congresso” o seguinte comentário entre parênteses: “Parece que os feriados ainda são poucos”<sup>510</sup>. No dia seguinte, o jornal também se dedicou ao tema através de um diálogo fictício entre o próprio Sampaio Ferraz e um dos seus empregados que estaria trabalhando justamente no dia 1º de Maio enquanto o deputado descansava na sua *chaise-longue*:

SAMPAIO FERRAZ

Encontrámos o S. Ex. deitado numa fofa *chaise-longue* de papo para o ar, quatro criados vestido a rigor, com doces flabellos perfumados espantando as moscas e mudando a temperatura. Lá dentro, a criadagem réles suava em mil afazeres.

**Engrossa:** - Com perdão Excellentissimo, mas ainda mal pergunte, o que faz V. Ex. ahi espichado?

**Sampaio Ferraz:** - Estou descansando. Não se lembra que hoje é a festa do Trabalho?

**E.** - E' verdade, e até V. Ex. lembrou a câmara para tornar o dia de hoje feriado.

**S.F.** - Está claro! Isto é uma terra onde se trabalha como os mouros...

**E.** - E por assim dizer, não há feriados.

**S.F.** - Poucos, além dos domingos, como o povo continua catholico, guardando os dias santos, so temos os feriados da Republica...

[...]

**S.F.** Irra! Diz muito bem. Deus tambem descansou e fez apenas o mundo e não há de ter um dia esse pobre povo que fez a República?

**E.** - Descanse, excellentissimo, não perca o seu dia. Quem tem razão, tem razão<sup>511</sup>.

<sup>509</sup> Organização Internacional do Trabalho – OIT. Disponível em: <[www.oitbrasil.org.br/content/história](http://www.oitbrasil.org.br/content/história)>. Acesso em 30 abr. 2017.

<sup>510</sup> *Gazeta de Notícias*, 01 de maio de 1902. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>511</sup> *Gazeta de Notícias*, 02 de maio de 1902. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Diante dos exemplos dos parlamentares citados, cabe uma questão: os debates e a implantação da regulamentação da relação entre trabalho e capital não seriam ações do governo de Getúlio Vargas? Podemos entender que durante toda a Primeira República ocorreram intensos debates sobre projetos que regulamentassem o mundo do trabalho, bem como projetos de leis em prol dos direitos dos trabalhadores. Entretanto, apesar de alguns terem sido aprovados, sabemos que levou ainda muito tempo para que uma legislação trabalhista se tornasse realidade. Ela se concretizou no governo Vargas, mas cabe lembrar que muitas das leis trabalhistas foram concebidas e amplamente discutidas na Primeira República como consequência da luta pelo exercício e ampliação de direitos por parte do movimento operário. Assim, “a regulamentação do trabalho foi uma conquista da classe operária obtida através de uma árdua luta que se desenrola na Primeira República”<sup>512</sup>. Para Tiago Oliveira:

A ideia de um Estado eminentemente repressor, que não levava em conta as legítimas reivindicações no período compreendido entre 1889 até 1930 foi uma ideia difundida pelos partidários de Getúlio Vargas para legitimar o seu regime. Segundo ele, após a ascensão de Vargas o Estado traria o amparo que buscavam os explorados trabalhadores durante toda a Primeira República, jogados à própria sorte pelo liberalismo das relações capital/trabalho que predominou no Estado oligárquico brasileiro<sup>513</sup>.

No jogo político é estratégico para se legitimar um governo desacreditar o anterior. Getúlio Vargas, em sua política de incorporação do trabalhador ao Estado, produziu um consenso e construiu uma memória em relação às conquistas dos trabalhadores. A legislação trabalhista a partir de 1930 passa a ser uma necessidade política, assim como a construção da ideia da Primeira República como atrasada, fruto de um Estado repressor e autoritário, que amparava somente o capital e não ouvia as reivindicações dos trabalhadores. Essa passa a ser uma construção estratégica para se legitimar como o governo do novo. Porém, muitos dos direitos alcançados pelos trabalhadores na Era Vargas não surgiram nas ações do seu governo, mas sim foram gestados através de muitas lutas e reivindicações dos trabalhadores na Primeira República.

As duas primeiras décadas do século XX foram uma arena de luta na busca por direitos trabalhistas. Ocorreram várias manifestações por conta dos trabalhadores organizados pela regulamentação das relações de trabalho. O próprio Congresso Nacional, como arena decisória, travou diversos debates entre políticos que se sensibilizavam com a questão dos

---

<sup>512</sup> SILVA, (1978). Apud HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. Op. cit., p. 266.

<sup>513</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Mobilização operária na República excludente...* Op. cit., p. 118.

trabalhadores e algumas normas e dispositivos em matéria trabalhista chegaram a ser aprovadas. Entretanto, esbarravam na teoria da liberdade individual que pautava o liberalismo e na estrutura do Estado oligárquico.

Assim, muitas das leis trabalhistas conquistadas no governo de Vargas já faziam parte de uma intensa agenda de debates, a exemplo do Congresso Operário patrocinado por Hermes da Fonseca, onde foram discutidas a fixação da jornada de oito horas de trabalho e do descanso semanal obrigatório; indenização às vítimas de acidentes de trabalho; a regulamentação do trabalho feminino e infantil nas fábricas, sendo vetado seu emprego a menores de quatorze anos; a criação de dispositivos de seguro social e aposentadoria; e a substituição do contrato coletivo pelo contrato individual de trabalho. Segundo Tiago Bernardon, “estas questões serviram como base de projetos de legislação trabalhista apresentadas ao Congresso Nacional nos anos posteriores, especialmente em 1918”<sup>514</sup>. Em 1917, também já havia sido proposta uma junção de 106 projetos em andamento no Congresso Nacional desde 1904, fruto das pressões do movimento operário que buscava disciplinar as relações entre patrões e operários.

Entretanto, para a aprovação de leis que beneficiassem os trabalhadores, era necessário o consenso entre os representantes no Congresso e as assembleias estaduais no que diz respeito à constitucionalidade do Congresso Nacional em legislar sobre contrato de trabalho. Muitos parlamentares, principalmente os liberais, entendiam que a intervenção estatal nos contratos sociais iria ferir a liberdade individual. Porém, esse mesmo grupo apresenta um discurso dúbio em situações em que o Brasil “deveria proteger a indústria nacional”<sup>515</sup>. Nesse caso, eram defendidas práticas protecionistas industriais e alfandegárias por parte do governo<sup>516</sup>. Tiago Oliveira entende esse processo de adaptação do liberalismo pela classe dominante como um “liberalismo pragmático”:

A apropriação do Estado pela oligarquia permitiu a ela a reinvenção do liberalismo ao seu modo. Essa concepção liberal da classe dominante, nascida ainda sob os auspícios do Império, na República tornou-se referencial de políticas públicas que São Paulo impôs em nível nacional. Para esses grupos, não havia contradição com a lógica liberal nos pedidos de intervenção do Estado na economia sempre quando fosse necessário para fornecer elementos que garantissem a competitividade com

---

<sup>514</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon. “Pela reforma, contra a revolução...” Op. cit., p. 48.

<sup>515</sup> GOULART, Lucas de Oliveira. Op. cit., p. 70.

<sup>516</sup> Ibidem.



outros países. Quanto às relações capital/trabalho, aí cabiam os apelos aos princípios fundamentais do liberalismo e dos direitos individuais<sup>517</sup>.

Assim, nos momentos de discussão dos direitos dos trabalhadores, o respeito aos limites de intervenção do Estado sobre os direitos individuais era convocado favorecendo os interesses patronais.

Um ponto interessante a ressaltar sobre os parlamentares que defendiam uma legislação que favorecesse os interesses da classe operária, como Lauro Muller e Sampaio Ferraz, é que eram políticos alinhados à proposta positivista de Auguste Comte de incorporação do proletariado à sociedade moderna. Esse era um dos seus princípios básicos, assim como a defesa de uma política social a ser implantada pelo Estado<sup>518</sup>.

Todavia, o positivismo se alinhava em alguns pontos à ortodoxia liberal no que dizia respeito ao princípio da não interferência do Estado na relação entre capital e trabalho, apesar da concepção positivista ter o Estado como agente promotor da sociedade e condutor do progresso. Há um ponto importante para este trabalho no qual o positivismo e o liberalismo divergem: a aceitação de uma “questão social”. Para o liberalismo, a questão social era orientada pelo discurso da meritocracia, mas para o positivismo, seria a partir da educação moral da sociedade que ela seria resolvida. Sampaio Ferraz, como exemplo de parlamentar positivista, em 1902 apresenta um projeto de criação de escolas operárias para aprendizes nas oficinas da União<sup>519</sup>.

A exemplo de Lauro Muller e de Sampaio Ferraz havia um grupo de políticos que se aproximavam do movimento operário através das lideranças socialistas que defendiam a política reformista de colaboração de classe. Estas lideranças – Augusto Vinhaes, Vicente de Souza, Mariano Garcia, Pinto Machado, Melchior Pereira Cardoso e Sadocck de Sá – visavam o atendimento das reivindicações mais imediatas de melhorias das condições de trabalho, como a regulamentação da jornada de trabalho, do trabalho de menores e das mulheres, melhores condições de trabalho, salário justo, descanso semanal, entre outros direitos que naquele momento não faziam parte da realidade do trabalhador.

Era justamente esse posicionamento de apoio ao governo que inflamava as críticas dos adeptos da ação direta, por não acreditarem na possibilidade de concretude das ações dos

---

<sup>517</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Mobilização operária na República excludente...* Op. cit., p. 35.

<sup>518</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 27.

<sup>519</sup> GOULART, Lucas de Oliveira. Op. cit., p. 66.

intermediários políticos como mediadores do conflito entre patrão e empregado. Os anarquistas e os anarcossindicalistas acreditavam na revolução social e essa aproximação com o governo contribuía para a desorganização do movimento. Assim, passaram a acusar essas mesmas lideranças de aproveitadores e de quererem viver às custas do movimento operário, denominando as lideranças e os adeptos da corrente sindicalista de “amarelos”<sup>520</sup>, como já tratado anteriormente.

Cabe lembrar que estas eram algumas das estratégias de ação do movimento em um contexto de direitos muito limitados. Deste modo, quaisquer conquistas eram bem-vindas, levando-se em consideração as condições objetivas estabelecidas pelo próprio Estado no complexo contexto político da época. Além disso, não esqueçamos “que o mundo operário era um mundo em criação, nascido dentro de um universo bem maior: o dos pobres, dos despossuídos”<sup>521</sup>. Segundo Cláudio Batalha:

A expectativa positiva com o novo regime foi seguida de uma igualmente grande desilusão (...) à medida que viram a República fechar as portas a toda esperança de mudança efetiva. Essa desilusão proporcionou três tipos de respostas de parte do movimento operário. A primeira foi a da busca de obtenção de direitos sociais, sem questionamento do sistema político, sustentada pelo positivismo, cooperativistas e toda uma série de manifestações do sindicalismo reformista<sup>522</sup>.

Entretanto, a desilusão causada pelo novo regime resultou em mudança de estratégia do movimento operário, mas isso não significou o abandono do ideal de criação de um partido operário, pois esse sim “era o veículo mais importante para a conquista gradual do poder político e consequente modificação da sociedade”<sup>523</sup>.

Na verdade, o que buscavam os defensores da colaboração de classe, os ditos “amarelos”, era atingir interesses mais imediatos, vinculados às condições de trabalho e remuneração que eram os grandes motivadores das greves, principalmente no início do século. Estes interesses também eram das outras correntes ideológicas, identificando-se nas demandas uma base de convergência entre os diferentes grupos que militavam junto à classe trabalhadora.

A atitude dos sindicalistas que defendiam a colaboração de classes pode ser entendida como estratégia de luta, apesar de causar desconforto entre os socialistas que defendiam o

---

<sup>520</sup> OSORIO, Lígia Maria. Op. cit., p. 3.

<sup>521</sup> PANSARDI, Marcos Vinícius. Op. cit., p. 219.

<sup>522</sup> BATALHA, Cláudio H. M. “Formação da classe operária...” Op. cit., p. 173-174.

<sup>523</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Op. cit., p. 171.

reformismo como um caminho para uma ordem social alternativa ao sistema capitalista. O que se pode perceber é que os “colaboracionistas”<sup>524</sup>, através das brechas do sistema, buscaram um caminho alternativo de luta operária. Tiago Oliveira informa que:

Muitos deles acabaram se integrando ora em um, ora em outro partido, compondo chapas e até mesmo ocupando cargos públicos. A ideia, como se procurou demonstrar era que o proletariado encontraria meios de lutas dentro das estruturas vigentes<sup>525</sup>.

A corrente reformista adotada pelos socialistas ajudou a abrir portas para que políticos tentassem uma aproximação com o movimento operário e os grupos em disputa pelo poder iriam buscar nele apoio para ampliar sua base de influência. Um exemplo disso foi a Campanha Civilista que elegeu Hermes da Fonseca como presidente em 1910. Como vimos, tanto Hermes quanto Rui Barbosa fizeram discursos direcionados aos operários. Hermes da Fonseca em sua plataforma política mencionava a questão social como um problema a ser resolvido pelo Estado. Segundo Cláudio Batalha:

A eleição do Marechal Hermes da Fonseca, em 1910, trouxe algumas novidades ao quadro político tradicional e às relações entre Estado e movimento operário. Apesar de depender pouco ou nada do voto operário, em função do sistema eleitoral da Primeira República, Hermes da Fonseca foi o primeiro candidato à presidência a mencionar na sua plataforma a existência de um problema operário a ser resolvido e a se referir à vida difícil dos pobres<sup>526</sup>.

A campanha de Hermes teve o apoio de importantes dirigentes do socialismo reformista, das principais associações de classe, principalmente os sindicatos das empresas estatais, como a União dos Estivadores e a Associação dos Trabalhadores da Rede Ferroviária Central do Brasil, dentre outras onde a influência dos socialistas era mais forte. Em seu discurso de posse, prometeu construir vilas operárias para minimizar o problema da falta de moradia operária que assolava a capital federal. Como positivista, trazia ainda em sua agenda política o investimento em educação, principalmente a primária, com foco no operariado, como já foi visto no capítulo anterior, quando Mariano Garcia, ao visitar as obras da vila

---

<sup>524</sup> Segundo Marcelo Badaró de Mattos, o termo “colaboracionista” apresentado por Tiago Bernardon de Oliveira é uma boa saída para a dificuldade de diferenciar a estratégia reformista que queria transformar a sociedade da estratégia reformista de melhoria das condições de vida sem questionar a ordem. Ver: MATTOS, Marcelo Badaró de. *Escravidados e livres...* Op. cit., p. 131.

<sup>525</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon. Op. cit., p. 114.

<sup>526</sup> BATALHA, Cláudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Op. cit., p. 44.

operária em Marechal Hermes, elogia a iniciativa do governo em construir escolas primárias para os filhos dos operários.

Lobo, Carvalho e Stanley apontam para a tentativa de aproximação do governo de Hermes junto ao operariado, através da iniciativa de construção de casas operárias. Entretanto, para as autoras a ação possuía somente um caráter de controle social e de cooptação<sup>527</sup>. Se esse era o objetivo, a medida não impediu que os operários se sentissem limitados e em seu governo ocorressem várias greves movidas também pelos reformistas, em meio às associações que o apoiavam.

O governo de Hermes da Fonseca patrocinou ainda, em 1912, o 4º Congresso Operário, que teve como organizador o deputado Mário da Fonseca, segundo já dissemos anteriormente. Seu objetivo era sistematizar as reivindicações dos trabalhadores para que elas pudessem ser levadas ao Parlamento, tendo o deputado como interlocutor. Para Lúcia Osório, aparentemente, esta foi a única tentativa séria de um governo da Primeira República de controlar o movimento operário conferindo-lhe um sentido claramente reformista<sup>528</sup>. Além disso, as reivindicações que foram formuladas nas resoluções do Congresso atendiam aos anseios da classe trabalhadora naquele momento. Outro fato importante foi a criação da Confederação Brasileira do Trabalho, uma tentativa de formação de um partido operário de âmbito nacional.

A agenda política de Hermes da Fonseca nos faz pensar a ação do governo perante o Estado. Apesar de suas ações em relação ao movimento operário, que destoava da política até então praticada pelos governos anteriores, existia ainda um Estado estruturalmente autoritário. Se houve uma intenção de intervir na questão social por parte do presidente, ela foi limitada por essa estrutura. Como exemplo, recorreremos ao já citado Decreto 2.407 de 18 de janeiro de 1911<sup>529</sup>, que fazia parte da agenda política de Hermes da Fonseca direcionada aos operários, que procurava incentivar a iniciativa privada na construção de habitações populares. O decreto sofreu forte oposição dos parlamentares ficando parado por nove anos no Congresso.

As ações de Hermes da Fonseca na aproximação com o movimento operário através das lideranças socialistas revelam um momento em que o governo reconhece formalmente que a questão social exigia mais do que o uso de meios coercitivos, apesar do uso da força nas greves ser uma realidade na sua gestão. Ademais, desde a revolta da Vacina, há uma

---

<sup>527</sup> LOBO, Eulália M.L.; CARVALHO, Lia de Aquino; STANLEY, Myrian. Op. cit., p.93.

<sup>528</sup> OSORIO, Lúcia Maria. Op. cit., p.16.

<sup>529</sup> LOBO, Eulália M.L.; CARVALHO, Lia de Aquino; STANLEY, Myrian. Op. cit., p. 92.

preocupação com o “poder” dos trabalhadores organizados. Então, as estratégias de controle social passam a ser redefinidas na medida em que os conflitos passam a ocorrer. Este processo revela o reconhecimento do movimento operário como ator social que se destaca no cenário político.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2002 foi um momento importante para a classe trabalhadora no Brasil, pois, pela primeira vez na história, o cargo máximo do poder executivo foi ocupado por um representante do Partido dos Trabalhadores (PT), o ex-operário Luiz Inácio Lula da Silva, tendo como vice-presidente, José de Alencar, um empresário, e sendo eleito por voto direto. A eleição de Lula significou o sonho acalentado por mais de 100 anos pelos trabalhadores organizados e suas lideranças. Representou o que muitos deles reivindicaram: um partido operário que pudesse na feitura de leis, garantir e expandir os direitos dos trabalhadores.

A eleição de Lula significou certos avanços nas questões sociais, em um país de formação aristocrática, oligárquica e excludente e marcado por extrema desigualdade social que atinge a classe trabalhadora pobre. Entretanto, não significou mudanças substanciais na estrutura social, política e econômica do Brasil, pois, entre outros fatores, para chegar ao poder, o Partido dos Trabalhadores fez acordos e alianças que resultaram em limites de ação na arena política. Seu programa que prometia mudanças sócio-econômicas alinhadas ao discurso socialista, presente na militância do PT como partido político de esquerda, não foi amplamente contemplado, o que ocasionou severas críticas dentro e fora do partido.

Estruturalmente, a política de hoje se assemelha a da Primeira República, quando o assunto é o federalismo presente em interesses regionais, a exemplo das sucessões presidenciais. Naquele momento, a oligarquia cafeeira entendia o Estado como extensão dos seus negócios e o corporativismo presente nos grupos hegemônicos apresenta forte resistência contra mudanças que pareçam ameaçar seu *status quo*. Hoje, no atual sistema de governo, pautado por uma democracia representativa, onde são necessárias coalizões para que se possa ter um mínimo de governabilidade, os interesses regionais, setoriais e corporativos revelam uma complexa engenharia política, balizando qualquer projeto mais ousado de mudanças<sup>530</sup>. O PT enquanto oposição, possuía um discurso idealista ligado a tradições históricas de esquerda, mantendo uma grande influência sobre os movimentos sociais e importantes setores da classe média. Entretanto, apesar de movimentar massas, isso não se traduzia em votos e para chegar ao governo, no complexo sistema representativo que é

---

<sup>530</sup> NAPOLITANO, Marcos. “A crise brasileira em perspectiva histórica”. In: MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. (org.). *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado*. São Paulo: Alameda, 2016. p. 59.

a política brasileira, foram necessárias coalizões, como defende Marcos Napolitano, para “sustentar a governabilidade”<sup>531</sup>, ficando o governo refém do sistema.

A chegada de um representante dos trabalhadores à presidência possibilitou a “implantação de programas de distribuição de renda e políticas de inclusão em favor de grupos socialmente marginalizados”<sup>532</sup> – exemplo da PEC das domésticas, que regulamenta a relação das trabalhadoras domésticas. Indicadores sociais apontam melhorias significativas, mas os comportamentos políticos enraizados na sociedade alimentam o discurso dos que veem como perigosas as mudanças sociais que levaram à perda de alguns privilégios e de *status* por alguns segmentos da sociedade, o que, segundo Rodrigo Sá Motta, “são percebidos como agressão por pessoas de classes superiores”<sup>533</sup>. A esse discurso soma-se ainda uma mídia partidarizada.

As coalizões aceitas pelos governos de Lula e Dilma no intuito de obter governabilidade cobraram o seu preço em 2016 com o golpe parlamentar, jurídico e midiático orquestrado por grupos conservadores que nunca saíram do poder. Direitos adquiridos pela intensa luta dos trabalhadores durante todo o período republicano estão sendo retirados através de reformas sociais de caráter neoliberal, evidenciando um forte retrocesso político e de conquistas sociais.

A intenção aqui, evidentemente, não é fazer qualquer tipo de análise do governo do PT. O que é relevante nesse debate é a significativa chegada de um representante de um partido de origem operária à presidência da República após 100 anos da fundação do primeiro Centro do Partido Operário por Vinhaes e a história repleta de lutas desses trabalhadores por direitos civis, políticos, sociais e trabalhistas. É também importante notar a ainda forte existência de limitações encontradas pelo PT no ato de governar e colocar em prática uma agenda progressista alinhada ao discurso socialista em um jogo político onde os valores e as demandas continuam, cada vez mais, servindo à reprodução da ordem capitalista.

Assim como foi na Primeira República, analisada nesta dissertação, os embates ainda presentes, nos fazem refletir que por maior que fosse naquela época o engajamento do mais atuante militante operário na transformação da sociedade, ele se deparava com condições objetivas estabelecidas pela estrutura de poder hierarquizada e excludente. A partir do que foi colocado nesse trabalho, utilizando ideias como as de Ângela de Castro Gomes, Benito Bisso

---

<sup>531</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>532</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. “O Brasil à beira do abismo novo”. In: Ibidem, p. 92.

<sup>533</sup> Ibidem, p. 93.

Schmidt e Tiago Bernardon de Oliveira, assim como aconteceu na Primeira República, a relação entre Estado e movimento operário continua sendo uma arena de intensas lutas. E as escolhas, a exemplo do PT, mesmo que não sejam as ideais para os trabalhadores ou para os militantes mais voltados para ações radicais, precisam ser entendidas como possibilidades e alternativas dentro das limitadas fronteiras de participação do trabalhador. Essa luta permite, sobretudo em contextos históricos favoráveis, muitos avanços, mas também ocorrem retrocessos, quando em situações de refluxo. Isso não deve ser impedimento para que a luta continue por uma sociedade menos desigual, pois as ações do Estado sempre vão exigir do movimento operário, estratégias para que se possa avançar no contexto da luta de classes.

Neste sentido, não se pode entender o Estado como uma entidade que paira sobre a sociedade, mas sim fruto das relações sociais que o constituem, mesmo que antagônicas como no caso do movimento operário. Daí a importância de entender o movimento em sua relação direta com o Estado; este, por sua vez, transpassado pelos conflitos sociais. Isso se torna muito perceptível no governo Hermes da Fonseca. Quando chefe da guarda civil, ele foi um agente do Estado responsável pelo uso legítimo da força, atuando na repressão contra os trabalhadores nas manifestações, nas greves e nas paralisações. Ou seja, quando o Estado era chamado a intervir na proteção do capital na relação capital/trabalho, ou no direito do indivíduo, quando esse é impedido de trabalhar nas paralisações.

Quando se torna governo, Hermes da Fonseca impetra ações em relação ao movimento operário que se mostram contrárias a política do Estado liberal da época, uma delas, como trabalhado nessa dissertação, é a construção de vilas operárias. Sobre isso, em seu discurso de posse, defendeu ser do Estado a responsabilidade de resolver o problema que tanto assolava a classe operária – a moradia. Suas ações não se resumiram somente à construção das vilas operárias, mas foram justamente as vilas, em particular a de Marechal Hermes, a mais grandiosa, que gerou fortes críticas dos políticos da época – o que causou a interrupção das obras nos governos seguintes – e da classe dominante alinhada ao pensamento liberal do *laissez-faire* que pautava as relações entre Estado e o trabalhador.

Nesse trabalho foram abordadas algumas possibilidades de interpretação dos motivos que teriam levado Hermes da Fonseca a intervir na questão social. Uma delas é como controle da população pobre, assim como defendido pelos higienistas, que entendiam que a moradia insalubre, além de fonte de epidemias, podia causar convulsão social, a exemplo da sublevação popular da revolta da Vacina, através da qual Hermes ganhou projeção nacional por sua atuação a frente da guarda civil. Outra possibilidade seria um alinhamento ao reformismo europeu, ao qual o presidente dirigiu estudos quando visitou em 1908 e 1910



vilas operárias na Inglaterra e na França, e que propunha incorporar o operário à sociedade, desde que tutelado pelo Estado. Posição que também estava de acordo com a cartilha positivista da qual Hermes da Fonseca, na condição de militar e aluno de Augusto Comte, era seguidor, assim como algumas lideranças socialistas que o apoiaram na campanha à presidência e junto com seu filho, Fonseca Filho, organizaram o Congresso Operário de 1912, patrocinado pelo Estado. Outro caminho seria a intenção do Estado em forjar na classe trabalhadora brasileira o ideal de sociedade civilizada e do trabalhador ideal, necessário à manutenção da ordem social, disputando com o movimento operário o domínio da “palavra operária”. A vila operária seria o *locus* privilegiado para criar no indivíduo pobre o hábito de trabalhar e a valorização do próprio trabalho como atividade modernizadora e saneadora socialmente. O trabalhador-modelo em construção teria como característica fundamental “o trabalho como fator de dignificação do homem” – ideia essa partilhada pelos trabalhadores, pelo patronato, assim como pelas autoridades instituídas.

De todo modo, considerando-se a possível conjugação entre todas essas possibilidades, a relação de Hermes da Fonseca com o movimento operário, apesar das ações que destoavam da política até então praticada pelos governos anteriores, era marcada por uma estrutura social autoritária. Se houve a intenção de intervir na questão social, podemos entender que ela foi limitada por essa estrutura e por um jogo político excludente. Como defendem Hebe Matos, Tânia Bessone e Beatriz Mamigonian, “a operação historiográfica que informa o discurso do historiador não supõe qualquer verdade unívoca da história”<sup>534</sup>. Independente da interpretação para os motivos que levaram Hermes da Fonseca a intervir na questão social como política de governo, é relevante para a conclusão dessa pesquisa pensar que os trabalhadores no governo Hermes da Fonseca despontaram como importantes atores da vida política do país. A mobilização operária ao longo da Primeira República obrigou o Estado a mudar de postura. Diante do crescimento e da organização dos trabalhadores, ficou claro que apenas a repressão não poderia mais conter a mobilização operária. Acreditamos que, para Hermes da Fonseca, que fora agente repressor nos governos anteriores, isso estivesse evidente. Então, o reconhecimento da existência de uma questão social pode ser entendido como o primeiro passo na ação de aproximação entre o Estado, representado por Hermes da Fonseca, e o movimento operário. Este, por sua vez, principalmente a vertente vinculada ao socialismo reformista, não se mostrou indiferente a possibilidade de negociações, não como sujeitos passivos, mas sim como atuantes na estratégia de buscar opções e brechas no poder.

---

<sup>534</sup> MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. “Os Historiadores e o golpe de 2016”. In: *Ibidem*, p. 11.

Estas foram algumas das propostas deste trabalho. Pela complexidade do tema, reconhecemos as muitas lacunas que ficaram e questões que deixaram de ser respondidas ou careceram de maior aprofundamento. Buscamos, de todo modo, a partir deste esforço de reflexão, contribuir para ampliar os estudos sobre a história do movimento operário no Rio de Janeiro.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de et. al. (org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

ARANTES, Erika Bastos. “Negros do Porto: Trabalho, cultura e repressão policial no Rio de Janeiro, 1900-1910”. In: AZEVEDO, Elciene et. al. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2009. pp. 107-156.

ARIAS NETO, José Miguel. “Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. pp. 191-230.

ASPERTI, Clara Miguel. “A vida carioca nos jornais: *Gazeta de Notícias* e a defesa da crônica”. *VII Jornada Multidisciplinar: Humanidades em Comunicação FAAC/UNESP-Bauru/outubro 2005*.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. 4ª Ed. rev. e aum. São Paulo: Ática, 1990.

BATALHA, Cláudio H. Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

\_\_\_\_\_. “A geografia associativa: associações operárias, protesto e espaço urbano no Rio de Janeiro da Primeira República” In: AZEVEDO, Elciene et ali (org.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. pp. 251-269.

\_\_\_\_\_. “A identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade?” *Rev. Bras. de Hist.* São Paulo V.12, nº 23/24. pp. 111-124, set.91/ago.92.

\_\_\_\_\_. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da república à Revolução de 1930*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. pp. 161-189.

\_\_\_\_\_. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”. *Cadernos AEL*. Campinas: Unicamp, v. 6, n.10/11, 1./2. Sem. pp.41-68.

BARBOSA, Francisco de Assis. *Bibliografia sobre a Campanha Civilista – Fundação Casa de Rui Barbosa*. Biblioteca e Arquivo Histórico Bibliografia sobre a Campanha Civilista. Rio de Janeiro, 1981.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa. Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

\_\_\_\_\_. “Imprensa, Poder e Público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)”. INTERCOM – Ver. Bras. de Com., São Paulo, Vol. XX, nº2, jul./dez.1997. pp.87-102.

\_\_\_\_\_. “Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades”. In: NEVES, Lúcia M. Bastos P. et. al. (orgs.). *História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos. Anais do Colóquio*. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1997. p. 87-91.

\_\_\_\_\_. *Os donos do Rio. Imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BELLO, José Maria. *História da República 1889-1954*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. *A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura na primeira república*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

BERSTEIN, Serge. “Os Partidos”. In: RÉMOND, René. (org). *Por uma História Política*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 57-98.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm)>. Acesso em: 17 fev. 2016.

CARONE, Edgar. *Classes sociais e Movimento operário*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. *A República Velha: evolução política*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

\_\_\_\_\_. *A República Velha II : evolução política (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1983.

CARVALHO, Maria Alice Rezende. *Cidade e Fábrica. A construção do mundo do trabalho na sociedade Brasileira*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP, 1983.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

\_\_\_\_\_. “As forças armadas na Primeira República: poder desestabilizador” In: FAUSTO, Boris (Dir.) *O Brasil republicano: Sociedade e instituições: 1889-1930*. São Paulo: Difel, 1978. pp. 14-28.

\_\_\_\_\_. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. “Os três povos da República”. In: *Revista USP*, São Paulo, nº 59, setembro/novembro, 2003. pp.96-115.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República e Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CORRÊA, Arsênio E. *A ingerência militar na República e o positivismo*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.

DECRETO nº 213, de 22 de Fevereiro de 1890. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/.../decret/.../decreto-213-22-fevereiro-1890-520791-publicacao](http://www2.camara.leg.br/.../decret/.../decreto-213-22-fevereiro-1890-520791-publicacao)>. Acesso em: 03 jan. 2017.

DECRETO nº 979, DE 06 de janeiro de 1903. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D0979.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0979.htm)>. Acesso em: 28 dez. 2016.

DECRETO nº 1.637, de 05 de janeiro de 1907. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/.../decreto-1637-5-janeiro-1907-582195-norma-pl.htm](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/.../decreto-1637-5-janeiro-1907-582195-norma-pl.htm)>. Acesso em: 28 dez. 2016.

DIAS, Heloísa. “Estratégias narrativas e imagens da política: a eleição municipal de 1996 na primeira página do jornal *O Globo*”. In: NEVES, Lucia; MOREL, Marco. (orgs.). *História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos. Anais do Colóquio*. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1998. pp.103-114.

CASTELLUCCI, Aldrin A. Silva. “Muitos votantes e poucos eleitores, a difícil conquista da cidadania operária no Brasil Império (Salvador, 1850-1881)”. *Varia hist.* vol.30 nº. 52 Belo Horizonte Jan./Abr. 2014. pp.183-206.

Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752014000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752014000100009)>. Acesso em: 26 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

\_\_\_\_\_. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A “questão social” no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CIAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900 – 1930)*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

CHACON, Vamireh. *História das ideias socialistas no Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

CHAGAS, Viktor. *EXTRA! EXTRA! Os jornaleiros e as bancas de jornais como espaço de disputas pelo controle da distribuição da imprensa e da economia política dos meios*. Tese de Doutorado em História Contemporânea, Fundação Getúlio Vargas, 2013.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque*. 3ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

\_\_\_\_\_. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Branno Hocherman; FREITAS, Francisco Josué Medeiros de. “Greves e polícia política nas décadas de 1920 e 1930”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (coord). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto; Faperj, 2004. pp. 137-160.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7ª Ed. São Paulo: Unesp, 1999.

COSTA, Rafael Maul de Carvalho. “Os trabalhadores e suas organizações no Rio de Janeiro (1850-1888)”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (coord). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto; Faperj, 2004. pp. 59-81.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *Indústria, trabalho e cotidiano. Brasil – 1889 a 1930*. São Paulo: Atual, 1991.

DIAS, Heloísa. “Estratégias narrativas e imagens da política: a eleição municipal de 1996 na primeira página do jornal O Globo”. In: NEVES, Lucia; MOREL, Marco. (orgs.). *História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos. Anais do Colóquio*. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1998. pp. 103-114.

ENGELS, Friedrich, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

FAUSTO, Bóris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Editora Difel, 1976.

\_\_\_\_\_. *História do Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª Ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega; OLIVEIRA, Alfredo César Tavares de. “Marechal Hermes e as (des)conhecidas origens da habitação social no Brasil: o paradoxo da vitrine não vista” In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de Oliveira; FERNANDES, Nelson da Nóbrega (orgs.). *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: UFF/ Lamparina, FAPERJ, 2010. pp. 29-45.

\_\_\_\_\_. “Marechal Hermes e as (des) conhecidas origens da habitação social no Brasil: o paradoxo da vitrine não-vista”. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (87). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-87.htm>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. “O livro e o impresso: interpretações do Brasil”. In: COUTINHO, Eduardo Granja; GONÇALVES, Márcio Souza (org.). *Letra impressa: comunicação, cultura e sociedade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. pp. 105-139.

FLORES, Elio Chaves. “A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da república à Revolução de 1930*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. pp. 45-87.

FONSECA FILHO, Hermes da. *Marechal Hermes. Dados para uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora IBGE, 1961.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982.

GOLDMACHER, Marcela. “Movimento operário: aspirações e lutas (1890-1906)”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (coord). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto; Faperj, 2004. pp.105-135.

GOULART, Lucas de Oliveira. *Coerção e Consenso – A questão social, o federalismo e o legislar sobre o trabalho na primeira República (1891-1926)*. Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. “O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República.” In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2003. pp. 119-158.

JORGE, Fernando. *Vida e poesia de Olavo Bilac*. São Paulo: Novo Século Editora, 2007.

KONDER, Leandro. *História das ideias socialistas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LEMOS, Renato Luís do C. Neto. “A disputa de poder”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes et.al. (Coordenadores). *A República na velha província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989. pp. 43-61.

LESSA, Renato. *A invenção republicana*. São Paulo: Vértice, 1987.

LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através das suas Sociedades Anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.

LOBO, Eulália Maria L. *O Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe, 1930-1970*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1992.

LOBO, Eulália Maria L.; CARVALHO, Lia de Aquino; STANLEY, Myrian (orgs.). *Questão habitacional e movimento operário*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.

LOBO, Eulália Maria L.; STORTZ, Eduardo N. “Flutuações cíclicas da economia, condições de vida e movimento operário: 1880-1930”. *Revista do Rio de Janeiro*, v.1, n.1, Set/dez, Niterói, 1985. pp. 61-86.

LOPES, Antônio Herculano. “Do Monarquismo ao ‘populismo’: o Jornal do Brasil na virada para o século XX.” In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das et. al. (org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. pp. 332-345.

LUCA, Tânia Regina de. “A história dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. pp.111-152.

LUSTOSA, Isabel. “O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da república à Revolução de 1930*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. pp. 287-311.

MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. SP: Editora da Unicamp, 2012.

MACHADO, Humberto Fernandes. “Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto pós abolição”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. et. al. (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas do poder*. Rio de Janeiro: Faperj, 2006.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *A vida vertiginosa de João do Rio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. *Rui: o homem e o mito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1965.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro – 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). Introdução: “pelos caminhos da imprensa no Brasil”. In: *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. pp. 07-19.

MATTOS, Marcelo Badaró. “Greves e Repressão Policial aos Sindicatos no Processo de Formação da Classe Trabalhadora Carioca: 1850-1910”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto; Faperj, 2004. pp. 9-57.



\_\_\_\_\_. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. (org.). *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado*. São Paulo: Alameda, 2016.

MATTOS, Romulo Costa. *Pelos pobres! As campanhas para a construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2008.

MELLO, José Marques de. *História social da imprensa: fatores sociais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Alfredo Cesar Tavares de. *O bairro de Marechal Hermes: da moradia operária à habitação social (1910-1956)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2009.

OLIVEIRA, Estevam. *Notas e pistolas: páginas esparsas sobre a Campanha Civilista*. Minas Gerais: Tipografia Brasil, 1991.

OLIVEIRA, Igor Soares Netto de; VALERIANO, Maya Damasceno. “Identidade e consciência de classe entre os trabalhadores cariocas (1860-1900)”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto; Faperj, 2004. pp. 83-103.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. “Pela reforma, contra a revolução: Notas sobre Reformismo e Colaboracionismo na História do Movimento Operário Brasileiro da Primeira República”. *Revista Crítica Histórica*, Ano III, Nº 5, Julho/2012. pp. 26-59.

\_\_\_\_\_. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

\_\_\_\_\_. *Mobilização operária na República excludente: Um estudo comparativo da relação entre Estado e movimento operário nos casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul nas duas primeiras décadas do século XX*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

ORGANIZAÇÃO Internacional do Trabalho – OIT. Disponível em: <[www.oitbrasil.org.br/content/história](http://www.oitbrasil.org.br/content/história)>. Acesso em: 30 abr. 2017.

OSORIO, Lígia Maria. “O sindicalismo ‘amarelo’ no Rio de Janeiro: as condições particulares da luta sindical dos marítimos e ferroviários na Primeira República”. *Trabalho apresentado ao XII Encontro Anual da ANPOCS*. Águas de São Pedro, 1988. Disponível em: <[bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6601/786.pdf](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6601/786.pdf)>

sequence=1>. Acesso em: 26 mar. 2017.

PANSARDI, Marcos Vinícius. *Republicanos e operários: os primeiros anos do movimento socialista no Brasil (1880-1903)*. Dissertação de mestrado, Unicamp, Campinas, 1993.

PENNA, Lincoln de Abreu. *O progresso da ordem: o florianismo e a construção da República*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REBELLO, Gilson. *O Rio de banca em banca: a história dos jornaleiros no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: O Dia, 1987.

RESENDE, Maria Efigênia Lage. “O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da república à Revolução de 1930*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. pp. 89-120.

RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo e Cultura Social (1913-1922)*. Rio de Janeiro: Ed Laemmert, 1972.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1966.

SANTOS, Sidney M. G. dos. *A cultura opulenta de Everardo Backheuser. Os conceitos e as leis básicas da geopolítica*. Rio de Janeiro: Ed. Carioca de Engenharia, 1989.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

SCHMIDT, Benito Bisso. “Os partidos socialistas na nascente República”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (orgs.). *A formação das tradições (1889-1945)*. V. 1. *As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 131-183.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Dos males da dádiva”: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira”. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. pp. 23-53.

SENNA, Homero. *Rui e o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

SIQUEIRA, Carla. “A construção da memória histórica na imprensa carioca do início da República”. In: NEVES, Lúcia M. Bastos P. et. al. (orgs.). *História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos*. Anais do Colóquio. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1997. pp. 67-71.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

\_\_\_\_\_. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. *Sociologia da violência e do controle social*. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2010.

TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e trabalhadores: Cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)*. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’”. In: NEGRO, Luigi Antônio; SILVA, Sergio (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001. pp. 268-281.

\_\_\_\_\_. “Folclore, antropologia e história social”. In: NEGRO, Luigi Antônio; SILVA, Sergio (Orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001. pp. 227-266.

TOLEDO, Edilene. “A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República” In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (Orgs). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 53-87.

UEÓCKA, Loraryne Gracia. “A força das imagens na campanha civilista: representações em fotografias e caricaturas”. *Revista Científica do Oeste Paulista-Unoeste*. Presidente Prudente, jul/dez, 2003. v.1,n.1. pp. 63-71.

VARGAS, João Tristan. *Ordem Liberal e Relações de Trabalho na Primeira República*. Campinas, SP, Unicamp, Tese de Doutorado, 1999.

VISCARDI, Cláudia M. R.; JESUS, Ronaldo Pereira. “A experiência mutualista e a formação da classe operária no Brasil,” In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (Orgs). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 21-51.

\_\_\_\_\_. “O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010. pp. 23-39.

\_\_\_\_\_. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café-com-leite*. Belo Horizonte: C/Artes, 2001.

VON DER WEID, Elisabeth; BASTOS, Ana Marta Rodrigues; ELIA, Francisco Carlos. *O fio da meada: estratégia de expansão de uma indústria têxtil: Companhia América Fabril, 1878-1930*. Rio de Janeiro. FCRB: CNI, 1986.

### **Fontes**

Acervo: Hemetoreca Digital da Biblioteca Nacional.

*Gazeta de Notícias*, 02 de agosto de 1875.

*Gazeta de Notícias*, 16 de novembro de 1889.

*Gazeta de Notícias*, 04 de janeiro de 1891.

*Gazeta de Notícias*, 11 de janeiro de 1891.

*Gazeta de Notícias*, 12 de janeiro de 1891.

*Gazeta de Notícias*, 20 de fevereiro de 1891.

*Gazeta de Notícias*, 25 de fevereiro de 1891.

*Gazeta de Notícias*, 13 de janeiro de 1894.

*Gazeta de Notícias*, 13 de janeiro de 1894.

*Gazeta de Notícias*, 17 de janeiro de 1894.

*Gazeta de Notícias*, 19 de janeiro de 1894.

*Gazeta de Notícias*, 01 de maio de 1902.

*Gazeta de Notícias*, 02 de maio de 1902.

*Gazeta de Notícias*, 17 de novembro de 1904.

*Gazeta de Notícias*, 01 de janeiro de 1909.

*Gazeta de Notícias*, 23 de maio de 1909.

*Gazeta de Notícias*, 27 de agosto de 1909.

*Gazeta de Notícias*, 19 de março de 1910.

*Gazeta de Notícias*, 02 de maio de 1911.

*Jornal do Comércio*, 16 de novembro de 1889.

*O Paiz*, 16 de novembro de 1889.